

# BOLETIM DE PESSOAL E DE **SERVIÇOS**<sub>3</sub>

**EDIÇÃO N.º 30/2025**

Unidade: Reitoria

Publicado em 26 de março de 2025



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

**Presidente da República:** Luiz Inácio Lula da Silva

**Ministro da Educação:** Camilo Sobreira de Santana

**Secretário de Educação Profissional e Tecnológica:** Marcelo Bregagnoli

**Reitora do IFRR:** Nilra Jane Filgueira Bezerra

**Pró-Reitor de Administração:** Emanuel Alves de Moura

**Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional:** Adnelson Jati Batista

**Pró-Reitora de Ensino:** Aline Cavalcante Ferreira

**Pró-Reitora de Extensão:** Roseli Bernardo Silva dos Santos

**Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica:** Romildo Nicolau  
Alves

**Diretora-Geral do *Campus* Boa Vista Centro:** Luciana Leandro Silva

**Diretora-Geral do *Campus* Novo Paraíso:** Vanessa Rufino Vale Vasconcelos

**Diretora-Geral do *Campus* Amajari:** Rodrigo Luiz Neves Barros

**Diretor-Geral do *Campus* Boa Vista Zona Oeste:** Isaac Sutil da Silva

**Diretor do *Campus* Avançado do Bonfim:** Maria Eliana Lima dos Santos

**Setor responsável pela publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços na Reitoria**  
Assessoria de Comunicação e Marketing Institucional



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

O Boletim de Pessoal e de Serviços do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima é destinado a dar publicidade aos atos e aos procedimentos formais desta instituição.

Referências:

**- Lei 4.965/1966, de 5 de maio de 1966.**

Dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

**- Decreto n.º 4.520/2002, de 16 de dezembro de 2002.**

Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça pela Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências.

**- Resolução n.º 274, de 16 de setembro de 2016.**

Dispõe sobre os critérios e procedimentos para organização e publicação do Boletim de Pessoal e de Serviços no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima.

\* O conteúdo dos textos publicados neste Boletim de Pessoal e de Serviços é de responsabilidade dos setores/unidades emissoras dos documentos.



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima

## ÍNDICE

### ATOS DA REITORIA

Resolução CONSUP/IFRR N° 831, de 25 de março de 2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA  
REITORIA  
Conselho Superior  
Rua Fernão Dias Paes Leme, 11, Calungá, Boa Vista - RR, CEP 69303220 ,  
www.ifrr.edu.br

**Resolução CONSUP/IFRR N° 831, de 25 de março de 2025.**

*Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio do IFRR Campus Avançado Bonfim.*

A Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, deste Conselho, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a autonomia institucional conferida pelo Art. 1º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução nº 716/CONSELHO SUPERIOR, de 04 de Janeiro de 2023 (Organização Didática do IFRR), a Resolução nº 682/CONSELHO SUPERIOR, de 16 de julho de 2022 (Regulamento sobre elaboração de projeto pedagógico de cursos do IFRR), bem como o constante no Processo n.º 23231.001446.2024-19 e a decisão do colegiado tomada na 96ª sessão plenária, realizada em 21 de fevereiro de 2025,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio do IFRR *Campus Avançado Bonfim*, conforme Anexo.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, em Boa Vista-RR, 25 de março de 2025.

**NILRA JANE FILGUEIRA BEZERRA**  
Presidente do CONSUP/IFRR

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA  
SUBSEQUENTE AO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A  
DISTÂNCIA**

**BONFIM-RR**

**2025**

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Luiz Inácio Lula da Silva

**MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Camilo Sobreira de Santana

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Getúlio Marques Ferreira

**REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA**

Nilra Jane Filgueira Bezerra

**PRÓ-REITORA DE ENSINO DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA**

Aline Cavalcante Ferreira

**DIRETORA DO *CAMPUS* AVANÇADO BONFIM**

Maria Eliana Lima dos Santos

**DIRETORA DE ENSINO, PESQUISA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E EXTENSÃO**

**DO *CAMPUS* AVANÇADO BONFIM**

Claudete Correa dos Santos

**COORDENADOR (A) DO CURSO**

À definir

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO**

(PORTARIA Nº 4273/GSB-CAB/IFRR, DE 17/12/2024)

Edineide Cristina Alexandre de Souza (1350960) - Presidente;

Maria Eliana Lima dos Santos (1792759); e

Raphael Henrique da Silva Siqueira (1423301).

## LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Figura 1: Representação dos cinco campi do IFRR e a Reitoria 8

Figura 2: Mapa de Roraima Identificando os Cinco Campi do IFRR e os Polos de EAD 13

Figura 3: Linha de Representação Temporal das Cinco Etapas da História do IFRR. 15

Figura 4: Localização geográfica do município de Bonfim, Roraima 25

Figura 5: Representação gráfica do processo formativo 32

Tabela 1: Dados de produção animal 22

Tabela 3: Terras Indígenas em Bonfim 24

Tabela 2: Dados de produção agrícola do Estado de Roraima 22

Quadro 1: Estrutura do *Campus* Avançado Bonfim 88

Quadro 2: Equipamentos disponíveis para o curso 89

## SUMÁRIO

### **DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO 6**

### **IDENTIFICAÇÃO DO CURSO 7**

#### **1. APRESENTAÇÃO 8**

1.1. Perfil Institucional 8

1.2 Missão, visão de futuro e valores do IFRR 10

1.2.1 Missão 10

1.2.2 Visão de Futuro 10

1.2.3 Valores 11

1.2.4 Propósito 12

1.3 Representação temporal das cinco etapas da história do IFRR 12

1.4 Histórico do *Campus Avançado Bonfim* 15

#### **2. JUSTIFICATIVA 17**

#### **3. OBJETIVOS 20**

3.1 Objetivo Geral 20

3.2 Objetivos Específicos 20

#### **4. REGIME LETIVO 20**

#### **5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO 21**

5.1 Requisitos de acesso 21

5.2 Requisitos de permanência 21

#### **6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO 24**

6.1 Área de atuação do egresso 24

6.2. Acompanhamento do egresso 25

#### **7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 25**

7.1 Estrutura Curricular 28

7.2 Representação Gráfica do Processo Formativo 29

7.3 Ementário 29

7.4 Terminalidade - Saídas Intermediárias 53

#### **8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 53**

#### **9. PRÁTICA PROFISSIONAL 54**

9.1 Prática Profissional Supervisionada 55

9.2 Estágio Profissional Supervisionado 55

9.3 Projetos 56

9.4 Prática Profissional Integrada 56

#### **10. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs) 57**

#### **11. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS 58**

#### **12. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO 60**

#### **13. APOIO AO DISCENTE 61**

13.1 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas 62

13.2 Assistência Estudantil 65

13.3 Apoio Pedagógico 66

**14. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs) 67**

**15. CONSELHO DE CLASSE 68**

**16. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO 69**

16.1 Do processo de ensino-aprendizagem 69

16.2 Aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores 74

16.3 Procedimentos de avaliação do curso 76

16.4 Sistema de Avaliação Institucional 76

**17. POLÍTICAS DE INCLUSÃO 78**

17.1 Política de Educação para os Direitos Humanos 78

17.2 Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais 79

17.3 Política de Educação Ambiental 80

17.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida 81

**18. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO- ADMINISTRATIVO 83**

**19. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA 86**

**20. DIPLOMAS E CERTIFICADOS 88**

**21. REFERÊNCIAS 88**

## DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

**Nome do IF/Campus:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - *Campus Avançado do Bonfim*

**CNPJ:** 10.839.508/0001-31

**Esfera Administrativa:** Federal

**Endereço completo:** Rua Avenida Tuxaua Farias, Quadra G-01, Bairro 13 de

Maio. Bonfim – RR / CEP 69380-000

**Site do Campus:** <http://bonfim.ifrr.edu.br/>

**Reitora:** Nilra Jane Filgueira Bezerra

**Pró-Reitora de Ensino:** Aline Cavalcante Bezerra

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:** Romildo Nicolau Alves

**Pró-Reitora de Extensão:** Roseli Bernardo Silva dos Santos

**Pró-Reitor de Administração:** Emanuel Alves de Moura

**Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional:** Adnelson Jati Batista

**Diretora do Campus Avançado Bonfim:** Maria Eliana Lima dos Santos

**Diretora de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do Campus:** Claudete Correa dos Santos

### **Equipe de Elaboração do PPC**

(PORTARIA Nº 4273/GSB-CAB/IFRR, DE 17/12/2024)

Edineide Cristina Alexandre de Souza (1350960) - Presidente;

Maria Eliana Lima dos Santos (1792759); e

Raphael Henrique da Silva Siqueira (1423301)

## DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

**Denominação do curso:** Curso Técnico em Agropecuária Subsequente na Modalidade de Educação a Distância

**Eixo Tecnológico:** Recursos Naturais

**Modalidades de oferta:** Educação a Distância

**Turno de funcionamento:** Matutino/ Vespertino/Noturno

**Periodicidade de oferta:** Anual

**Número de vagas ofertadas:** 50 vagas

**Carga horária total:** 1200 Horas

**Regime Letivo:** Modular

**Título outorgado:** Técnica ou Técnico em Agropecuária

**Proposta:** De Aprovação

**Duração prevista:** 01 (um) ano e 6 (seis) meses

**Integralização curricular mínima:** 01 (um) semestre

**Integralização curricular máxima:** 05 (cinco) semestres

**Coordenador(a) do Curso:** à definir

**Ocupação CBO Associada:** 3211-10-Técnico Agropecuário

**Certificações Intermediárias:** Auxiliar em Agricultura (CBO 6220-20), Agricultor Polivalente (CBO 6120-05) e Criador em Pecuária Polivalente (CBO 6130-05).

# 1. APRESENTAÇÃO

## 1.1. Perfil Institucional

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada em ofertar formação e qualificação em diversas áreas, níveis e modalidades de ensino, com a perspectiva de fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Estado de Roraima.

Autarquia criada pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFRR é vinculado ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), e classificado na tipologia 1 (até nove *campi*). É composto por 1 unidade administrativa (Reitoria) e 5 *campi*, representados na figura 1.

Figura 1: Representação dos cinco *campi* do IFRR e a Reitoria



Os *campi* são situados em regiões estratégicas para atender aos 15 municípios do Estado de Roraima, distinguindo-se pela capilaridade e interiorização. Dois *campi* estão localizados na capital, o *Campus* Boa Vista e o *Campus* Boa Vista Zona Oeste, sendo o primeiro o mais antigo, com 30 anos de atuação. Outros dois são agrícolas, o

*Campus* Novo Paraíso e o *Campus* Amajari, e se encontram, respectivamente, no sul e no norte de Roraima. Há também uma unidade de ensino instalada na região de fronteira com a Guiana: o *Campus* Avançado Bonfim.

Essa localização estratégica do IFRR leva-o a atender a diferentes realidades produtivas, sociais e culturais locais, alcançando aqueles que jamais haviam tido acesso à educação profissional, pública e de qualidade. Dessa forma, a instituição tem estudantes de 8 etnias de Roraima, Ingarikó/Patamona, Macuxi, Taurepang, Wai-Wai, Ye'kuana/Maiongong, Sapará, Wapixana e Yanomami, e de 2 etnias do Amazonas: Baré e Tikuna. Contempla, além disso, ribeirinhos, trabalhadores camponeses da agricultura familiar, extrativistas com viés ecológico e demais populações amazônicas de pertencimento etnoterritorial sustentável.

Com o planejamento do desenvolvimento institucional e da oferta de cursos alicerçados na gestão democrática e participativa, com atuação privilegiada das comunidades, o IFRR alinha ensino, extensão, pesquisa e inovação a fim de atender às especificidades e demandas das comunidades, contribuindo com o desenvolvimento desses arranjos, principalmente, onde não estão consolidados.

A gestão democrática, característica do IFRR, é praticada de forma paritária, considerando os três segmentos da comunidade acadêmica: estudantes, docentes e técnicos administrativos. Os estudantes estão no centro do processo educativo e compõem as principais instâncias colegiadas e os fóruns consultivos e deliberativos. Os planejamentos institucionais são construídos com a participação da comunidade acadêmica, e as decisões orçamentárias realizadas de forma colegiada pelo Comitê Orçamentário, respeitando-se rigorosamente os princípios da administração pública.

No IFRR, a dimensão ensino é orientada filosoficamente pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e operacionalizada por meio da Organização Didática (OD). Por concepção político-pedagógica, a excelência acadêmica é entrelaçada pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essas três dimensões devem promover

transformação social, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos, socioeconômicos e culturais locais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa engloba a inovação e busca a aplicação imediata do conhecimento produzido para a superação de problemas presentes na sociedade, tendo o interesse público como seu orientador principal. Esse conhecimento, contudo, é produzido mediante a interação dialógica com as comunidades e, por isso, está indissociavelmente ligado às atividades de ensino e extensão.

A extensão se consolida mediante a articulação entre a comunidade acadêmica e a sociedade, constituindo-se num processo educativo e investigativo que possibilita a inserção no território, a integração com o mundo do trabalho e com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, promovendo o desenvolvimento de tecnologias socialmente referenciadas e contribuindo com produção de conhecimento a partir do vínculo entre o saber acadêmico e o saber popular. A extensão também revela a prática social por meio de projetos e programas, com acesso mediante editais, publicados anualmente, beneficiando alunos com bolsas custeadas com orçamento institucional, além de projetos de fluxos contínuos sem auxílio de bolsas.

A pesquisa e a extensão são potencializadas pela Agência de Inovação do IFRR, tendo em vista o desenvolvimento de conhecimentos e de tecnologias por intermédio da articulação entre a instituição e a sociedade, apresentando soluções inovadoras voltadas à economia popular e solidária, ao cooperativismo, ao empreendedorismo e à produção cultural, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento integrado e sustentável de Roraima.

## **1.2 Missão, visão de futuro e valores do IFRR**

A missão, a visão e os valores do IFRR são os elementos que nortearão as ações da instituição por todo o quinquênio de vigência do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Por isso, ressalta-se a importância de sua inclusão no perfil institucional.

A missão define o motivo da existência da instituição; a visão, o que ela pretende ser; e os valores, os princípios que guiarão toda a sua atuação. Segue-se a declaração do instituto:

### **1.2.1 Missão**

A missão é a declaração que expressa a razão de existir do IFRR. Mais que isso, ela deve estar traduzida nas pessoas, no trabalho que realizam na instituição e no porquê o fazem.

*Promover formação humana integral, por meio da educação, ciência e tecnologia, em consonância com os arranjos produtivos locais, socioeconômicos e culturais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.*

Nessa linha de pensamento, a missão, acima descrita, busca fortalecer e orientar a ação dos principais atores institucionais.

### **1.2.2 Visão de Futuro**

A visão de futuro reflete a transformação que o IFRR deseja alcançar no cumprimento de sua missão. Assim, no fim do quinquênio 2024-2028, a instituição pretende:

*Ser excelência na Região Amazônica, como agente de transformação social por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação.*

Nesse sentido, a visão de futuro, estabelecida acima, tem as seguintes características: transmitir uma noção de direção, apresentar uma noção de destino, ser positiva e inovadora; ser desafiadora, mas viável, e ser compartilhada e apoiada por todos.

### **1.2.3 Valores**

Os valores são convicções e premissas dominantes da organização que formam o seu código de conduta. Portanto, devem inspirar o comportamento das pessoas e nortear a gestão estratégica. Assim, os valores que foram definidos para este quinquênio e que deverão ser compartilhados pela instituição são:

- Inclusão Social
- Ética e Transparência
- Responsabilidade Socioambiental
- Gestão Democrática
- Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana.

Seguem-se as interpretações gerais desses conceitos:

**Inclusão Social:**

Criar condições equitativas para que o público-alvo tenha acesso às oportunidades disponibilizadas pela instituição, independentemente de suas diferenças sociais, econômicas, culturais ou físicas, promovendo a diversidade e mitigando as barreiras que possam excluir determinados grupos.

**Ética e Transparência:**

Atuar com princípios morais e comportamentos corretos e justos, assim como prestar informações relevantes, de forma clara e acessível, garantindo que as ações e as decisões sejam compreendidas pelo público, construindo a confiança, promovendo a responsabilidade e mantendo padrões elevados de conduta.

**Responsabilidade Socioambiental:**

Incluir, nas vivências do instituto, práticas que promovam a sustentabilidade, a conservação dos recursos naturais e o respeito às comunidades locais, buscando equilibrar o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente, praticando a gestão responsável dos impactos sociais e ambientais decorrentes das atividades da instituição.

**Gestão Democrática:**

Promover práticas administrativas e de tomadas de decisão que envolvam a participação ativa e representativa de diversos membros da comunidade acadêmica, incluindo seus diferentes atores, nos processos decisórios, garantindo que a gestão seja realizada de maneira colaborativa e justa.

**Respeito à Diversidade e à Dignidade Humana:**

Comprometer-se com o respeito e a valorização da diversidade de identidades, culturas, opiniões e características individuais, preservando a dignidade humana, assegurando que todas as pessoas sejam tratadas com igualdade, justiça e respeito, independentemente de suas diferenças.

**1.2.4 Propósito**

Outro elemento norteador que fará parte das práticas de gestão do IFRR é o propósito institucional. A declaração do propósito, que vem a seguir, é a contribuição que a área ou a organização traz para a vida dos outros e o impacto dessa contribuição ao longo do tempo:

*Formar pessoas e disseminar inovação e tecnologia para transformar a sociedade de forma inclusiva e sustentável.*

**1.3 Representação temporal das cinco etapas da história do IFRR**

A educação profissional no Brasil teve início em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes Artífices.

Com o decorrer dos anos, várias foram as mudanças ocorridas, até que, em 2008, o Ministério da Educação instituiu, por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Em 2018, a Rede Federal já era composta por 38 institutos federais, incluindo o IFRR, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 escolas técnicas vinculadas a universidades federais, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná e o Colégio Pedro II.

Ao longo de 30 anos de existência, o IFRR tem sua trajetória marcada por várias mudanças, que agregaram aprendizagens importantes para o desenvolvimento institucional, tornando-o referência na oferta de educação pública gratuita de qualidade em todos os rincões do Estado de Roraima, promovendo a inclusão social de jovens e adultos por meio de ações de formação e qualificação profissional.

Figura 2: Mapa de Roraima Identificando os Cinco *Campi* do IFRR e os Polos de EAD



A Figura 2 apresenta a localização estratégica das seis unidades do IFRR ao longo do território roraimense. O texto a seguir traz, de forma resumida, a história da instituição ao longo de 30 anos de contribuição. Ela se divide em cinco etapas:

#### **Etapla 1: Escola Técnica de Roraima Integrante da Rede de Ensino do Território Federal de Roraima**

Implantado como Escola Técnica em 1986, o IFRR começa suas atividades em 1987 com apenas dois cursos técnicos: Eletrotécnica, com 105 alunos, e Edificações, com 70 estudantes. As instalações funcionavam em dois blocos cedidos pela Escola do Magistério.

#### **Etapla 2: Escola Técnica de Roraima Integrante do Sistema de Ensino do Estado de Roraima**

Em 21 de dezembro de 1989, por meio do Parecer 26/89, o Conselho Territorial de Educação (CTE-RR) autoriza e reconhece a Escola Técnica de Roraima; aprova o Regimento Interno desta e as grades curriculares dos dois cursos

técnicos ofertados por ela, validando todos os atos escolares anteriores ao regimento. Até 1993, a instituição funcionava nas instalações da Escola Técnica de Roraima. O quadro funcional era composto por 12 docentes e 11 técnicos administrativos.

### **Etapa 3: Escola Técnica Federal de Roraima**

Em 30 de junho de 1993, sob a Lei 8.670, publicada no Diário Oficial da União 123, de 1.º de julho de 1993, no governo do então presidente da República, Itamar Franco, é criada a Escola Técnica Federal de Roraima, cuja implantação, na prática, se dá pela transformação da Escola Técnica do ex-Território Federal de Roraima.

O quadro funcional era composto por 226 servidores, sendo 113 professores e 113 técnicos. A partir de 1994, a Escola Técnica Federal de Roraima, por meio do Programa de Expansão de Cursos, implanta os cursos Técnico em Agrimensura e Magistério em Educação Física, assim como o ensino fundamental – de 5ª a 8ª série – atendendo 213 alunos, distribuídos em seis turmas. Em 1999, essa modalidade de ensino foi extinta.

### **Etapa 4: Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima**

Com a transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima (CEFET-RR), por meio do Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União no dia subsequente, à comunidade interna prepara-se para fazer valer o princípio da verticalização da educação profissional, oferecendo cursos profissionalizantes nos níveis básico, técnico e superior.

O curso superior de Tecnologia em Gestão de Turismo foi o primeiro a ser implantado e teve sua proposta de implantação vinculada à de transformação da ETF-RR em CEFET-RR. Em 2005, o governo federal, por intermédio do Ministério da Educação, institui o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no País, estabelecendo a implantação de unidades descentralizadas (Uneds) em diversas unidades da Federação, sendo o Estado de Roraima contemplado, na fase I, com a Unidade de Ensino Descentralizada de Novo Paraíso, no Município de Caracaráí, sul do estado.

Em agosto de 2007, iniciam-se as atividades pedagógicas da unidade com 210 alunos matriculados no curso Técnico em Agropecuária integrado ao ensino médio, incluindo uma turma do Proeja. Já na segunda fase do plano de expansão, o CEFET-RR foi contemplado com outra UNED, desta vez no Município do Amajari, no norte do estado.

### **Etapa 5: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima**

No dia 29 de dezembro de 2008, o presidente da República sancionou a Lei nº 11.892, criando 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, concretizando, assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da Federação.

A partir dessa data, o CEFET-RR é transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), com três campi: Boa Vista, Novo Paraíso e Amajari. Em 2011, por meio do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica, a instituição foi contemplada com mais um campus: o Boa Vista Zona Oeste, com sede na capital. O último a ser implantado foi o Campus Avançado Bonfim, cuja autorização para funcionamento se deu em 2015. As cinco etapas descritas acima estão representadas na figura 3:

Figura 3: Linha de Representação Temporal das Cinco Etapas da História do IFRR.



Fonte: IFRR

#### 1.4 Histórico do *Campus* Avançado Bonfim

O processo de criação do *Campus* Avançado Bonfim (CAB), iniciou-se em outubro de 2012, quando o MEC solicitou à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a realização de um estudo detalhado acerca de critérios para a distribuição de 40 (quarenta) Unidades de Educação Profissional da Rede Federal. Após a realização deste estudo, o IFRR apresentou os municípios com potencialidades para receberem as Unidades de Educação Profissional, por ordem de prioridade: Bonfim, Rorainópolis, Mucajaí, Cantá e Pacaraima.

Na noite do dia 25 de junho de 2013, o Reitor do IFRR, Prof. Ademar de Araújo Filho, participou de uma sessão plenária, na Câmara de Vereadores do Município de Bonfim, para apresentar o Projeto de Implantação do CAB, destacando que, de acordo com as características do município e de seu entorno, o *campus* seria projetado para desenvolver atividades e ações voltadas para a realidade dos arranjos produtivos locais, tendo em vista a melhoria qualitativa dos serviços. Após a explanação, foi aberta a votação para os vereadores, que decidiram, por unanimidade, pela doação de um terreno contendo uma estrutura mínima de edificação para o IFRR construir o CAB.

Em 23 de julho de 2013, para dar continuidade aos trâmites da doação, o reitor do IFRR recebeu no Gabinete da Reitoria, a prefeita do Município de Bonfim, Senhora Lizete Spies, para oficializar a assinatura do termo de cessão do terreno onde seria construído o prédio do *Campus* Avançado Bonfim. Após a assinatura do termo de cessão de doação de terreno entre a Prefeitura Municipal de Bonfim e o IFRR, foi apresentada à comunidade do Município, a previsão de início das atividades de oferta de cursos técnicos para o segundo semestre de 2014 e que o mesmo funcionará provisoriamente na Escola Estadual Argentina Castelo Branco, cedida pelo Governo do Estado de Roraima, por meio da Secretaria Estadual de Educação e Desporto.

Conforme havia sido previsto, no segundo semestre de 2014, tiveram início as atividades de oferta de cursos técnicos pelo CAB. Mais precisamente em agosto de 2014, foi publicado um edital ofertando vagas para o Curso Técnico em Comércio Exterior Subsequente, Eixo Tecnológico Gestão e Negócios. Importante destacar que o MEC publicou a autorização de funcionamento do CAB através da Portaria nº. 27, de 30 de janeiro de 2015 (BRASIL, 2015), sendo que neste período o *campus* estava vinculado ao *Campus* Boa Vista (CBV). No entanto, a partir de 26 de julho de 2016, através da Portaria nº.1326/2016/REITORIA/IFRR (IFRR, 2016), o CAB passou a ser vinculado administrativamente à Reitoria/IFRR.

Nos anos seguintes o CAB ofertou vagas nos seguintes cursos: Técnico em Agronegócio, Técnico em Agente Comunitário de Saúde e Técnico em Administração Subsequente. Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC: Língua Brasileira de Sinais - Libras, Auxiliar de Secretaria Escolar, Assistente de Vendas, Operador de Computador e Auxiliar de Administração dentre outros.

Em 2021, no primeiro semestre o CAB ofertou os cursos Técnicos em Agricultura e Guia de Turismo, também ofertou diversos Cursos de Formação Inicial e Continuada de 40 horas: Marketing Pessoal, Conhecendo o Comércio Exterior, Qualidade no atendimento ao Turista, A Arte de Falar em Público e Técnicas de Vendas e Negociação. No segundo semestre de 2021 foram ofertados Cursos de Formação Inicial e Continuada de 160 horas: Piscicultor e Assistente Financeiro e o curso Técnico em Administração no município de Normandia/RR.

Até o primeiro semestre de 2022, o CAB já formou mais de 800 (oitocentos) estudantes em cursos técnicos na forma subsequente e em cursos de Formação Inicial e Continuada. Além do desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão, acordos de cooperação técnica para o desenvolvimento de cursos com outros campi, prefeituras municipais e com a Secretaria Estadual de Educação. Com o estabelecimento de sua sede e melhoria das instalações físicas e fortalecimento do quadro de profissionais, é esperado aumento de vagas e funcionamento nos três turnos, oferta de cursos de graduação e maior diversidade formativa.

## 2. JUSTIFICATIVA

A diversidade geográfica de Roraima, com diferenças de climas e solos entre os municípios do estado, acaba tornando a região em um atrativo para produção de diferentes culturas, entre criação de gado, peixes, grãos e frutas. O destaque fica para os municípios de Boa Vista, Bonfim, Normandia, São João da Baliza e Rorainópolis. Com foco para o município do Bonfim, assim como os municípios adjacentes a sede do CAB, a presente instituição apresenta este Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente na modalidade EAD em virtude do grande potencial para atividades agropecuárias na região nordeste do Estado de Roraima, que apresenta característica predominante da atividade de agricultura familiar.

De acordo com o último censo agropecuário do IBGE em 2017, dos 394.361 ha ocupados por estabelecimentos agropecuários, cerca de 56% são destinados a pastagens, a atividades agroflorestais e 7% para lavouras.

De acordo com os dados de 2022 da ADERR (Agência de Defesa Agropecuária de Roraima), o município de Bonfim apresenta cerca de 812 propriedades rurais ativas, nas quais são desenvolvidas as atividades de produção animal conforme a Tabela 1 a seguir.

**Tabela 1** - Dados de produção animal.

Setor de produção	Total de produção
Aquicultura	75.220 unidades
Bovinocultura	69.441 cabeças
Bubalinos	17 cabeças
Equinos	4.422 cabeças
Ovinos	8.440 cabeças
Caprinos	4.067 cabeças
Suínos	10.081 cabeças
Asininos	279 cabeças
Galinha	84.166 cabeças
Muares	229 cabeças

Em relação à produção agrícola do Estado de Roraima, os dados obtidos são do IBGE (2020), conforme a Tabela 2 a seguir.

**Tabela 2** – Dados de produção agrícola do Estado de Roraima.

Setor de produção	Total de produção
Abacaxi	5.391
Arroz	71.054
Batata doce	5.220
Cana-de-açúcar	2.290
Feijão	1.072
Mandioca	85.520
Melancia	40.332
Melão	600
Milho	79.128
Soja	139.550

Fonte: IBGE, 2020.

Diante do contexto apresentado sobre o potencial agropecuário para o município de Bonfim e os municípios adjacentes, com objetivo de elevar os índices de produção de forma sustentável, se faz fundamentalmente necessário, formar profissionais capacitados para atuar neste setor, contribuindo assim para o aprimoramento tecnológico e desenvolvimento socioambiental, pois, conforme dados do IBGE de 2017, 89% dos estabelecimentos agropecuários não recebem assistência técnica.

A região nordeste de Roraima é um pólo agropecuário, justificando-se a necessidade de qualificação dos produtores rurais dos arredores, bem como dos jovens provenientes dessas famílias, para que se alcance um desenvolvimento sustentável e rentável, visando à melhoria da qualidade de vida dos municípios.

O atual mundo do trabalho, compreendido no campo de estudos e pesquisas intitulado “Trabalho e Educação”, tem demandado um trabalhador de novo tipo, com capacidades intelectuais que lhe permitam adaptar-se à produção flexível. Nesta compreensão, algumas capacidades merecem destaque: domínio dos códigos e linguagens, autonomia intelectual para resolver problemas práticos utilizando o conhecimento científico, buscando aperfeiçoar-se continuamente; autonomia moral, através de novas situações que exigem posicionamento ético, finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido de forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, através da responsabilidade, da intervenção crítica e da criatividade.

Este cenário demanda por mais qualificação profissional e requer conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que permitam aos sujeitos envolvidos aprenderem técnicas e formas de organização social e

produtivas, para serem capazes de criar soluções originais para os problemas novos que exigem criatividade, a partir do domínio do conhecimento.

É preciso, portanto, oferecer formação profissionalizante que responda às transformações ocorridas no mundo do trabalho, nesta etapa de desenvolvimento das forças produtivas, que procure contribuir na preparação dos estudantes para a cidadania, promovendo as relações pessoais e comunitárias e, principalmente, da formação profissional de qualidade. Dentre todas as atividades proporcionadas aos estudantes nesta proposta de curso, a preocupação pela busca constante e efetiva da relação entre teoria e prática deve ser primordial, possibilitando o contato, observação e vivência de diversas áreas de conhecimento dentro das particularidades do curso.

Nesse aspecto e com o dever do IFRR em desenvolver educação profissional e tecnológica enquanto processo educativo e investigativo de produção de soluções técnicas e tecnológicas ajustadas às necessidades socioeconômicas locais, regionais e nacionais, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, encontra-se presente na microrregião nordeste do Estado de Roraima através do *Campus* Avançado Bonfim (IFRR/CAB).

Nesse intento, a implantação do Curso Técnico em Agropecuária subsequente EAD, pelo IFRR/CAB, possibilitará que o Instituto dê sequência à missão para qual foi criado: disponibilizar educação profissional e tecnológica que abranja gradativamente os diferentes eixos de conhecimento necessários ao desenvolvimento multidimensional.

A criação do Técnico em Agropecuária do IFRR/CAB, é um projeto que visa disponibilizar uma formação profissional tecnológica comprometida com o desenvolvimento de novas práticas agrícolas da área vegetal e animal, bem como de novos processos produtivos na comunidade regional, e promover o fortalecimento institucional do Eixo Recursos Naturais. Assim foi sendo constituído o Projeto Pedagógico do Curso, objetivando a formação de profissionais Técnicos em Agropecuária fundamentado nas multidimensões da sustentabilidade - econômica, social, ambiental, cultural, política e ética, capazes de gerar e disseminar práticas agrícolas adequadas às necessidades socioambientais contemporâneas.

#### a) Municípios a serem atendidos

Bonfim e Normandia apresentam-se em uma posição estratégica na porção centro-oriental do Estado, fazendo fronteira com a República Cooperativa da Guiana, o que proporciona o comércio com o país vizinho. Sua criação deu-se através da Lei Federal n.º 7.009, de 01/07/1982, com terras desmembradas do município de Boa Vista.

Segundo dados do Censo 2020, os municípios da região nordeste como Bonfim e Normandia são considerados como pequenas cidades por apresentar característica que a remete a essa categoria, sob o aspecto demográfico os municípios contam com 16.169 e 15.264 habitantes, respectivamente, inferior a 20.000 habitantes, enquanto que no Censo 2010, para o município de Bonfim constava de 10.943 habitantes, sendo que desse quantitativo, 7.232 (66,9%) residem na zona rural no município de Bonfim.

Bonfim apresenta área de 8.095,399 Km<sup>2</sup> o que representa 3,61% de participação em relação ao Estado e possui uma densidade demográfica aproximada de 2,00 hab/km<sup>2</sup>, conforme último censo realizado pelo IBGE no ano de 2020. Normandia apresenta uma área de 6.966,793 km<sup>2</sup> e possui uma densidade demográfica de 2,19 hab/km<sup>2</sup>, conforme último Censo realizado pelo IBGE no ano de 2020.

A respeito da população indígena, Bonfim é o sétimo município do Estado com maior população indígena (4.648) conforme o censo de 2010 e com as seguintes Terras Indígenas (T.I) (Tabela 3).

**Tabela 3 - Terras Indígenas em Bonfim.**

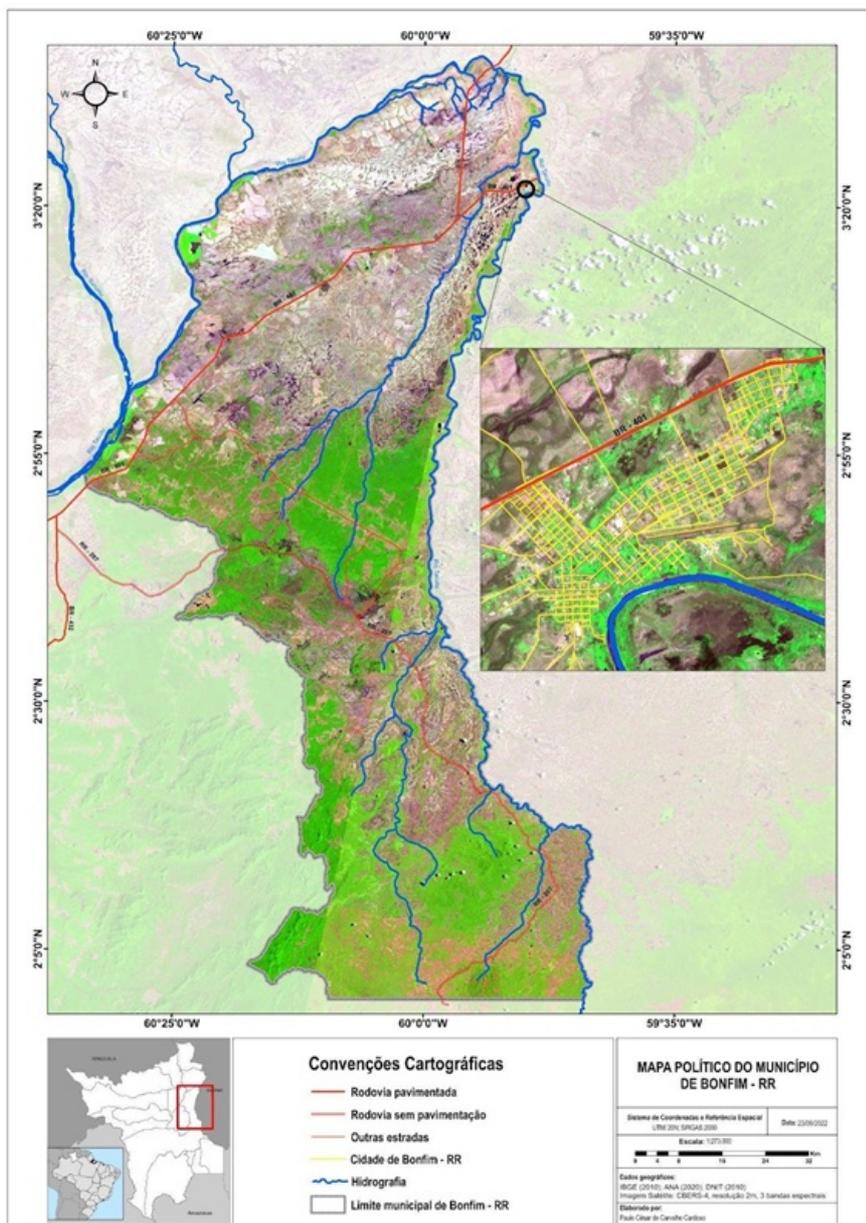
Terra Indígena	Etnia	População (IBGE, 2010) *	Superfície (ha)
Bom Jesus	wapixana	107	859,1271
Jabuti	makuxí,wapixana	307	14.210,6996
Jacamin**	jaricuna,wapixana	1518	193493,5694
Manoá/Piun	makuxí,wapixana	2009	43.336,7308
Moskow	wapixana	488	14.212,9983
Muriru***	wapixana	153	5555,9436

Fontes: [http://www.funai.gov.br/terra\\_indigena\\_3/mapa/index.php?cod\\_ti=30001](http://www.funai.gov.br/terra_indigena_3/mapa/index.php?cod_ti=30001)

\* A população total abrange indígenas e não indígenas; \*\* abrangem parte de Bonfim e Caracará; \*\*\* abrangem parte de Bonfim e Cantá.

Bonfim, também é o primeiro município de Roraima e o terceiro do Brasil a adotar as línguas Macuxi e Wapichana como co-oficiais. Essa nova situação consagrada pela Lei nº 21/2014 foi aprovada na sessão do dia 02/12 da Câmara de Vereadores de Bonfim. Dessa forma a Prefeitura, em parceria com as organizações indígenas e Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), têm até 5 anos para implementar a contratação de tradutores e intérpretes indígenas, traduzir placas, oferecer atendimento à população nessas duas línguas, traduzir as Leis municipais, financiar publicação de livros nas línguas Macuxi e Wapichana para o ensino em todas as escolas públicas do município (TELLES, 2014).

**Figura 4** - Localização geográfica do município de Bonfim, Roraima.



Quanto ao aspecto do ecossistema, o município é formado por savana e mata, nos quais apresenta áreas antropizadas com atividades agropecuárias ativas.

Bonfim também apresenta, conforme a Superintendência Regional em Roraima - SR 25, em sua configuração agrária os projetos de assentamentos (PA) Vilena, Renascer e Alto Arraia. E no dia 2 de dezembro de 2013 a Superintendência Regional do Incra em Roraima (Incra/RR) criou mais um assentamento no Bonfim, numa área de aproximadamente 2005 hectares, às margens da BR-401. A criação do assentamento beneficiou um grupo de 45 famílias de agricultores, que desde 2006 lutavam pela posse da terra.

#### b) Descrição do Curso Técnico em Agropecuária subsequente em EaD

O Curso Técnico em Agropecuária está elencado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, integrando o Eixo Tecnológico de Recursos Naturais e poderá ser realizado na modalidade EaD com, no mínimo, 20% da carga horária em atividades presenciais, nos termos das normas específicas definidas em cada sistema de ensino.

O Curso Técnico em Agropecuária compreende tecnologias relacionadas para a atuação como Técnico ou Técnica em Agropecuária, conhecimentos e saberes relacionados à produção agropecuária, à produção e ao processamento de alimentos, à fitossanidade e à proteção ambiental; atualização em relação às inovações tecnológicas; cooperação de forma construtiva e colaborativa nos trabalhos em equipe e tomada de decisões e adoção de senso investigativo, visão sistêmica das atividades e processos, capacidade de comunicação e argumentação,

autonomia, proatividade, liderança, respeito às diversidades nos grupos de trabalho, resiliência frente aos problemas, organização, responsabilidade, visão crítica, humanística, ética e consciência em relação ao impacto de sua atuação profissional na sociedade e no ambiente. Quanto a legislação profissional que dá suporte ao profissional formado em técnico (a) agropecuário (a), temos o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, Decreto 4.560, de 30 de dezembro de 2002, Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018, Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, Portaria do nº 3.156, de 28 de maio de 1987.

O Curso Técnico em Agropecuária EaD foi planejado de forma a conduzir o educando egresso do Ensino Médio à habilitação profissional técnica, sendo esta realizada semestralmente, considerando que a programação de oferta dos componentes curriculares encontra-se organizada em módulos semestrais

As atividades teóricas serão realizadas no ambiente de aprendizagem virtual AVA, e as atividades práticas serão realizadas no Pólo de origem da turma, e na(s) comunidade(s) próxima(s).

#### c) EaD no *Campus* Avançado Bonfim

O Instituto Federal de Roraima *Campus* Avançado Bonfim tem como proposta articular e integrar à formação acadêmica a preparação para o trabalho, bem como promover uma formação contextualizada em princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida.

A construção desta Proposta Pedagógica pautou-se na legislação vigente e nos princípios democráticos, contando com a participação dos profissionais da área do curso e da equipe pedagógica. Tal processo objetiva ao CAB proporcionar o interesse, os anseios e a qualificação profissional, despertando o interesse para o ensino, a pesquisa e a extensão e, ainda, o prosseguimento vertical dos estudos.

É preciso articular coletivamente os desafios e as possibilidades da formação técnica através da EaD, adequando-se às mudanças e observando a realidade e a expectativa dos educandos matriculados nos pólos. Pois a Educação à Distância - EaD objetiva a (re)significação do paradigma educacional vigente, propondo um ensino que facilite o processo de aprendizagem para um número massivo de alunos que se encontram em locais os mais diversos, auxiliando a autonomia, numa comunicação bidirecional entre professores e alunos, utilizando recursos tecnológicos atuais, numa proposta metodológica diferenciada.

Tal metodologia, porém, não se esgota nas ferramentas tecnológicas. Mas visa uma sequência ordenada de conteúdos, que assegure o aprendizado do educando. Neste sentido, além do material impresso, o aluno conta com veículos de comunicação para reduzir distâncias. O material didático preparado por especialistas objetiva desenvolver hábitos e atitudes de estudo, sem a presença física do professor, levando o aluno a construir o seu autodidatismo.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) colocam à disposição de alunos e professores a possibilidade de uma interação e de uma interatividade segura, eficiente e mais barata, pois são pensados e elaborados estrategicamente para auxiliar a autoaprendizagem e suprir a ausência física dos participantes dos cursos.

A EaD, além de flexibilizar e dar autonomia para os alunos, também reduz os custos do *Campus* no que diz respeito a assistência estudantil quanto a auxílio transporte e alimentação. Conseguindo atender alunos de localidades mais distantes. A metodologia de ensino traz a vivência do mercado de trabalho, baseando-se no conceito de aprender fazendo por meio da realização de projetos integrados, estudos de casos, intercâmbio, oficinas, trabalhando também a integração do ensino com a pesquisa e a extensão. O corpo docente é composto de especialistas, mestres e doutores com excelente formação acadêmica e profissional.

Assim, o Decreto 7.589 de 26/10/2011 institui a Rede e-Tec Brasil, com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País.

O *Campus* Avançado Bonfim, atualmente possui aprovado o curso técnico em Guia de Turismo subsequente no formato Educação a Distância sendo ofertado desde o ano letivo de 2022 e o curso de Técnico em Administração no

formato EAD sendo ofertado no ano letivo de 2023.

Levando em consideração a área de atuação do CAB no eixo de recursos naturais, optou-se por ofertar o Curso Técnico em Agropecuária, curso que será ofertado na modalidade presencial, agora também na modalidade à distância para atender as comunidades mais distantes.

Sendo assim, apresentamos na sequência, a estrutura que orienta a prática pedagógica do curso Técnico em Agropecuária subsequente ao Ensino Médio na Modalidade de Educação a Distância do CAB, entendendo que o presente documento está passível de aprimoramentos sempre que se fizer necessário.

Este plano está fundamentado nas bases legais e nos princípios norteadores na Resolução nº682-Conselho Superior, de 16 de julho de 2022, que estabelece os procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima; na Resolução CONSUP/IFRR N° 716, de 4 de janeiro de 2023, que trata da Organização Didática do IFRR; e no conjunto de Leis, Decretos, Pareceres, Resoluções e Referenciais Curriculares que normatizam a Educação Profissional no sistema educacional brasileiro, em especial o Parecer CEB nº16, de 5 de outubro de 1999, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, e a Resolução CEB nº1, de 05 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação profissional e Tecnológica.

### 3. OBJETIVOS

#### 3.1. Objetivo Geral

Possibilitar ao Técnico em Agropecuária aptidão para o exercício profissional na sua área de atuação e pleno exercício da cidadania como um profissional crítico, criativo e capaz de interagir, sendo agente de mudanças na sociedade em que vive e exercendo atividades específicas no mundo do trabalho.

#### 3.2. Objetivos Específicos

- a. Oferecer ao discente acesso às diversas técnicas agropecuárias, formando técnicos capazes de atuarem como agentes de desenvolvimento sustentável;
- b. Desenvolver práticas pedagógicas direcionadas a públicos diversificados, como a discentes egressos do meio rural, possibilitando-lhes a viabilidade de retorno à propriedade, para o desenvolvimento de ações produtivas com sustentabilidade e rentabilidade;
- c. Formar profissional habilitado para planejar, organizar e administrar propriedades rurais, conciliando as práticas agropecuárias e agroindustriais, dentro de um contexto sustentável;
- d. Proporcionar o desenvolvimento de um conjunto de habilidades, com espírito empreendedor, liderança e capacidade de avaliação, geradores da diferença entre o sucesso e o fracasso na gestão da unidade de produção rural;
- e. Internalizar valores de responsabilidade social, justiça e ética profissional;
- f. Atuar com a adoção de uma abordagem multidisciplinar vinculada a programas de desenvolvimento rural sustentável;
- g. Colaborar no planejamento e na organização de unidades de produção rural de acordo com as potencialidades locais;
- h. Promover novos processos de organização e produção face às demandas regionais;
- i. Entender as unidades de produção rural e agroindustriais coletivas ou associativas e familiares, numa perspectiva de solidariedade e cooperação entre os agentes econômicos;
- j. Incentivar projetos de pesquisa oriundos de sistemas de produção agropecuária e agroindustrial nas propriedades familiares;
- k. Enfatizar, paralelamente à formação profissional específica, o desenvolvimento de todos os saberes e valores

necessários ao profissional-cidadão, tais como domínio da linguagem, raciocínio lógico, relações interpessoais, responsabilidade, solidariedade e ética, entre outros;

- I. Desenvolver as ações planejadas em parcerias com empresas, produtores, entidades e instituições ligadas ao setor primário, oportunizando aos discentes o contato direto com o mundo do trabalho;
- m. Oportunizar a todos os discentes a possibilidade de construção de conhecimento tecnológico, por meio de pesquisas e experiências desenvolvidas.

#### **4. REGIME LETIVO**

a) número total de vagas anuais: 50

b) **Turno de funcionamento:** Matutino/ Vespertino/Noturno

c) **Modalidades de oferta:** Educação a Distância

d) **Duração prevista:** 01 (um) ano e 6 (seis) meses

e) número de turmas: 01 (uma)

f) carga horária do curso (em horas-relógio): 1200h obrigatórias

g) período letivo: modular

h) tempo mínimo para a integralização do curso: 1 (um) semestres

i) tempo máximo para a integralização do curso: 5 (cinco) semestres

#### **5. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E MOBILIDADE ACADÊMICA**

##### **5.1. Requisitos e Formas de Acesso**

O ingresso ao Curso Técnico em Agropecuária subsequente EAD ocorrerá por meio de Processo Seletivo Público, obedecendo ao edital que determinará os critérios de seleção.

O Processo Seletivo será oferecido a candidatos que tenham Certificado de Conclusão do Ensino Médio, obtido em cursos regulares, no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, ou com base no resultado do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino (BRASIL, 2012a).

A realização do Processo Seletivo estará a cargo de Comissão específica do IFRR/*Campus* Avançado Bonfim designada para esse fim. A essa Comissão caberá a responsabilidade de planejar, coordenar, executar e divulgar o Processo Seletivo, bem como de fornecer todas as informações a ele pertinentes por meio de Edital público.

As vagas do Processo Seletivo serão distribuídas da seguinte forma:

I – Ações afirmativas;

II– Ampla concorrência; e

III – Pessoa com Deficiência.

As vagas serão distribuídas de acordo com o previsto na Lei nº 12.711/2012, e as alterações definidas na Lei 14.723 de 13/11/2023, e demais legislações vigentes.

##### **5.2. Requisitos de Permanência**

Com a finalidade de garantir a permanência e o êxito acadêmico, o *Campus* Avançado Bonfim destinará recursos em sua matriz orçamentária para o desenvolvimento de ações previstas nas políticas de permanência e êxito do IFRR, as quais visam propiciar condições necessárias a uma formação técnica de qualidade, socialmente

referenciada, cidadã e em diálogo com o mundo do trabalho.

De acordo com o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Resolução n.º 486 – Conselho Superior, de 14 de janeiro de 2020, que regulamenta a Política de Assuntos Estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), a Política de Assuntos Estudantis dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes efetivado por meio de programas que visam assegurar aos estudantes o acesso, a permanência, inclusão social e a êxito acadêmico, na perspectiva de equidade, produção de conhecimento, melhoria do desempenho escolar e da qualidade de vida.

A Política de Assuntos Estudantis será gerida pela Diretoria de Políticas de Assuntos Estudantis (DIPAE), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e pelos setores responsáveis pela Assistência Estudantil dos Campi. Serão beneficiários da Política de Assuntos Estudantis os estudantes regularmente matriculados em todos os níveis e modalidades de ensino do IFRR em situação de vulnerabilidade social, sendo atendidos prioritariamente estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, conforme legislação vigente.

Segundo o artigo 18 da Resolução n.º 486 – Conselho Superior, de 14 de janeiro de 2020, os programas e projetos de Assistência Estudantil, estabelecidos no âmbito do IFRR, dar-se-ão da seguinte forma:

- I. Programa de Acesso;
- II. Programa de Permanência;
- III. Programa de Inclusão Social.

No PROGRAMA DE ACESSO, considerando o limite da dotação orçamentária, os campi atenderão com prioridade às ações de:

- I. Incentivo à Cultura e Esporte;
- II. Apoio à Participação em eventos;
- III. Apoio à Inclusão Digital.

No PROGRAMA DE PERMANÊNCIA, considerando o limite da dotação orçamentária, os campi atenderão com prioridade às ações de:

- I. Auxílio Alimentação;
- II. Auxílio Moradia ou Residência Estudantil;
- III. Auxílio Creche;
- IV. Auxílio Material Didático-Pedagógico;
- V. Atenção e Promoção à Saúde;
- VI. Apoio à Formação Estudantil.

No PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL, considerando o limite da dotação orçamentária, os campi atenderão com prioridade às ações de:

- I. Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;
- II. Apoio Pedagógico; e
- III. Apoio à diversidade sexual e questão étnico-racial.

Os benefícios da assistência estudantil serão disponibilizados por meio de processo de seleção mediante a publicação de edital, que fixará valores, prazos, critérios e condições para os estudantes se submeterem à análise de renda per capita familiar ou perfil socioeconômico.

O *Campus* ainda dispõe da possibilidade de concorrer a bolsas de fomento interno ou externo a projetos de pesquisa e inovação tecnológica, monitoria e extensão comunitária, cabendo à DEPEI o desenvolvimento das ações da política de assistência estudantil na esfera da unidade.

### **5.3. Requisitos de Mobilidade Acadêmica**

Com a finalidade de garantir a permanência e o êxito acadêmico, o *Campus* Avançado Bonfim alocará recursos em sua matriz orçamentária para o desenvolvimento de ações previstas nas políticas de permanência e êxito do IFRR, as quais visam propiciar condições necessárias a uma formação técnica de qualidade, socialmente referenciada, cidadã e em diálogo com o mundo do trabalho.

De acordo com o Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e a Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, a Política de Assuntos Estudantis dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes implementados por meio de programas, projetos e ações que visam assegurar aos estudantes a permanência e o êxito acadêmico, na perspectiva de formar cidadãos, críticos, reflexivos, políticos e éticos, para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

A Política de Assistência Estudantil será estruturada pelo Comitê de Assistência Estudantil e pelo Grupo de Trabalho da Assistência Estudantil (GTAE), que são órgãos de apoio à Diretoria de Políticas de Assistência Estudantil e às equipes de Assistência Estudantil dos campi.

Segundo o artigo 11 da Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, a Política de Assistência Estudantil do IFRR será operacionalizada por meio dos seguintes programas:

- I. Programa de Auxílio Moradia Estudantil;
- II. Programa de Auxílio Alimentação;
- III. Programa de Auxílio Transporte;
- IV. Programa de Atenção e Promoção à Saúde;
- V. Programa de Inclusão Digital;
- VI. Programa de Incentivo ao Esporte;
- VII. Programa de Incentivo e Promoção à Cultura e Arte;
- VIII. Programa de Auxílio Creche;
- IX. Programa de Apoio à Participação em Eventos;
- X. Programa de Auxílio a Material Didático-Pedagógico;
- XI. Programa de Apoio Pedagógico;
- XII. Programa de Apoio aos Estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades e/ou Superdotação;
- XIII. Programa de Apoio ao Estudante na Modalidade EaD.

O acesso aos programas de Assistência Estudantil com repasse de auxílio financeiro ou da utilização de

serviços, dar-se-á mediante processo seletivo de caráter socioeconômico, cuja análise poderá ser realizada por equipe interdisciplinar, disponível em cada *campus*, respeitando as atribuições privativas e éticas de cada área de conhecimento, sem prejuízo dos demais requisitos estabelecidos em regulamentação específica.

O *campus* ainda dispõe da possibilidade de concorrer a bolsas de fomento interno ou externo a projetos de pesquisa e inovação, monitoria e extensão comunitária, cabendo à DEPEI o desenvolvimento das ações da política de assistência estudantil na esfera da unidade.

## **6. PERFIL PROFISSIONAL DO CURSO E DO EGRESSO**

Conforme o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – CNCT (BRASIL, 2022), o profissional Técnico (a) em Agropecuária será habilitado para:

- Planejar, organizar, dirigir e controlar a produção agropecuária de forma sustentável, analisando as características econômicas, sociais e ambientais.
- Elaborar, projetar e executar projetos de produção agropecuária, aplicando as Boas Práticas de Produção Agropecuária (BPA).
- Prestar assistência técnica e assessoria ao estudo e ao desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou aos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria.
- Elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias.
- Prestar assistência técnica às áreas de crédito rural e agroindustrial, de topografia na área rural, de impacto ambiental, de construção de benfeitorias rurais, de drenagem e irrigação.
- Planejar, organizar e monitorar atividades de exploração e manejo do solo, matas e florestas de acordo com suas características, alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais
- Realizar a produção de mudas e sementes, em propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação.
- Planejar, organizar e monitorar programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos.
- Planejar, organizar e monitorar o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria-prima e dos produtos agroindustriais.
- Orientar projetos de recomposição florestal em propriedades rurais.
- Aplicar métodos e programas de melhoramento genético.
- Prestar assistência técnica na aplicação, na comercialização, no manejo de produtos especializados e insumos (sementes, fertilizantes, defensivos, pastagens, concentrados, sal mineral, medicamentos e vacinas).
- Interpretar a análise de solos e aplicar fertilizantes e corretivos nos tratos culturais.
- Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas.
- Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita.
- Supervisionar o armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agropecuários.
- Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial.

- Emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial.

- Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária.

- Manejar animais por categoria e finalidade (criação, reprodução, alimentação e sanidade).

- Aplicar técnicas de bem-estar animal na produção agropecuária.

- Treinar e conduzir equipes nas suas modalidades de atuação profissional.

- Aplicar as legislações pertinentes ao processo produtivo e ao meio ambiente.

- Aplicar práticas sustentáveis no manejo de conservação do solo e da água.

- Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos agropecuários e animais.

- Executar a gestão econômica e financeira da produção agropecuária. - Administrar e gerenciar propriedades rurais.

- Realizar procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais.

- Operar, manejar e regular máquinas, implementos e equipamentos agrícolas.

- Operar veículos aéreos remotamente pilotados e equipamentos de precisão para monitoramento remoto da produção agropecuária.

### **6.1. Área de Atuação do Egresso**

O CNCT (BRASIL, 2022) especifica que o Técnico em Agropecuária tem, como locais e ambientes de trabalho:

- i. Empresas públicas e privadas que atuam no desenvolvimento de soluções tecnológicas para o setor agropecuário
- ii. Instituições de assistência técnica, extensão rural e pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica
- iii. Agências de defesa sanitária
- iv. Propriedades rurais Empresas de consultoria agropecuária
- v. Empresas de comércio e de representação comercial de produtos agropecuários Indústrias de insumos agropecuários
- vi. Empresas de máquinas, de equipamentos e implementos agrícolas Indústrias de processamento de produtos de origem animal e vegetal
- vii. Agroindústrias Cooperativas e associações rurais

### **6.2. Acompanhamento do Egresso**

O acompanhamento do egresso será realizado conforme dispõe a Resolução n.º 608 – Conselho Superior, de 21 de outubro de 2021, cujo objetivo geral é fomentar, orientar e disciplinar a continuidade e a manutenção do vínculo entre os campi e seus egressos, por meio do planejamento e da execução de ações de extensão de forma articulada com o ensino e a pesquisa, podendo ser de cunho educativo, técnico, científico, tecnológico, desportivo, artística e cultural.

Conforme dispõe a referida Resolução, caberá ao Setor de Extensão do Campus o planejamento e execução da Política de Acompanhamento de Egressos no âmbito do CAB, com monitoramento, acompanhamento, avaliação e assessoria da Pró-Reitoria de Extensão do IFRR (PROEX), por meio de sua Coordenação de Programas e Registro de Extensão (COPRE) e o Observatório do Mundo do Trabalho (OMT).

## **7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

A organização curricular do curso Técnico em Agropecuária subsequente EAD observa as determinações legais presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), atualizada pela Lei nº 11.741 (BRASIL, 2008 – 3) da educação profissional e tecnológica, bem como na Resolução nº 1, de 05 de janeiro de 2021 (BRASIL, 2021), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação profissional e Tecnológica.

Ainda ampara-se na Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968 que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio, no Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985 que que regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau; Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018 que cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas., Autarquias com autonomia administrativa e financeira e com estrutura federativa. Na Portaria do nº 3.156, de 28 de maio de 1987 de Consolidação das Leis de Trabalho – CLT – Enquadra o Técnico Agrícola como profissional liberal; No Decreto 4.560, de 30 de dezembro de 2002 que altera o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau.

O curso será ofertado na modalidade de Educação a Distância, com encontros presenciais para o desenvolvimento pedagógico das Práticas Profissionais e, portanto, nesse aspecto, seguirá o disposto no Decreto 9.057/2017, que trata da educação a distância no âmbito da educação nacional. Para tanto, o curso utilizará Tecnologias da Informação e Comunicação para seu desenvolvimento, desde o desenho até a integralização de cada oferta.

A ferramenta principal para a oferta do curso, nos termos expostos acima, é o Ambiente Virtual de Aprendizagem MOODLE. Nesse ambiente ocorrerão todas as atividades pedagógicas previstas para o curso, que compreendem atividades pedagógicas a distância, carga horária total de 1200 horas. O Curso Técnico em Agropecuária, ofertado pelo *Campus Avançado Bonfim*, tem organização curricular modular, dividido em 3 (três) módulos semestrais, atendendo competências requeridas para a formação do perfil profissional, os 03 (três) módulos terão carga horária de 400 horas cada. Além disso, cada módulo habilita o aluno para formações intermediárias de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações, a seguir: Auxiliar em Agricultura (CBO 6220-20), Agricultor Polivalente (CBO 6120-05) e Criador em Pecuária Polivalente (CBO 6130-05).

Os cursos Técnicos de Nível Médio oferecidos na modalidade de Educação a Distância, no âmbito da área profissional da Saúde, devem cumprir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de carga horária presencial, sendo que, no caso dos demais eixos tecnológicos, será exigido um mínimo de 20% (vinte por cento) de carga horária presencial. Sendo assim, como o Curso Técnico em Agropecuária encontra-se no eixo tecnológico Recursos Naturais, o mesmo será desenvolvido respeitando uma carga horária mínima de 20% (vinte por cento) da carga horária total da grade curricular sendo desenvolvido de forma presencial.

O curso Técnico em Agropecuária apresenta uma organização curricular flexível, que possibilita a formação continuada, assim como o acompanhamento, por parte dos discentes, das mudanças de forma autônoma e crítica. E para desenvolvimento das competências necessárias à formação técnica, será considerada a relação entre teoria e prática, onde nos encontros presenciais, caso necessário, os docentes oportunizarão aos discentes as aulas práticas.

Nesse aspecto, a proposta de implementação do curso está organizada por componentes curriculares, com regime semestral, totalizando 1200 horas de atividades acadêmicas distribuídas em três semestres. Após a integralização das disciplinas, o discente estará apto a receber o diploma de Técnico em Agropecuária.

## 7.1. Estrutura Curricular

**Quadro 1 – Estrutura Curricular**

--	--	--	--	--

Módulos	Componente Curricular	Carga Horária (60 min)	Carga Horária (EaD)	Carga Horária (Presencial)
Auxiliar em Agricultura (CBO 6220-20)	Educação a Distância e Ambientação em EaD**	30	24	6
	Informática Básica**	50	40	10
	Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas	50	40	10
	Ambiente e Princípios de Agroecologia	40	32	8
	Fitossanidade	40	32	8
	Topografia e Construções rurais	50	40	10
	Gestão da Empresa Rural	50	40	10
	Cooperativismo e Associativismo	30	24	6
	Desenvolvimento e Extensão Rural	30	24	6
	Projetos de Intervenção em Agropecuária	30	24	6
	<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>320</b>	<b>80</b>
Agricultor Polivalente	Irrigação e Drenagem	50	40	10
	Mecanização Agrícola	50	40	10
	Agroindústria Familiar e certificação de produtos artesanais.	50	40	10
	Paisagismo e floricultura	40	32	8
	Plantas amazônicas de interesse			

(CBO 6120-05)	comercial e científico.	30	24	6
	Saúde e Segurança do Trabalho e Legislação trabalhista no campo	30	24	6
	Culturas anuais	50	40	10
	Fruticultura	50	40	10
	Silvicultura	50	40	10
	<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>320</b>	<b>80</b>
Produtor em Pecuária Polivalente (CBO 6130-05)	Avicultura Sustentável	40	32	8
	Criações animais alternativas	30	24	6
	Cadeias de produção agropecuária e agronegócio na Amazônia legal	30	24	6
	Apicultura	30	24	6
	Bovideocultura	50	40	10
	Nutrição Animal e Alimentação não convencional na dieta animal.	50	40	10
	Fundamentos de defesa e vigilância agropecuária.	30	24	6
	Ética, Cidadania e aspectos legais sobre bem estar animal	30	24	6
	Sanidade animal	40	32	8
	Suínocultura	30	24	6
	Aquicultura e princípios de Sanidade de animais aquáticos	40	32	8
	<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>320</b>	<b>80</b>

<b>C.H. Total do curso</b>	<b>1200</b>	<b>960</b>	<b>240</b>
<b>COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS</b>			
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS (EaD)	<b>40</b>	<b>40</b>	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (OBRIGATÓRIA + OPTATIVA)</b>			1.240

\*É facultado aos docentes o cumprimento de até 15% (quinze por cento) da carga horária dos componentes curriculares por eles ministrados por meio de atividades extraclasse, as quais devem estar previstas no Plano de Ensino do respectivo componente curricular e obedecer aos critérios e especificações estabelecidos para sua realização na Organização Didática em vigor.

\*\* As disciplinas de **Educação a Distância e Ambientação em EAD e Informática básica** devem ser cursadas como disciplinas de nivelamento pelos estudantes que optarem por fazer apenas um das formações intermediárias no início dos módulos, quando houver vagas.

O curso foi estruturado numa sequência lógica e contínua de apresentação das diversas áreas do conhecimento e ainda das suas interações no contexto da formação do profissional. O Curso Técnico em Agropecuária EAD está organizado por meio de uma sólida base de conhecimentos científico-tecnológico-humanísticos, com uma carga horária total de 1200 h, conforme pode ser observado na representação a seguir:

#### 6.1.1. Representação Gráfica do Processo Formativo

**Figura 5 - Representação Gráfica do Processo Formativo**

Módulo Auxiliar em Agricultura	Módulo Agricultor Polivalente	Módulo Produtor em Pecuária Polivalente
Educação a Distância e Ambientação em EaD – 30 h	Irrigação e Drenagem– 50 h	Avicultura Sustentável– 40 h
Informática Básica – 50h	Mecanização Agrícola– 50h	Criação animais alternativos– 30h
Fertilidade de Solo e Nutrição de Plantas – 50h	Agroindústria Familiar e certificação de produtos artesanais– 50h	Cadeias de produção agropecuária e agronegócio na Amazônia Legal– 30h
Ambiente e Princípios de Agroecologia – 40 h	Paisagismo e floricultura– 40 h	Apicultura– 30 h
Topografia e Construções rurais – 40h	Plantas amazônicas de interesse comercial e científico– 30h	Bovideocultura– 50h
Gestão da Empresa Rural – 50h	Saúde e Segurança do Trabalho e Legislação trabalhista no campo– 30h	Nutrição Animal e Alimentação na dieta animal– 50h
Cooperativismo e Associativismo– 30 h	Cultura anuais– 50 h	Fundamentos de defesa e vigilância agropecuária– 30 h
Desenvolvimento e Extensão Rural – 30h	Fruticultura– 50h	Ética, Cidadania e aspectos legais sobre bem estar animal– 30h
Projetos de Intervenção em Agropecuária- 30h	Silvicultura- 50h	Sanidade animal- 40h Suinocultura – 30h
		Aquicultura e princípios de Sanidade de animais aquáticos – 40h

## 6.2. Ementário

### Módulo Auxiliar em Agricultura

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Educação a Distância e Ambientação em EaD	I	24	6	30
<b>Ementa</b>					
<p>Concepções de EaD: O que é educação à distância; Breve histórico da educação à distância no Brasil; Legislação e ética na educação à distância. Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA: O que é AVA?; AVA Moodle – IFRR; Ferramentas do AVA: tipos de interação no AVA; Funções das ferramentas do AVA; Como utilizar as ferramentas do AVA; Metodologias de EaD: Planejamento e comprometimento na aprendizagem à distância; Técnicas de estudo para a aprendizagem à distância; Princípios para estudar na EaD; Organização do tempo; Redes sociais e netiquetas.</p> <p>Autonomia e colaboração na EAD.</p>					
<b>Área de Integração</b>					

Projetos de Intervenção em Agropecuária, Topografia e Construções rurais, Fundamentos de defesa e vigilância agropecuária, Gestão da Empresa Rural, Saúde e Segurança do Trabalho e Legislação Trabalhista no Campo.

### Bibliografia Básica

ALVES, Luciene. **Educação à distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. ABED, 2011.

BARBOSA, Rommel. **Ambientes virtuais de aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BELLONI, Maria. **Educação à distância**. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

BRASIL. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005.

### Bibliografia Complementar

COORDENAÇÃO CENTRAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – PUC/RJ. **Educação à Distância e Formação de Professores: relatos e experiências**. Rio de Janeiro: PUC – Rio, 2007.

KENSKI, Vani. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. 3 ed. Campinas: Papirus, 2008.

MATTAR, João. **Guia de educação à distância**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

CITELLI, A. Ensino a distância na perspectiva dos diálogos com a comunicação. **Comunicação, Mídia e Consumo**, 8(22), 187-209, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** (3a ed.). Porto Alegre: Artmed, 2010.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Informática Básica	I	40	10	50

### Ementa

Histórico e evolução dos Computadores, Tecnologias e aplicações de computadores, definição de computadores; capacidade de processamento e armazenamento; Componentes de um sistema de computação: Conceitos e características de Software e Hardware; A linguagem do computador, representação digital de dados; A importância da informática para a comunicação contemporânea; Sistemas operacionais livres e/ou proprietários; Manejo e utilização de editores de textos, planilhas eletrônicas e apresentações; Aplicação de ferramentas eletrônicas para busca de informação na Internet, navegação na web e envio e e-mails com arquivos em anexo; Ferramentas utilitárias; Utilização de softwares específicos da área de agricultura.

História da Microinformática. - Evolução da arquitetura dos computadores - Processadores - Memórias - Periféricos. Conceitos e Características de Software - Classificação (livre x proprietário, básico x aplicativo, demo x free x shareware, etc).

### Área de Integração

Projetos de Intervenção em Agropecuária, Topografia e Construções rurais, Fundamentos de defesa e vigilância agropecuária, Gestão da Empresa Rural, Saúde e Segurança do Trabalho e Legislação Trabalhista no Campo.

## Bibliografia Básica

ARAUJO, Ismael Souza. **Sistemas operacionais windows**. Brasília: NT Editora, 2014.

ARAUJO, Ismael Souza. **Informática básica**. Brasília: NT Editora, 2014.

CASTELLS, M. A. **Sociedade em rede**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

VELLOSO, F. C. de. **Informática: conceitos básicos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

## Bibliografia Complementar

ARAÚJO, José Ricardo Moreira de. **Internet e suas ferramentas**. Brasília, DF: NT Editora, 2014.

AKABANE, Getúlio K. **Gestão Estratégica da tecnologia da informação: Conceitos, Metodologias, Planejamento e Avaliações**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ALCALDE LANCHARRO, Eduardo; GARCIA LOPEZ, Miguel; PENUELAS FERNANDEZ, Salvador. **Informática básica**. São Paulo: Makron Books, 2004.

BONI, Jan Van. **ITIL: guia de referência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BROOKSHEAR, J. G. **Ciência da computação: uma visão abrangente**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

CAPRON, H.L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

CORNACCHIONE JUNIOR; Edgard B. **Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. **Passo a passo Microsoft Office Power Point 2007**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas	I	40	10	50

## Ementa

Formação do solo: Fatores e processos, composição, perfil e horizontes diagnósticos;

Propriedades do solo: Físicas, químicas e biológicas;

Conservação do solo e da água: práticas conservacionistas;

Avaliação da fertilidade do solo: Nutrientes, troca iônica, amostragem e análise de laboratório;

Acidez e calagem do solo;

Sistema de recomendação de adubação: Amostragem do solo; Interpretação dos resultados da análise do solo; Recomendação de nitrogênio, fósforo e potássio.

Adubação orgânica: Concentração de nutrientes em resíduos orgânicos; Cálculo das quantidades de nutrientes a aplicar; Uso conjunto da adubação orgânica e mineral  
Manejo dos adubos orgânicos.

## Área de Integração

Culturas anuais, Projetos de Intervenção em Agropecuária, Paisagismo e Floricultura,

### Bibliografia Básica

MALAVOLTA, E.; PIMENTEL-GOMES, F.; J.; ALCARDE C. **Adubos e adubações**. 1ª ed. São Paulo: Nobel, 2015. 200 p.

MALAVOLTA, E. **Manual de nutrição mineral de plantas**. 1ª ed. São Paulo. Editora Agronômica Ceres, 2006. 638 p.

NOVAIS, R.F. et. al.B. **Fertilidade do solo**. Viçosa, MG. Editora SBCS, 2007. 1017 p.

FERNANDES, M. S.; Souza; S. R. de; SANTOS, L. A. **Nutrição mineral de plantas**. 2ª ed. Viçosa, MG: SBCS, 2018. 670 p.

FONTES, Paulo Cezar Rezende. **Nutrição mineral de plantas: anamnese e diagnóstico**. 1ª ed. Viçosa, MG: Editora UFV, 2016. 315 p.

MALAVOLTA, E. **Manual de nutrição mineral de plantas**. 1ª ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 2006. 638 p.

### Bibliografia Complementar

BALOTA, E. L. **Manejo e qualidade biológica do Solo**. 1ª ed. rev. Londrina. Editora Mecenas, 2017, 288 p.

LEPSCH, I.F. **Formação e conservação dos solos**. 2ª ed. São Paulo: Oficina de textos, 2010. 216 p.

RAIJ, B.V. **Fertilidade do solo e manejo de nutrientes**. 1ª ed. Piracicaba: IPNI, 2011. 420 p.

SANTOS, G. R. et.al. **Fundamentos da matéria orgânica do solo: ecossistemas tropicais e subtropicais**. 2ª ed. Porto Alegre: Metrópole, 2008. 654 p.

SOUZA, C.M; et al. **Adubação verde e rotação de culturas**. 1ª ed. Viçosa, MG: UFV, 2012. 108 p.

TROEH, F. R.; TOMPSON, L. M. **Solos e fertilidade do solo**. 1ª ed. São Paulo: Andrei, 2007, 718 p.

DECHEN, Antonio Roque.; et all. **Nutrição mineral de plantas**. 1ª ed. Viçosa, MG: Editora Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2006. 432 p.

FERNÁNDEZ, Victoria; SOTIROPOULOS, Thomas; BROWN, Patrick. **Adubação Foliar: fundamentos científicos e técnicas de campo**. 1ª ed. editora Abisolo, São Paulo. 2015.

PRADO, Renato de Mello. **Nutrição de plantas**. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010. 408 p.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Ambiente e Princípios de Agroecologia	I	32	8	40
<b>Ementa</b>					

Impacto das técnicas agrícolas convencionais sobre os recursos naturais. Conceito de agricultura sustentável. Sistemas de produção agroecológicos. Manejo agroecológico de pragas, doenças e plantas espontâneas. Biofertilizantes. Certificação orgânica. Procedimentos de adaptação de experimentos didáticos em dimensões exigidas pela realidade do mundo do trabalho. Entender as relações que ocorrem entre os organismos vivos e o ambiente. Propor medidas para o desenvolvimento sustentável. Planejar e desenvolver programas de produção agroecológica. Conhecer métodos alternativos de controle de pragas, doenças e plantas invasoras. Realizar procedimentos práticos, a partir dos conceitos aprendidos.

Introdução a agroecologia. Conceitos de ecossistemas naturais e agroecossistemas. Funcionamento dos agroecossistemas. Fatores bióticos e abióticos nos agroecossistemas. Interações ecológicas intra e interespecíficas. Recursos genéticos em agroecossistemas. Diversidade e estabilidade do agroecossistema.

Princípios de ecologia populacional e demográfica de plantas. Nichos ecológicos. Diversidade e sustentabilidade dos sistemas agroecológicos.

Diferenças entre agricultura convencional de agricultura alternativa;

Agricultura alternativa: agricultura orgânica, agricultura natural, agricultura biodinâmica;

Agroecologia e desenvolvimento sustentável;

Diferenças entre ecossistemas e agroecossistemas;

Composição e manejo da biodiversidade do solo - micorrizas e bactérias fixadoras de nitrogênio;

Plantas de cobertura e seus efeitos no solo – consórcio e rotação de culturas;

Práticas de compostagem;

Vermicompostagem;

Manejo agroecológico de pragas, doenças e plantas invasoras;

Biofertilizantes;

Sistemas agroflorestais;

Certificação orgânica.

### Área de Integração

Culturas Anuais, Apicultura, Topografia e Construções Rurais, Paisagismo e Floricultura, Bovideocultura, Fitossanidade e Sanidade Animal, Silvicultura, Suinocultura, Avicultura Sustentável, Criações Animais Alternativas, Fruticultura.

### Bibliografia Básica

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: ideias na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1997. 323p.

AMBROSANO, E. **Agricultura ecológica**. Rio Grande do Sul: Agropecuária, 1999.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (ed. téc.) **Agroecologia**: Princípios e Técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. 1ª. Ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

BEZERRA, M. do C. L.; VEIGA, J. E. da. **Agricultura sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

### Bibliografia Complementar

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 214p.

BEZERRA, M. do C. L.; VEIGA, J. E. da. **Agricultura sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

CARSON, R. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

FIGUEIREDO, M. A B.; LIMA, J. R. T. de. **Extensão rural, desafios de novos tempos**: Agroecologia e sustentabilidade. Recife: Bagaço, 2006.

FONSECA, M. F. de A. **Agricultura orgânica**. Rio de Janeiro: Pesagro-rio, 2009.

ODUM, 1988. **Ecologia**. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara,433p.

DUARTE, L. G.; THEODORO, S. H.; VIANA, J. N. **Agroecologia**: um caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

EHLES, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2 ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 157p.

PRIMAVESI, A. **Agroecologia**: ecosfera, tecnosfera e agricultura. São Paulo: Nobel, 1997.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças na Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARCELOS, V. H. L., OLIVEIRA F. **Educação ambiental e cidadania**: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

BECKER, D. F. **Desenvolvimento sustentável**: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul/RS, Edunisc, 1999.

BRITO, F. A., CÂMARA, J. B. D. **Democratização e gestão ambiental**: em busca do desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 1999.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Fitossanidade	I	32	8	40
<b>Ementa</b>					
Proporcionar o conhecimento básico sobre os insetos, microorganismos e plantas daninhas que interferem na sanidade das plantas e suas interações no agroecossistema; Conhecer as medidas adequadas de controle para reduzir ou evitar seus efeitos nos aspectos quantitativos e/ou qualitativos da produção, das principais espécies cultivadas em Roraima.					
<b>Área de Integração</b>					
Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas, Ambiente e Princípios de Agroecologia, Cadeias de Produção Agropecuária e Agronegócio na Amazônia Legal.					
<b>Bibliografia Básica</b>					
BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. <b>Manual de Fitopatologia: princípios e conceitos</b> . 4ªed. São Paulo: Agronômica Ceres, 2011. v.1, 919p.					
GALLO, D.; NAKANO, O.; SILVEIRA NETO, S.; CARVALHO, R.P.L.; BATISTA, G.C.; BERTI FILHO, E.; PARRA, J.R.P.; ZUCCHI, R.A.; ALVES, S.B. ;VENDRAMIM, J.D.; MARCHINI, L.C; LOPES, J.R.S.; OMOTO, C. <b>Entomologia agrícola</b> . Piracicaba: FEALQ, 2002. 920p.					
KIMATI H., AMORIM L., FILHO BERGAMIN A., CAMARGO L.E. A., REZENDE					

J.A.M., **Manual de Fitopatologia - Doenças das Plantas Cultivadas**. 4a ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 2005, v.2. 663p.

MATUO, T. **Técnicas de aplicação de defensivos agrícolas**. Jaboticabal: FUNEP, 1990.139p

RIBEIRO DO VALE, F. X. ; ZAMBOLIM, L. **Controle de doenças de plantas: grandes culturas**. Viçosa/MG, MG: UFV, Departamento de Fitopatologia; Brasília, DF. Ministério da Agricultura e do Abastecimento, v.2, 1997.

#### Bibliografia Complementar

AZEVEDO, L. A. S. **Fungicidas protetores: fundamentos para o uso racional**. São Paulo, 2003. 320p.

Gullan, P.J.; Cranston, P.S. **Os insetos: um resumo de entomologia**. São Paulo: Roca, 2007. 440p.

ROMEIRO, R.S. **Métodos em bacteriologia de plantas**. Viçosa/MG:UFV, 2001, 279p.

ZAMBOLIM,L. et.al. (Ed.). **Manejo Integrado: fruteiras tropicais**. Viçosa/MG: UFV, 2002. 672p.

ZERBINI JÚNIOR, F.M. et al. **Introdução à virologia vegetal**. Viçosa/MG:UFV, 2002. 145p

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Topografia e Construções Rurais	I	40	10	50

#### Ementa

Conceitos básicos sobre a Topografia. Grandezas utilizadas na Topografia. Transformação de unidades de medidas de áreas e de ângulos. Noções de desenho técnico. Rumos e Azimutes. Aparelhos de GPS e bússola. Planimetria. Altimetria. Tipos de aparelhos e equipamentos topográficos. Tipos de levantamentos topográficos. Marcação em curva de nível. Sistematização de terrenos. Materiais de construção. Tipos de construções rurais para armazenamento de produtos de origem vegetal. Planejamento de instalações rurais. Técnicas básicas de construção rurais. Construções e instalações alternativas com palha e madeira no meio rural brasileiro. Conhecer os conceitos básicos da topografia. Conhecer e utilizar os equipamentos e acessórios da Topografia. Manusear utensílios usados em desenho técnico. Fazer leituras de GPS. Realizar medidas diretas de distâncias. Executar levantamentos planimétricos e altimétrico. Calcular declividades e utilizar a prática de curvas de nível com equipamentos topográficos alternativos e/ou convencional. Realizar procedimentos práticos, a partir dos conceitos apreendidos. Qualificar e quantificar os materiais usados em construções rurais. Conhecer técnicas utilizadas para construções rurais. Conhecer noções básicas para instalações rurais e etapas construtivas. Dimensionar projetos de construções rurais. Planejamento das edificações e instalações: localização, orientação, plantas

Dimensionamento de construções e instalações rurais: residência rural, galpão, silos, pocilgas, aviários, curral, cercas. Construções e instalações alternativas com palha e madeira no meio rural brasileiro Orçamento e memorial descritivo

#### Área de Integração

Irrigação e Drenagem, Gestão da Empresa Rural, Desenvolvimento e Extensão Rural, Culturas Anuais, Apicultura, Paisagismo e Floricultura, Bovideocultura, Silvicultura, Suinocultura, Fruticultura.

### Bibliografia Básica

EDUARDO, C. A. C.; CRUZ, M. D.; MORIOKA, C. A. **Desenho técnico**: medidas e representação gráfica. 1. ed. São Paulo: Editora Érica, 2018. 270 p.

MATOS, J. L.; CASACA, J. M.; DIAS, J. M. B. **Topografia Geral**. 4. ed. São Paulo: Editora LTC, 2007. 220 p.

MCCORMAC, J. **Topografia**. 5. ed. São Paulo: Editora LTC, 2010. 391 p.

### Bibliografia Complementar

DAIBERT, J. D. **Topografia**: técnicas e práticas de campo. 2. ed. São Paulo: Editora Érica, 2013. 120p.

GONÇALVES, J. A.; MADEIRA, S.; SOUZA, J. J. **Topografia**: Conceito e aplicações. 3. ed. São Paulo: Editora Lidel, 2012. 368 p.

TULER, M. O.; SARAIVA, S. L.; TEIXEIRA, A. C. **Manual de práticas de topografia**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2016. 144 p.

TULER, M.; SARAIVA, S. **Fundamentos da topografia**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Bookman, 2013. 324 p.

SENAI. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Desenho técnico**. São Paulo: SENAI-SP Editora, 2015. 256 p.

CARDÃO, C. **Técnicas de Construção**. Editora Nobel. São Paulo – SP. 1996.p.176.

CARNEIRO, O. **Construções rurais**. Ed. Nobel. São Paulo, 1982, 719 p;

PEREIRA, M. F. **Construções rurais**. Ed. Nobel. 2a ed. Campinas – SP. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1986. p.389.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Gestão da Empresa rural	I	40	10	50

### Ementa

Gestão da empresa rural: Caracterização dos segmentos produtivos agropecuários; Noções de planejamento e gestão organizacional; Gestão financeira da empresa rural; Comercialização e Marketing de produtos agropecuários; Avaliação patrimonial da propriedade rural; Investimentos, custeios agropecuários e políticas agrícolas, agrárias e crédito rural; Noções de elaboração de projetos de financiamento; Gestão rural, meio ambiente e legislação. Conceitos e tipos de empreendedorismo. Planejamento de empreendimento. Planejamento de negócios para um produto. Características do empreendedor. Princípios do empreendedorismo rural, social e corporativo. Tipos de canais de comercialização de produtos.

### Área de Integração

Agroindústria Familiar e Certificação de Produtos Artesanais, Cooperativismo e Associativismo, Desenvolvimento e Extensão Rural, Cadeias de Produção Agropecuária e Agronegócio na Amazônia Legal.

### Bibliografia Básica

ANDRADE, J. G. de. **Introdução à Administração Rural**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1996.

BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, R. A. G. da. **Administração Rural**: Teoria e Prática. 3ª ed. Juruá Editora,

**Bibliografia Complementar**

AIDAR, A.C.K. (Org.) **Administração Rural**. São Paulo: Paulicéia, 1995. 272 p.

BATEMAN, T. S.; SNELL, S. A. **Administração**: construindo vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1998. 539 p.

SANTOS, G.J.; MARION, J.C. **Administração de custos na agropecuária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1996. 140 p.

BARBOSA, J. S. **Administração rural a nível de fazendeiro**. São Paulo: Nobel, 1983. 90p.

LUDKE, M., ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Cooperativismo e Associativismo	I	24	6	30

**Ementa**

Princípios históricos e Sentido social da cooperação e objetivos do cooperativismo; Diferenças entre uma sociedade cooperativa e uma sociedade mercantil; Organização e funcionamento das cooperativas e associações; Conceitos e tipos de empreendedorismo; tipos e segmentos de cooperativas e associações; Tipos de canais de comercialização de produtos. Conhecer conceito histórico, fundamentos, princípios de empreendedorismo rural; Conhecer conceitos de empreendedorismo rural, empreendedorismo social e corporativo; Reconhecer a importância socioeconômica do cooperativismo e associativismo; Compreender as características empreendedoras a partir de relatos de empreendedores da área de agropecuária; Compreender o processo de comercialização; Realizar procedimentos práticos, a partir dos conceitos aprendidos; Comunicação Organizacional; ambiente social; ambiente organizacional; dinâmica de grupo de planejamento nas organizações; gestão de pessoas; sindicatos rurais; economia regional; cenário da economia da região; principais cadeias produtivas; estratégias de negócios; diferenças básicas entre cooperativismo e associativismo; contexto histórico do associativismo; importância econômica; organização; formas associativas; associativismo empresarial; sindicatos rurais: trabalhadores e empregadores; condomínio rural; projeto de implantação de uma associação; contexto histórico do cooperativismo; características do sistema cooperativista; doutrina cooperativista; órgãos sociais; projeto de implantação de cooperativas; políticas públicas; implantação de programas de incentivo; tipos de cooperativas, quanto ao nível de atuação e quanto ao objeto; o sistema cooperativista brasileiro.

**Área de Integração**

Apicultura, Projetos de Intervenção em Agropecuária, Gestão da Empresa Rural, Silvicultura, Suinocultura, Agroindústria Familiar e Certificação de Produtos Artesanais, Avicultura Sustentável, Desenvolvimento e Extensão Rural, Cadeias de Produção Agropecuária e Agronegócio na Amazônia Legal, Fruticultura, Aquicultura e Princípios de Sanidade de Animais Aquáticos.

**Bibliografia Básica**

ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

GONÇALVES NETO, A. A. **Sociedades cooperativas**. São Paulo: Lex, 2018. 590

### Bibliografia Complementar

CENZI, N. L. **Cooperativismo:** desde de as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2009. 170 p.

COTS, M. E. R. **Cooperativa de trabalho:** tratamento tributário e função social. Juruá, 2008. 194 p.

GUALHARDO, J. H. da S.; LINS, P. G. **Cooperativismo Lei 5.764/71:** lei da Política Nacional de Cooperativismo acompanha a LC 130/2009 e a Lei 12.690/2012. Brasília, DF: Juruá, 2014. 70 p.

LIMA, C. C.; QUINTINO, S. M. **O cooperativismo e a gestão agropecuária:** reflexões acerca que envolvem a agricultura familiar em Rondônia. Clube de Autores, 2013. 94 p.

SAUBORIN, E. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural.** v. 6. n. 23. Brasília: UNB/NEAGRI, 2006. 280 p.

SILVA, M. M. **Governança de sociedades cooperativas:** uma visão prática. São Paulo: Fontenele Publicações, 2019. 304 p.

SINGER, P. **Ensaio sobre economia solidária.** São Paulo: Almeida, 2018. 226 p.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Desenvolvimento e Extensão Rural	I	24	6	30

### Ementa

Fundamentos da Extensão Rural; Caracterização de produtores rurais; Estrutura agrícola do Brasil. Métodos de aprendizagem e treinamento; Processos de comunicação e difusão de inovações; Planejamento e avaliação de programas de extensão; Desenvolvimento de comunidades. Introdução ao Estudo da Extensão Rural: Origens e transformações da Extensão Rural no Brasil; Filosofia e princípios; Extensão rural e fomento rural; Extensão rural como educação e mudanças; Extensão rural em organizações privadas, a Igreja, e as ONGs; Extensão rural e comunicação rural: O processo de comunicação e seus elementos; O papel da comunicação no desenvolvimento rural; O processo de aprendizagem; Metodologia de Extensão Rural: Processo geral de difusão de tecnologia; Caracterização dos métodos utilizados; Auxílios audiovisuais; Programas de extensão rural: Novas tecnologias de educação e comunicação; Métodos participativos de análise sócio-econômica e cultural .

### Área de Integração

Apicultura, Projetos de Intervenção em Agropecuária, Gestão da Empresa Rural, Silvicultura, Suinocultura, Agroindústria Familiar e Certificação de Produtos Artesanais, Avicultura Sustentável, Cooperativismo e Associativismo, Cadeias de Produção Agropecuária e Agronegócio na Amazônia Legal, Fruticultura, Aquicultura e Princípios de Sanidade de Animais Aquáticos.

### Bibliografia Básica

BALEM, T. A. **Extensão e desenvolvimento rural**. Santa Maria, RS: Colégio politécnico UFSM, 2015. 123 p.

RAMOS, G. L.; SILVA, A. P. G.; BARROS, A. A. F. **Manual de metodologia de extensão rural**. Recife, PE: 2013, 58 p.

SILVA, R. C. **Extensão rural**. 1. ed. São Paulo: Érica, 2014. 120 p.

### Bibliografia Complementar

FILHO, M. B. **O impacto da extensão rural**. Joinville, SC: Clube de Autores, 2018. 220 p.

MORAES, C. S. **Uma revolução científica da extensão rural e a emergência de novo paradigma**. 1. ed. Paraná: Editora Appris, 2018. 139 p.

OLIVEIRA, F. C. **Estratégias de desenvolvimento rural e alternativas tecnológicas para a agricultura familiar**. 1. ed. Editora Embrapa, 2008. 376 p.

PEREIRA, M. N.; CAUDURO, A.V.; FREITAS, C. A. **Métodos e meios de comunicação em extensão rural**. Porto Alegre: 2009, 39 p.

PRADO, E. **Agricultura familiar e extensão rural no Brasil**. 1. ed. Minas Gerais: Editora FEPMVZ, 2011. 120 p.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Projetos de Intervenção em Agropecuária	I	24	6	30

### Ementa

Etapas da elaboração e acompanhamento de um Projeto de Intervenção voltado para atividades agropecuárias. Normas da ABNT. Elaboração de projeto. Etapas de execução, monitoramento e avaliação de projetos de intervenção com temas vivenciados e selecionados pelos alunos. Sistematização, organização e elaboração de relatórios ou produtos finais. Pesquisa bibliográfica.

### Área de Integração

Ambiente e Princípios de Agroecologia, Topografia e Construções Rurais, Irrigação e Drenagem, Culturas Anuais, Apicultura, Paisagismo e Floricultura, Bovideocultura, Irrigação e Drenagem, Silvicultura, Suinocultura, Avicultura Sustentável, Cooperativismo e Associativismo, Fruticultura.

### Bibliografia Básica

PADUA, E.M.M. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: Papyrus, 2008.

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer projetos**. São Paulo: Câmpus, 2009.

RUDIO, F.V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. São Paulo: Vozes, 2007.

### Bibliografia Complementar

BIONDI, D. **Paisagismo**. Universidade Federal Rural de pernambuco, 1998

CAIXETA FILHO, J.V. **Pesquisa Operacional: Técnicas de Otimização Aplicadas a Sistemas Agroindustriais**. São Paulo: Atlas, 2001.

LORENZI, H. **Plantas Ornamentais do Brasil**. Editora Plantarum, 2000

LORENZI, H. **Árvores Brasileiras Volume I e II**. Editora Plantarum, 2000.

NILSON, M. J. **Educação: projetos e valores**. 5. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

MAGALHÃES, G. **Introdução à Metodologia da Pesquisa**. - Caminhos da Ciência e Tecnologia. São Paulo: Ática, 2006.

## MÓDULO AGRICULTOR POLIVALENTE

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Irrigação e drenagem	II	40	10	50

### Ementa

Conceitos básicos de irrigação; tipos de drenagem e manutenção; fontes e qualidade da água para irrigação; métodos e sistemas de irrigação; dimensionamento de sistemas de irrigação; fertirrigação e controle fitossanitário; sistemas de drenagem; procedimentos de adaptação de experimentos didáticos em dimensões exigidas pela realidade do mundo do trabalho. Origem e conceitos básicos; importância da irrigação para produção de alimentos e situação da irrigação no mundo atual; características físicas dos solos; disponibilidade de água; qualidade de água para irrigação e tipos de reservatórios; avaliação de dimensionamento dos sistemas de irrigação; drenagem superficial e subterrânea; irrigação por aspersão e microaspersão, gotejamento e superfície: fatores que limitam a utilização do sistema, componentes do sistema, noções gerais sobre autopropelido e pivô central, tipos de sulcos, irrigação por faixas; irrigação por inundação e subirrigação; dimensionamento de um conjunto convencional; manejo da irrigação via atmosfera: controle da irrigação por métodos que utilizam as variáveis climáticas, lâmina bruta de irrigação e frequência da irrigação; manejo da irrigação via Solo: curva característica de retenção de água no solo, controle da irrigação via tensiometria, lâmina líquida, lâmina bruta e frequência de irrigação; conceitos e fundamentos da fertirrigação; vantagens, desvantagens, potencialidades e limitações; panorama da fertirrigação no mundo e no Brasil; respostas das culturas e fertilizantes utilizados; características dos e sistemas de injeção.

### Área de Integração

Culturas Anuais, Projetos de Intervenção em Agropecuária, Topografia e Construções Rurais, Silvicultura, Fruticultura, Mecanização Agrícola, Aquicultura e Princípios de Sanidade de Animais Aquáticos.

### Bibliografia Básica

BERNARDO, S. et. al. **Manual de irrigação**. 8. ed. Viçosa: UFV, 2009. 545 p.

FARIA, M.A. et. al. **Microirrigação: gotejamento e microaspersão**. Maringá: Eduem, 2012. 356 p.

MANTOVANI, E.C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L.F.: **Irrigação Princípios e Métodos**. 3. ed. Viçosa, MG: UFV, 2009. 355 p.

TUBELIS, A. **Conhecimentos práticos sobre clima e irrigação**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2001. 215 p.

## Bibliografia Complementar

PRUSKI, F. F. **Conservação de solo e água**: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica. Viçosa: UFV, 2009. 279 p.

VILLAMAGNA, D. R. **Irrigação eficiente**. Viçosa, MG: Aprenda fácil, 2016. 193 p.

FERREIRA, V.M. **Irrigação e drenagem**, Floriano: EDUFPI, 2011, 126p.

ALBUQUERQUE, P. E. P. et. al. **Uso e manejo de irrigação**. Sete Lagoas: Embrapa, 2008. 528 p.

BARRETO, A.N. **Irrigação e drenagem na Empresa Agrícola**. Aracaju: Embrapa, 2004. 417. p.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Mecanização Agrícola	II	40	10	50

## Ementa

Fundamentos da mecanização agrícola; Ferramentas básicas em mecânica agrícola; Motores de combustão interna e externa; Tratores agrícolas; Implementos agrícolas; Tração animal; Operações agrícolas (preparo do solo, plantio, tratos culturais e colheita); Custos das operações agrícolas. Introdução às máquinas agrícolas; segurança na utilização de máquinas agrícolas; combustíveis e lubrificantes; armazenamento e manipulação; atrito; tipos de lubrificantes; viscosidade; lubrificantes líquidos e pastosos, lubrificação de máquinas e implementos; motores de uso agrícola; princípios de funcionamento; ignição por centelhamento e compressão; constituição dos motores diesel; partes componentes fundamentais; sistemas complementares e seu funcionamento; características de desempenho; tipos de tratores e sua aplicação; constituição dos tratores agrícolas; manutenção dos tratores agrícolas; máquinas para preparo do solo; o preparo do solo; tipos de preparo do solo; manutenção e regulagens: arados partes componentes e suas funções, arados de aivecas, discos independentes e discos interdependentes; escarificadores, enxadas rotativas, subsoladores e grade agrícola de dentes e de discos, características e suas funções; máquinas para semeadura e adubação classificação das máquinas para semeadura e adubação; manutenção e regulagens: semeadora de precisão, semeadora-adubadora em linha e a lanço, máquinas para tratos culturais; máquinas para aplicação de agrotóxicos, pulverizadores, atomizadores e polvilhadores; máquinas para a colheita; tipos de colheita; colhedora de grãos auto propelida manutenção e regulagens: unidade de corte, recolhimento, trilha, separação, limpeza, armazenamento e descarregamento; perdas na colheita; dimensionamento e logística da frota de máquinas e implementos agrícolas; controle operacional de máquinas agrícolas e custos de máquinas agrícolas.

## Área de Integração

Culturas Anuais, Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas, Apicultura, Ambientes e Princípios de Agroecologia, Topografia e Construções Rurais, Bovideocultura, Gestão da Empresa Rural, Irrigação e Drenagem, Fitosanidade e Sanidade Animal, Silvicultura, Suinocultura, Avicultura Sustentável, Fruticultura.

## Bibliografia Básica

COMETTI, N. N. **Mecanização agrícola**. Curitiba: LT, 2012. 160 p.

BALASTREIRE, L. A. **Máquinas agrícolas**. Piracicaba, SP: Manole, 2005. 310 p.

MIALHE, L.G. **Máquinas agrícolas para plantio**. Campinas, SP: Millennium, 2012.

## Bibliografia Complementar

CARVALHO, L. C. D.; MOREIRA JUNIOR, W. M. M. **Manutenção de tratores agrícolas**. Brasília: LK, 2007.

MINGUELA, J. V.; CUNHA, J. P. R. A. **Manual de aplicação de produtos fitossanitários**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2010.

MONTEIRO, L. de A. **Prevenção de acidentes com tratores agrícolas e florestais**. Botucatu: Diagrama, 2010.

TOURINO, M. C. C. **Máquinas e técnicas para semeadura e aplicação de Insumos**. Lavras: UFLA, 2008.

SHAIM, A. **Manual de tecnologia de aplicação de agrotóxicos**. Brasília: Embrapa, 2009, 73 p.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Agroindústria Familiar e Certificação de Produtos Artesanais	II	40	10	50

## Ementa

Legislação pertinente: aspectos legais e sanitários. Noções de microbiologia de alimentos. Tecnologia de frutas e hortaliças (geléias, compotas, conservas). Tecnologia de leite e derivados (iogurte, queijo, coalhada). Tecnologia de carnes (defumados e carnes secas). Compreender os princípios de beneficiamento dos diferentes alimentos de origem vegetal e animal. Conhecer os princípios básicos de empreendedorismo rural por meio da agroindústria. Conhecer a legislação pertinente à manipulação, produção, industrialização e condições higiênico-sanitárias para produtos de origem vegetal e animal. Produzir e embalar produtos de origem vegetal e animal. Realizar procedimentos práticos, a partir dos conceitos apreendidos. Compreender os princípios de beneficiamento, processamento, conservação dos diferentes alimentos de origem vegetal e animal. Hábitos alimentares da região Norte e Nordeste; Alterações de alimentos (físicas, químicas e biológicas) Métodos de conservação de alimentos de origem vegetal e animal; Métodos de processamento de produtos de origem vegetal: frutas, hortaliças, bebidas e panificação Métodos de processamento de produtos de origem animal: Carnes e seus derivados, leite e seus derivados; Boa práticas de fabricação (BPF) Análise de perigos e pontos críticos de controle (AAPCC) Embalagens para alimentos

Legislação pertinente

## Área de Integração

Culturas Anuais, Apicultura, Plantas Amazônicas de Interesse Comercial e Científico, Bovideocultura, Fundamentos de Vigilância e Defesa Agropecuária, Gestão da Empresa Rural, Fitossanidade e Sanidade Animal, Suinocultura, Avicultura Sustentável, Cooperativismo e Associativismo, Desenvolvimento e Extensão Rural, Fruticultura, Aquicultura e Princípios de Sanidade de Animais Aquáticos.

## Bibliografia Básica

ABREU, L. R. de. **Tecnologia de leite e derivados – processamento e controle**

de qualidade em carne, leite ovos e pescado, Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.

BRASIL, Ministério da agricultura. **Regulamento da inspeção industrial e sanitária de**

**origem animal** – RIISPOA.

EVANGELISTA, José. **Tecnologia de Alimentos**, Ed Atheneu, 2ed, 1989 692p.

#### **Bibliografia Complementar**

ARAUJO, J. M. A. **Química de alimentos**: teoria e prática. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2002.

HAZELWOOD, D. & MCLEAN, A. **Manual de higiene para manipuladores de alimentos**. Livraria Varela. São Paulo. 140 p.

MACEDO, G. A. et al. **Bioquímica experimental de alimentos**. São Paulo, SP: Varela, 2005.

OETTERER, M.; REGITANO-D'ARCE, M. A. B.; SPOTO, M. H. F. **Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos**. Barueri, SP: Manole, 2006. 612p.

RIEDEL, G. **Controle Sanitário dos Alimentos**. Ed Atheneu. 3ª Ed. 455 p.

<b>Código</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>Módulo</b>	<b>CH Distância</b>	<b>CH Presencial</b>	<b>CH Total</b>
	Paisagismo e Floricultura	II	32	8	40

#### **Ementa**

Princípios básicos em paisagismo e jardinagem; Critérios para escolha das espécies vegetais com finalidade ornamental; espécies ornamentais de valor econômico; principais espécies ornamentais usadas no Brasil; implantação e manutenção de jardins; produção e comercialização de plantas ornamentais; potencial regional e mercado para produção de plantas ornamentais e flores; arborização urbana, rodoviária e protecionista; campos de atuação do paisagista; procedimentos de adaptação de experimentos didáticos em dimensões exigidas pela realidade do mundo do trabalho. Importância do paisagismo; classificação dos jardins; relação da jardinagem com as ciências, com as artes e com as técnicas; história e evolução dos jardins; jardins da antiguidade; idade média; renascimento; classicismo; orientais; castelhanos e contemporâneos; plantas em paisagismo: forrações, arbustos, palmeiras, árvores, trepadeiras, entouceirantes, etc.; propagação de plantas ornamentais: principais espécies, métodos, estruturas e substratos; princípios básicos na elaboração de projetos paisagísticos: elementos de composição e estética, levantamentos preliminares, projeto paisagístico; implantação e manutenção de jardins: materiais e mão de obra, serviços preliminares, preparo do solo, locação e construção das estruturas, locação e plantio das espécies vegetais em jardins, locação e plantio das espécies vegetais em vaso; condução do crescimento das plantas, gramado, irrigação, adubação, controle fitossanitário; arborização urbana; importância da arborização urbana; papel da comunidade; análise da vegetação; análise do local: necessidades e limitações, recursos, fatores que influenciam no planejamento, planejamento da arborização urbana, espécies recomendadas, locais de plantio, plantio e manejo da arborização urbana.

#### **Área de Integração**

Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas, Topografia e Construções Rurais, Fitossanidade e Sanidade Animal, Gestão da Empresa Rural, Cooperativismo e

### Bibliografia Básica

BRANDÃO, H. A. **Manual prático de jardinagem**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2015.

KAMPF, A. N. **Produção comercial de plantas ornamentais**. Guaíba: Agropecuária, 2000. 254p.

LIRA FILHO, J. A. **Paisagismo: princípios básicos**. Sério planejamento paisagístico. 2. ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2012.

### Bibliografia Complementar

JAMES, M. **Jardim urbano**. São Paulo-SP: Senac, 2014. 226 p.

LIRA FILHO, J. A. **Paisagismo: elaboração de projetos**. Série planejamento paisagístico. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2012. 254 p.

LIRA FILHO, J. A. **Paisagismo: elementos de composição e estética**. Série planejamento paisagístico. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2002. 194p.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. 3. ed. Instituto Plantarum. Nova Odessa, 2009.

LORENZI, H. **Plantas para o jardim no Brasil: herbáceas, arbustivas trepadeiras**. 2. ed. Instituto Plantarum, 2015.

LORENZI, H.; SOUZA, H. M. de; TORRES, M. A. V.; BACHER, L. B. **Árvores exóticas no Brasil: madeireiras**. Instituto Plantarum. Nova Odessa, 2003.

SANTOS, N. M.; CARVALHO, M. P.; **Burle Marx: jardins e ecologia**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Senac, 2009. 124 p.

TERAO, D.; CARVALHO, A. C. P. P.; BARROSO, T. C. da S. F. **Flores tropicais**. Brasília, DF: EMBRAPA, 2005. 225 p.

TUPIASSÚ, A. **Da planta ao jardim**. São Paulo: Nobel, 2008.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Plantas Amazônicas de interesse comercial e científico.	II	24	6	30

### Ementa

Informações epizootiológicas, clínicas, lesionais e de interesse comercial de doenças causadas por Plantas tóxicas, micotoxinas e principais intoxicações químicas de interesse econômico para herbívoros, propagação e disseminação de plantas espontâneas; Plantas espontâneas: biologia, competição e prejuízos no agronegócio; Como identificar e classificar plantas espontâneas. Prejuízos causados pelas plantas espontâneas, competição entre plantas espontâneas e plantas cultivadas.

### Área de Integração

Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas, Projetos de Intervenção em Agropecuária, Ambiente e Princípios de Agroecologia, Irrigação e Drenagem, Fitossanidade e Sanidade Animal, Agroindústria Familiar e Certificação de Produtos Artesanais, Cooperativismo e Associativismo, Desenvolvimento e Extensão Rural, Fruticultura.

## Bibliografia Básica

BRIGHENTI, A.M.; CASTRO, C.; OLIVEIRA JR., R.S.; SCAPIM, C.A.; VOLL, E. & GAZZIERO, D.L.P. Períodos de interferência de plantas daninhas na cultura do girassol. **Planta Daninha**, 22:251257, 2004.

BRIGHENTI, A.M.; SILVA, J.F.; LOPES, N.F.; CARDOSO, A.A. & FERREIRA, L.R. Crescimento e partição de assimilados em losna. **Rev Bras Fisiol Veg**, 5:4145, 1993.

BRIGHENTI, A.M.; SILVA, J.F.; SEDIYAMA, T.; SILVEIRA, J.S.M. & SEDIYAMA, C.S. Análise de crescimento da tiririca (*Cyperus rotundus* L.). **Revista Ceres**, 44:94110, 1997. Brighenti, A.M.; Voll, E. &

GAZZIERO, D.L.P. *Chloris polydactyla* (L.) Sw., a perennial Poaceae weed: emergence, seed production, and its management. **Weed Biol Manag**, 7:8488, 2007.

## Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **AGROFIT**: Sistemas de Agrotóxicos Fitossanitários. Acesso em: 03 jan. 2010.

LORENZI, H. Manual de identificação e controle de plantas daninhas: plantio direto e convencional. 6. ed. **Nova Odessa: Plantarum**, 2006. 383p.

MARCHI, G.; CARVALHO, M. C.; TADEU, G. G. **Herbicidas: mecanismos de ação e uso**. Documentos, Planaltina, DF, n. 227, out. 2008. Disponível em: Acesso em: 31 jan. 2010.

RUBEM, S. O. J. **Mecanismos de ação de herbicidas**. In: OLIVEIRA JÚNIOR, R. S.; CONSTANTIN, J. Plantas daninhas e seu manejo. Guaíba: Agropecuária, 2001. cap. 7. Disponível em: Acesso em: 31 jan. /2010.

SILVA, A. A.; SILVA, J. F. **Tópicos em manejo de plantas daninhas**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007. 367p.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Saúde e Segurança do Trabalho e Legislação trabalhista no campo	II	24	6	30

## Ementa

Conceitos básicos sobre Saúde e Segurança no Trabalho. Legislação e Certificação em SST. Estudo das principais Normas Regulamentadoras envolvendo organização dos serviços de saúde ocupacional, higiene do trabalho, proteção individual e coletiva, identificação e tratamento dos riscos ambientais, Ergonomia e treinamentos. Estudo do ambiente de trabalho e aplicações específicas. Prevenção de combate a incêndios. Primeiros Socorros. Introdução à Segurança e Saúde no Trabalho e seus principais conceitos de base Legislação e certificação em Saúde e Segurança no Trabalho (SST); Disposições gerais para a SST e aspectos associados ao embargo e interdição dos locais de trabalho; Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho; Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; Proteção Individual e Coletiva; Programas para o Controle Médico e Saúde Ocupacional; Programas de Prevenção dos Riscos no Ambiente de Trabalho; Considerações sobre as atividades insalubres e perigosas e suas implicações Ergonomia; Proteção contra Incêndios e Explosões; Tópicos complementares à SST: Tipos de acidentes de trabalho comuns no meio rural.

### Área de Integração

Culturas Anuais, Apicultura, Ambientes e Princípios de Agroecologia, Topografia e Construções Rurais, Bovideocultura, Gestão da Empresa Rural, Irrigação e Drenagem, Silvicultura, Suinocultura, Avicultura Sustentável, Fruticultura, Mecanização.

### Bibliografia Básica

BARBOSA FILHO, A. N. **Segurança do trabalho e gestão ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 214 p.

BEBBER, J. C. **Segurança do trabalho e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 238p.

CAMISASSA, M. Q. **Segurança e saúde no trabalho: NR'S 1 a 37**. 6. ed. São Paulo: Editora Método, 2019. 808 p.

### Bibliografia Complementar

BERGERON, BIZJAK, KRAUSE, LE BAUDOUR. **Primeiros socorros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2007. 632 p.

KROEMER, K. H. E., GRANDJEAN, E. **Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem**. 5. ed. São Paulo: Editora Bookman, 2004. 328 p.

MÁSCULO, F. S.; VIDAL, M. C. **Ergonomia: trabalho adequado e eficiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

**Segurança e medicina do trabalho**. 84. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2020. 1112 p.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Legislação: norma regulamentadora 31 (NR 31)**. Brasília: SENAR, 2017. 82 p. (Coleção SENAR, 179). Disponível em: <<https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/179-NR31.pdf>>.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Culturas Anuais	II	40	10	50

### Ementa

História, técnicas de cultivo, adubação, pragas e doenças, e variedades das culturas anuais: milho, feijão caupi, arroz, cana de açúcar, soja, mandioca, café. Armazenamento, beneficiamento e comercialização. Cálculos fundamentais (quantidades de adubos e calcário, volume de defensivos, quantidade de sementes, densidade de plantas por área).

### Área de Integração

Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas, Gestão da Empresa Rural, Ambiente e Princípios de Agroecologia, Fitosanidade e Sanidade Animal, Cadeias de Produção Agropecuária e Agronegócio na Amazônia Legal.

### Bibliografia Básica

BORÉM, A.; RANGEL, P. H. N. **Arroz do plantio à colheita**. Edição 1ª. Editora UFV. 2015. 242 p.

BORÉM, A.; et al. **Soja: do plantio à colheita**. 2ª Edição 2022. Editora: Oficina de Textos. 2022. 312 p.

CESAR, F.; JOSÉ, B. **Sistema de produção mecanizada da cana-de-açúcar integrada à produção de energia e alimentos**. 1ªed. Editora: Embrapa vol 2. 2017. 938 p.

CRUZ, J. C.; CRUZ, I. M. da; PEREIRA FILHO, I. A. **A cultura do milho irrigado**. Sete Lagoas: EMBRAPA, 2003. 61 p.

MESQUITA, C. M. et al. **Manual do café: implantação de cafezais *Coffea arabica*** L. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2016. 50 p. il.

SILVA, F.; et al. **Soja: do plantio à colheita**. 2ª edição. Editora Oficina de Textos. 2022. 312 p.

VALE, J.C.; BERTINI, C.; BORÉM, A. **Feijão-Caupi do plantio à colheita**. Viçosa, MG: UFV, 2017. 267 p.

VIDIGAL FILHO, P. S.; et al. **Mandioca do plantio à colheita**. Editora: Oficina de Textos. 1ª Edição. 2022. 304 p.

### Bibliografia Complementar

FANCELLI, A. L.; NETO, D. D. **Produção de feijão**. Piracicaba: Livroceres, 2007. 386p.

FONSECA, E. M. DOS S.; ARAUJO, R. C DE. **Fitossanidade: princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas vegetais**. Série Eixos. São Paulo: ÉRICA, 2014. 136 p.

FORNASIERI FILHO, D. **Manual da cultura do milho**. Jaboticabal: FUNEP, 2007. 574 p.

FREIRE FILHO, F. R. **Melhoramento de feijão-caupi no Brasil**. In: CONGRESSO NACIONAL DE FEIJÃO-CAUPI, 4. 2016, Sorriso. Feijão-caupi: avanços e desafios tecnológicos e de mercado: resumos. Brasília, DF: Embrapa, 2016. p. 235

LORENZI, H. **Manual de identificação e controle de plantas daninhas: plantio direto e convencional**. 7. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2014. 379 p.

OLIVEIRA, E. de; OLIVEIRA, C. M. de. **Doenças em milho: mollicutes, vírus, vetores, mancha por Phaeosphaeria**. Sete Lagoas: EMBRAPA, 2004. 276 p.

PENTEADO, S. R. **Defensivos alternativos e naturais**. Campinas: Via Orgânica, 2007. 174 p.

ROMEIRO, R. da S. **Controle biológico de doenças de plantas: procedimentos**. Viçosa: UFV, 2007. 172 p.

WORDELL FILHO, J.A. et. al. **Pragas e doenças do milho diagnose, danos e estratégia de manejo**. Florianópolis: EPAGRI, 2016.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total

	Fruticultura	II	40	10	50
--	--------------	----	----	----	----

### Ementa

Fruticultura Geral: Produção de mudas. Origem e importância econômica, classificação botânica e cultivares, clima e solos, propagação, implantação, tratamentos culturais, controle fitossanitário, colheita, classificação e comercialização das fruteiras: abacaxi, aceroleira, bananeira, cajueiro, coqueiro, goiabeira, mamoeiro, mangueira, maracujazeiro, citros. Fruticultura Geral: Conceitos e Origem da Fruticultura; Tipos de Pomares; Importância da fruticultura; Fruticultura no Brasil e no mundo; Fatores edafoclimáticos e a fruticultura; Classificação das frutíferas quanto ao clima; Mercado Consumidor (competitividade, qualidade); Fatores a serem observados na implantação de um pomar; Elaboração de Projeto de Fruticultura; Propagação das Fruteiras: Conceitos e definições; Importância na qualidade das mudas; Propagação Sexuada e Assexuada; Conceitos e definições; Vantagens e desvantagens; Materiais e equipamentos; Tipos de enxertia; Métodos e técnicas; Aplicação das técnicas de enxertia; Fruticultura Especial (abacaxi; aceroleira, bananeira, cajueiro, coqueiro, goiabeira, mamoeiro, mangueira, maracujazeiro, citros), sendo que para cada uma das culturas serão abordados os seguintes aspectos: Introdução; Aspectos econômicos; Classificação botânica; Cultivares comerciais; Clima e solo; Produção das mudas; Implantação do pomar: preparo do solo, espaçamento, adubação, plantio; Tratamentos culturais; Principais pragas e seu controle; Principais doenças e seu controle; Colheita, classificação e comercialização

### Área de Integração

Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas, Plantas Amazônicas de interesse comercial e científico, Ambiente e Princípios de Agroecologia, Projetos de Intervenção em Agropecuária, Topografia e Construções Rurais, Fundamentos de Vigilância e Defesa Agropecuária, Gestão da Empresa Rural, Irrigação e Drenagem, Fitossanidade e sanidade Animal, Agroindústria Familiar e certificação de produtos artesanais, Cooperativismo e Associativismo, Desenvolvimento e Extensão Rural, Cadeias de Produção Agropecuária e Agronegócio na Amazônia Legal, Mecanização Agrícola.

### Bibliografia Básica

PENTEADO, S. R. **Manual de fruticultura ecológica**. 3. ed. São Paulo: Editora Via Orgânica. 2019. 240 p.

SILVA, A. **Enxertias**. 2. ed. São Paulo: Editora Agrobook, 2016. 174 p.

SIQUEIRA, D. L.; PEREIRA, W. E. **Planejamento e implantação de pomar**. 2. ed. Viçosa: Editora Aprenda Fácil, 2018. 187 p.

### Bibliografia Complementar

CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. A. **Ecofisiologia de fruteiras tropicais: abacaxizeiro, maracujazeiro, mangueira, bananeira e caueiro**. São Paulo: Nobel, 1998. 111 p.

NEVES, L. C. N. **Manual pós-colheita da fruticultura brasileira**. 1. ed. Londrina: Editora EDUEL, 2010. 500 p.

SCHMIDT, F. **Pré-processamento de frutas, hortaliças, café, cacau e cana de açúcar**. 1. ed. São Paulo: Editora LTC, 2014.

SILVA, A. **Enxertias: manual técnico para amadores e profissionais**. 2. ed. Editora Publindústria, 2016.

SOUSA, L. S. I. **Poda das plantas frutíferas**. São Paulo: Nobel, 2005. 191 p.

--	--	--	--	--	--

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Silvicultura	II	40	10	50

#### Ementa

Introdução a silvicultura. Importância da atividade florestal no Brasil. Classificação dos tipos de coberturas florestais. Escolha de espécie e propagação. Viveiro florestal e produção de mudas. Preparo do terreno, plantio e tratos silviculturais. Formação e condução de povoamentos florestais com espécies de rápido crescimento. Plantações de espécies nativas. Noções de sistemas agrosilvipatoris. Fomento florestal. Rentabilidade de povoamento florestais. Manejo florestal sustentado. Introdução, conceito e importância da atividade florestal no Brasil; Classificação das coberturas florestais; Biomas brasileiros; Escolha de espécies para formação de povoamentos florestais; Modalidades de formação de mudas florestais (propagação); Viveiro florestal; Preparo de terreno para formação de povoamentos florestais; Operações de plantio; Tratos silviculturais; Implantação e condução de povoamento florestal com espécies de rápido crescimento; Formações florestais com essências nativas; Noções de sistema agrosilvipastoril; Rentabilidade de povoamento florestal; Manejo florestal sustentado.

#### Área de Integração

Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas, Ambientes e Princípios de Agroecologia, Fundamentos de Vigilância e Defesa Agropecuária, Gestão da Empresa Rural, Irrigação e Drenagem, Fitosanidade e Sanidade Animal, Cooperativismo e Associativismo, Desenvolvimento e Extensão Rural, Saúde e Segurança do Trabalho e Legislação Trabalhista no Campo, Mecanização Agrícola.

#### Bibliografia Básica

OLIVEIRA, I. M.; ALVES, K. S.; ARAUJO, I. S. **Silvicultura: conceitos, regeneração da mata ciliar, produção de mudas florestais e unidades de conservação ambiental**. 1. ed., São Paulo: Editora Érica, 2014. 128 p.

SUELENE G. S. A.; WALDETE G. S. C. **Produção de mudas em viveiro florestal**. 3. ed. São Paulo: Editora LK, 2012. 60 p.

WENDLING, I.; GATTO, A. **Planejamento e instalação de viveiros**. 2. ed., Viçosa: Editora Aprenda Fácil, 2012.

#### Bibliografia Complementar

LORENZI, H. **Árvores brasileiras**. 2. ed. V.3. São Paulo: Editora Plantarum, 2016. 384 p.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras**. 5. ed. V.2. São Paulo: Editora Plantarum, 2016. 352 p.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras**. 6. ed. V.1. São Paulo: Editora Plantarum, 2016.

LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Plantarum, 2016. 384 p.

LORENZI, H. **Árvores exóticas no Brasil: madeireiras, ornamentais e aromáticas**. Nova Odessa. São Paulo: Editora Instituto Plantarum, 2018.464 p.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Avicultura Sustentável	III	32	8	40

#### Ementa

Domesticação e utilização das aves, passando pela evolução, perspectiva, importância da avicultura. Anatomia e fisiologia das aves. Sistema reprodutivo das aves e formação do ovo. Plantel avícola, raças, linhagens, matrizes para corte e postura. Instalações e equipamentos. Sistemas criatórios avícolas. Manejo de frango de corte nas fases de criação. Manejo e produção de ovos. Incubação artificial. Higiene e profilaxia das aves. Patologias mais comuns. Planejamento de uma produção comercial de aves de corte e postura. Proporcionar aos alunos os conhecimentos necessários sobre os vários setores da moderna Avicultura Industrial, Agroecológica e Alternativa, no Brasil e em outros países, capacitando-os a planejar, equipar e a manejar as instalações avícolas nos diversos sistemas de produção, conforme as atuais exigências dos programas de produção e de biossegurança.

#### Área de Integração

Ambientes e Princípios de Agroecologia, Topografia e Construções Rurais, Nutrição Animal e Alimentação Não Convencional da dieta Animal, Gestão da Empresa Rural, Fitosanidade e Sanidade Animal, Agroindústria Familiar e Certificação de Produtos Artesanais, Cooperativismo e Associativismo, Desenvolvimento e Extensão Rural, Cadeias de Produção Agropecuária e Agronegócio na Amazônia Legal.

#### Bibliografia Básica

LANA, G. R. Q. **Avicultura**. Recife: UFRPE, 2000.

MACARI, M.; MENDES, A.A. **Manejo de Matrizes de Corte**, Facta, Campinas, SP, 2005, 421p.

MENDES, A. A.; NAAS, I. A.; MACARI, M. **Produção de Frangos de Corte**, Facta, 2004, 356p.

#### Bibliografia Complementar

ALBINO, L. F. T.; VARGAS JÚNIOR, J. G.; SILVA, J. H. V. **Criação de frango e galinha caipira - avicultura sustentável**. Viçosa. Ed Aprenda Fácil. 2001. 124p.

PALHARES, J. C. P. Avicultura e meio ambiente. In: SIMPÓSIO GOIANODE AVICULTURA, 5, 2002, Goiânia, GO. Anais. Goiânia: Abraves, 2002.

MACARI, M.; GONZÁLES, E.; FURLAN, R. L. **Fisiologia Aviária Aplicada a Frangos de Corte**. FUNESP/UNESP, Jaboticabal, SP, 2002.

ROSTAGNO, H. S.; ALBINO, L. F. T.; DONZELE, J. L. **Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais**. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2005. 186p.

SILVA, R. D. M. **Sistema caipira de criação de galinhas**. 2ª edição. Aprenda fácil editora. Viçosa, MG. 2010, 212p.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Apicultura	III	24	6	30

#### Ementa

História da apicultura no Brasil e entrada das abelhas africanas no Brasil.

Morfologia e fisiologia das abelhas (*Apis mellifera*).

Organização e estrutura da colônia de *Apis mellifera*.

Feromônios de abelhas.

Reprodução da colônia de *Apis mellifera*.

Localização do apiário, com ênfase em: pasto apícola, água, facilidade de transporte, condições climáticas e segurança.

Materiais apícolas, tipos de colméias e acessórios.

Povoamento de apiário.

Manejo de abelhas.

Produção e introdução de rainhas.

Identificação de plantas apícolas.

Doenças e pragas das abelhas.

Polinização e interação abelha-planta.

Efeito dos inseticidas sobre as abelhas.

Produtos das abelhas (elaboração, composição e valor nutritivo).

Custo de instalação e viabilidade econômica do apiário.

#### Área de Integração

Ambiente e Princípios de Agroecologia, Culturas Anuais, Topografia e Construções Rurais, Fitosanidade e Sanidade Animal, Silvicultura, Agroindústria Familiar e Certificação de Produtos Artesanais, Gestão da Empresa Rural, Cooperativismo e Associativismo, Desenvolvimento e Extensão Rural, Mecanização Agrícola.

#### Bibliografia Básica

ALVES, R.M.O. **Criação de abelhas nativas sem ferrão**. Viçosa-MG, CPT, 2003. 126p.

COSTA, P.S.C. **Apicultura migratória — produção intensiva de mel**. Viçosa-MG, CPT, 2003. 142p.

COSTA, P.S.C. **Manejo do apiário - mais mel com qualidade**. Viçosa-MG, CPT, 2003. 118p.

COSTA, P.S.C. **Manual prático de criação de abelhas**. Viçosa-MG, Aprenda Fácil, 2005. 424p.

COSTA, P.S.C. **Planejamento e implantação de apiário**. Viçosa-MG, CPT, 2003. 120p.

#### Bibliografia Complementar

BOAVENTURA, M.C. **Criação e manejo de abelhas indígenas sem ferrão**.

Brasília — DF: SENAR, 2006. 96p.

COSTA, P.S.C. **Produção de pólen e geleia real**. Viçosa-MG, CPT, 2004. 144p.  
BOAVENTURA, M.C. **Produção de geleia real**. Brasília — DF: SENAR, 2006. 100p.

LENGLER, S. **Os sete produtos das abelhas na saúde humana**. Ed. Agropecuária. 2009.45p

MARTINHO, M.R. **A Criação de abelhas**. Ed. Agropecuária. 2007.209p.

NOGUEIRA-COUTO, R.H.; COUTO, L.A. **Apicultura: manejo e produtos**. Jaboticabal, FUNEP, 2002. 191p.

SANTOS, G.T. **Produção de própolis**. Brasília — DF: SENAR, 2006.104p. WIESE, H. Nova Apicultura. Ed. Agropecuária. 2005. 436p.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Cadeias de Produção Agropecuária e Agronegócio na Amazônia Legal	III	24	6	30

#### Ementa

Conceito de agronegócio;

Situação do agronegócio brasileiro na Amazônia: histórico, características e perspectivas atuais e futuras.

Elementos do agronegócio;

Os processos atuais que caracterizam o agronegócio e suas redes de mercados;

Mercados e comercialização de produtos amazônicos;

Estratégias em agronegócio;

Abordagens administrativas no agronegócio no contexto amazônico;

Cadeias produtivas na Amazônia;

A gestão do agronegócio na Amazônia legal.

#### Área de Integração

Culturas Anuais, Apicultura, Paisagismo e Floricultura, Bovideocultura, Projetos de Intervenção em Agropecuária, Gestão da Empresa Rural, Silvicultura, Suinocultura, Agroindústria Familiar e Certificação de Produtos Artesanais, Avicultura Sustentável, Cooperativismo e Associativismo, Fruticultura, Aquicultura e Princípios de Sanidade de Animais Aquáticos.

#### Bibliografia Básica

ABRANCHES, J. **Associativismo e Cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

BENECKE, D. W. **Cooperação e desenvolvimento**: o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do terceiro mundo. Porto

Alegre-RS, 1980. p. 284.

GAWLAK, A.; RATZKE, F. A. **Cooperativismo**: filosofia de vida para um mundo melhor. 2. ed. Curitiba - PR: Ocepar. 2001. p. 60.

### Bibliografia Complementar

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Saraiva, 2005.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

GONÇALVES, L. M. **Empreendedorismo**. São Paulo. Digerati Books, 2006.

SANTOS, F. E. G. **Capacitação básica em associativismo**: manual de associativismo. Belo Horizonte – MG, 2000. p. 43.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Bovideocultura	III	40	10	50
<b>Ementa</b>					
<p>Importância econômica e social da bovinocultura de corte e de leite. O agronegócio da carne bovina. O agronegócio da produção de leite. Sistemas de Produção de bovinos de corte. Sistemas de Produção de bovinos de leite. Raças bovinas de corte. Técnicas de Manejo nutricional, reprodutivo e sanitário de bovinos de corte. Melhoramento genético: cruzamentos, estação de monta, inseminação artificial. Técnicas de Manejo nutricional, reprodutivo e sanitário de bovinos de leite. Instalações e equipamentos utilizados na bovinocultura de leite. Controle zootécnico. Legislação pertinente em bovino de leite. Importância econômico-social da Caprino/ovinocultura no Brasil. Principais raças de ovinos de interesse criadas no Brasil e no mundo. Principais raças de caprinos de interesse criadas no Brasil e no mundo. Morfologia e fisiologia das espécies. Sistemas de criação de ovinos e caprinos. Planejamento da criação. Manejo nutricional e sanitário de ovinos e caprinos. Conhecendo a Caprino/ovinocultura. Planejamento da criação racional de caprinos e ovinos. Manejo da criação. Caprino/ovinocultura regional — Estado de Roraima.</p>					
<b>Área de Integração</b>					
<p>Projetos de Intervenção em Agropecuária, Topografia e Construções Rurais, Nutrição Animal e Alimentação Não Convencional na Dieta Animal, Fundamentos da Defesa e Vigilância Agropecuária, Ética, Cidadania e Aspectos Legais sobre o bem estar animal, Gestão da Empresa Rural, Fitossanidade e Sanidade Animal, Cooperativismo e Associativismo.</p>					
<b>Bibliografia Básica</b>					
<p>BARBOSA, M.A.; OLIVEIRA, R.L. <b>Bovino de Corte</b>: Desafios e Tecnologias. Editora: Salvador: EDUFBA. ISBN: 9788523204587. 2007. 511p.</p>					
<p>CAMPOS, O.F.; LIZIEIRE, R.S. <b>Recria de Novilhas para Produção de Leite</b>. Viçosa — MG. CPT, 2002. 104p.</p>					
<p>PIRES, A.V. <b>Bovino de Corte</b> - Volume I e II. Editora: Fealq, 2010.</p>					
<p>NEIVA, R.S. <b>Produção de Bovinos Leiteiros</b> — Lavras. UFLA 2a ed. 2000. 514p.</p>					

## Bibliografia Complementar

- AISEN, E. G. **Reprodução ovina e caprina**. São Paulo: MedVet, 2008.
- CÉZAR, M. F.; SOUSA, W.F. **Carcaças ovinas e caprinas**. Ed. Agropecuária Tropical LTDA. 2010.
- CHAPUPL, L. **Manual do produtor de cabras leiteiras**. Ed. Aprenda Fácil. 2000.
- RIBEIRO, S. D. A. **Caprinocultura: Criação Racional de Caprinos**. 1. ed. São Paul: Nobel, 2004. 318 p.
- SOUZA, I. G. **A Ovelha - Manual Prático Zootécnico**. Agrolivros. 2005. 96p.
- SANTOS, R. **A criação da cabra e da ovelha no Brasil**. Editora Agropecuária Tropical — Uberaba — MG, 2004. 496p.
- VALVERDE, C. C. **250 maneiras de preparar rações balanceadas para ovinos**. Viçosa — Editora Aprenda Fácil, 2000. 180p.
- VAZ, C. M. S. L. **Ovinos: 500 perguntas/500 respostas**. Embrapa. 2007. 158p.
- EUCLIDES, V. P. B. **Alternativas para intensificação da produção de carne bovina em pastagem**. Campo Grande: EMBRAPA Gado de Corte, 2000. 64p.
- GOTTSCHAL, C. S. **Produção de Novilhos Precoce**. Editora Agrolivros. ISBN: 8598934038. 2005. 213p.
- HERNANDEZ, F. I. L. **Suplementação mineral para gado de corte: novas estratégias**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 166p.
- CARVALHO, A.; RIBEIRO, A. C. **Ordenha Manual - Como Coletar e Armazenar Leite de Qualidade**. Viçosa — MG. CPT, 2002. 86p.
- FERREIRA, A. M.; OLIVEIRA, J. S. **Técnicas simples para Produzir mais Leite e mais Bezerros**. Viçosa — MG. CPT, 2004. 152p.
- MIRANDA, J. E. C.; CAMPOS, O. F. **Coleção 500 Perguntas 500 Respostas: Gado de Leite**, Editora: Embrapa, 3a Edição. 311p. 2012.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Nutrição Animal e alimentação não convencional na dieta animal.	III	40	10	50

## Ementa

Classificação dos animais domésticos quanto ao hábito alimentar e à anatomia do trato digestivo. Sistema Digestivo: Anatomia e fisiologia da digestão. Nutrientes: carboidratos, proteínas, lipídeos, minerais, vitaminas e água. Digestão e absorção de carboidratos, lipídeos e proteínas. Composição química e classificação dos alimentos. Métodos de formulação de ração: tentativa e erro; Quadrado de Pearson. Identificar as características do sistema digestivo dos animais domésticos. Identificar nutrientes, alimentos e suas funções. Identificar e selecionar programas de nutrição e de alimentação para ruminantes e monogástricos. Planejar, avaliar e monitorar a formulação de rações para as diferentes espécies animais e sistemas de produção. Conhecer os principais termos técnicos utilizados em Forragicultura. Evolução e o Histórico da Forragicultura no Brasil. Principais gramíneas e leguminosas forrageiras de interesse no Brasil. Conhecer as técnicas de estabelecimento pastagens. Conhecer a viabilidade de utilização de Pastagens consorciadas e bancos de proteína. Conhecer as técnicas de Calagem e adubação de pastagens. Métodos de pastejo. Conhecer as técnicas de produção de Forragens conservadas. Conhecer as causas de Degradação de pastagens e as propostas para recuperá-las ou renová-las. Agrostologia. Evolução e Histórico da Forragicultura no Brasil. Utilização de Pastagens consorciadas. Técnicas de

estabelecimento, calagem e adubação de pastagens. Métodos de pastejo. Técnicas de produção de Forragens conservadas. Degradação de pastagens. Renovação e recuperação de pastagens.

### Área de Integração

Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas, Projetos de Intervenção em Agropecuária, Avicultura Sustentável, Criações Animais Alternativas, Mecanização Agrícola.

### Bibliografia Básica

- ANDRIGUETTO, J. M. **Nutrição Animal**. 4. ed. vol. 1. São Paulo: Nobel, 2002.
- BERCHIELLI, T. T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. (Ed.) **Nutrição de Ruminantes**. 2.ed. Jaboticabal: Funep, 2011. P.345-365.
- BERTECHINI, A. G. **Nutrição de Monogástricos**. Lavras: Editora UFLA/FAEPE, 2004. 450p.
- LANA, R. P. **Nutrição e Alimentação Animal (mitos e realidades)** — Viçosa: UFV. 2ª ed. 2007. 344 p.
- FONSECA, D. M.; MARTUSCELLO J. A. **Plantas Forrageira**. ed. 1ª, Editora: UFV, 2010, 537 p.
- MARTHA J. R.; VILELA L. **Cerrado - Uso Eficiente de Corretivos e Fertilizantes em Pastagens**. ed. 1ª, Editora: Embrapa, 2007, 224 p.
- PIRES, W. **Manual de Pastagem — Formação, Manejo e Recuperação**. ed. 1ª, Editora: Aprenda Fácil, 2006, 302 p

### Bibliografia Complementar

- ANDRIGHETTO, J. M. (Org.) et al. **Nutrição animal: alimentação animal - nutrição animal aplicada**. 4. ed. vol. 2. São Paulo: Nobel, 2003.
- REECE, W. O. **Anatomia Funcional e Fisiologia dos Animais Domésticos**. Editora Roca. 3ª Edição. 2008.
- SILVA, J. F. C.; LEÃO, M. I. **Fundamentos de nutrição de ruminantes**, 2000. Tabelas Brasileiras e Exigências Nutricionais para Ruminantes. UFV. 2006. Tabelas Brasileiras e Exigências Nutricionais para Suínos e Aves. UFV. 2005. TEIXEIRA, A.S. Alimento e Alimentação dos Animais. Lavras: UFLA, 2001. TEIXEIRA, J.C. Alimentação de bovinos leiteiros. Lavras: UFLA, 2001.
- CRUZ, J.C. et al. **Produção e Utilização de Silagem de Milho e Sorgo**, ed. 1a, Editora: Embrapa, 2001, 544 p.
- DA SILVA, S. C.; NASCIMENTO JÚNIOR; D.; EUCLIDES, V.P.B. **Pastagens: conceitos básicos, produção e manejo**. Viçosa-MG: Suprema, 2008, 115p.
- DEMINICIS, B. B. **Leguminosas Forrageiras Tropicais** ed. 1º, Editora: Aprenda Fácil, 2009, 167p.
- EVANGELISTA, A. R., LIMA, J. A. **Silagens: do cultivo ao silo**. 2 ed. Editora UFLA, Lavras- MG, 200p. 2002.
- FONSECA, D. M.; MARTUSCELLO, J.A. **Plantas Forrageiras**. Viçosa: UFV, 2010.573 p. SIMPÓSIO SOBRE MANEJO ESTRATÉGICO DA PASTAGEM, 4, 2008, Viçosa, Anais.Viçosa, 2008.
- LORENZI, H. **Plantas daninhas do Brasil**. 3ª Edição. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2000.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Fundamentos de				

	Vigilância e Defesa Agropecuária	III	24	6	30
<b>Ementa</b>					
<p>Importância da defesa agropecuária, Programas federais e estaduais em defesa agropecuária; Inspeção e fiscalização em produtos de origem animal e vegetal; Vigilância agropecuária internacional; Trânsito animal e vegetal; Boas práticas agropecuárias; Bem estar animal</p>					
<b>Área de Integração</b>					
<p>Ambiente e Princípios de Agroecologia, Ética, Cidadania e Aspectos Legais sobre bem Estar Animal, Fitossanidade e sanidade animal, Agroindústria Familiar e Certificação de Produtos Artesanais, Aquicultura e princípios de Sanidade de animais aquáticos</p>					
<b>Bibliografia Básica</b>					
<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA]. 2017. <b>Vigilância agropecuária</b>. Disponível em: <a href="https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/vigilancia-agropecuaria">https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/vigilancia-agropecuaria</a>.</p> <p>PANAFTOSA-OPAS/OMS – <b>Guia de Comunicação Social e comunicação de risco em saúde animal</b>. Rio de Janeiro, 2007. ISSN 0101-6970</p> <p>SUZANEIDE, F. S. M.; DANTAS, M. E.; SALLES, M. C.T; CEZAR FILHO, P.; DUARTE, A. K. N.; MEDEIROS, J. L. B. <b>Diagnóstico Rural Participativo (DRP) uma ferramenta necessária para investigação/intervenção</b>. IPEA, CODE 2011. Disponível em: <a href="http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo59.pdf">www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo59.pdf</a>.</p>					
<b>Bibliografia Complementar</b>					
<p>Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária [EMBRAPA]. 2017. <b>Produtos, Processos e Serviços</b>. Disponível em: <a href="http://www.embrapa.br">http://www.embrapa.br</a></p> <p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA]. 2017. <b>Febre aftosa</b>. Disponível em: <a href="https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/sif/servico-de-inspecao-federal-sif">https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/sif/servico-de-inspecao-federal-sif</a></p> <p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA]. 2017. <b>Febre aftosa</b>. Disponível em: <a href="https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa">https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa</a></p> <p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA]. 2017. <b>Insumos agropecuários</b>: insumos agrícolas. Disponível em: <a href="http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas">http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas</a></p> <p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento [MAPA]. 2017. <b>Saúde vegetal</b>. Disponível em: <a href="http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/sanidadevegetal/sanidade-vegetal">http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/sanidadevegetal/sanidade-vegetal</a></p>					

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Ética, Cidadania e Aspectos legais sobre bem estar animal	III	24	6	30

#### Ementa

Ética e moral: definição, campo, objetivo e seus interpretes; Cidadania: conceito, bases históricas e questões ideológicas O Ética e cidadania no mundo do trabalho. O futuro da ética e da cidadania numa sociedade cheia de contradições. Relações étnico-raciais. Bem-estar Animal: conceitos básicos; Comportamento animal: conceitos básicos; Senciência animal; Ética Animal; Legislação de proteção animal; Estresse em animais; Avaliação do bem-estar: As Cinco Liberdades; Avaliação do bem-estar: Indicadores de bem-estar; Comportamento e bem-estar de bovinos; Comportamento e bem-estar de suínos; Comportamento e bem-estar de aves; Comportamento e bem-estar de cães e gatos; Controle populacional de cães e gatos; Bem-estar de animais silvestres; Bem-estar de animais utilizados na experimentação.

#### Área de Integração

Ambiente e Princípios de Agroecologia, Bovideocultura, Fundamentos da Vigilância e Defesa Agropecuária, Fitossanidade e Sanidade Animal, Suinocultura, Avicultura Sustentável, Criações Animais Alternativas, Aquicultura e princípios de Sanidade de Animais Aquáticos.

#### Bibliografia Básica

- CERQUIER-MANZINI, M. L. **O que é cidadania**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2010. p.108. (Coleção primeiros Passos; 50)
- MELLO, L. M. **Ética nos negócios**. Ed. rev. Curitiba-PR: IESDE, 2012.
- SOUZA, M. A. de. C.; Lucia C. (Orgs.). **Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2005.
- Charles Darwin, **Origem das espécies**. Ediouro, 2004.
- Robert Ricklefs, **Economia da Natureza**. Guanabara Koogan, 2003.
- Fritjof Capra. **Teia da vida (A)**. Cultrix, 2003.

#### Bibliografia Complementar

- BOFF, L.. **Ética e Moral - A Busca dos Fundamentos**. São Paulo Editora: VOZES, 2003.
- CAMARGO, M. **Fundamentos de Ética Geral e Profissional - 6a Ed.** São Paulo: Editora: VOZES, 2011.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O Longo Caminho. Rio de Janeiro, Editora: Civilização Brasileira, 2014.
- PIRES, C.; PIZZI, J. **Desafios Éticos e Políticos da Cidadania - Ensaio de Ética e Filosofia Política II**: Rio Grande do Sul: Unijuí, 2006. (Col. Filosofia).
- SILVA, J. P. **Trabalho, cidadania e reconhecimento**. São Paulo: Annablume, 2008.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total

	Sanidade animal	III	32	8	40
--	-----------------	-----	----	---	----

## Ementa

Generalidades da sanidade e defesa Agropecuária;  
 História da sanidade agropecuária;  
 Acordos sanitários e fitossanitários internacionais;  
 Legislação fitossanitária e zoossanitária;  
 Missão e importância estratégica da defesa agropecuária no contexto regional;  
 Tipologia de estabelecimentos agropecuários: conceitos, nomenclaturas utilizadas, variáveis classificatórias, identificação dos tipos, caracterização dos tipos;  
 Certificação e Rastreabilidade Vegetal e animal;  
 Medidas de mitigação fitossanitária e zoossanitária.

## Área de Integração

Apicultura, Bovideocultura, Fundamentos da Vigilância e Defesa agropecuária, Suinocultura, Agroindústria Familiar e Certificação de Produtos Artesanais, Avicultura Sustentável, Criações Animais Alternativas, Aquicultura e Princípios de Sanidade de Animais Aquáticos.

## Bibliografia Básica

BRASIL. Ministério da agricultura e reforma agrária. **Agrotóxicos**; legislação e receituário agrônomo. Florianópolis, MARA/SERDV, 1991. 64p

BARBERÁ, C. **Pesticidas agrícolas**. 2. ed. Barcelona, Omega, 1974. 569p.

BULL, D. & HATHAWAY, D. **Pragas e venenos**: agrotóxicos no Brasil e no terceiro mundo. Petrópolis, Vozes, 1986. 345p.

## Bibliografia Complementar

BUSVINE, R. J. A critical review of the techniques for testing insecticides. 2 ed. London, **Commonwealth Agricultural Bureaux**, 1971. 236p.

ANDREI. **Compendio de defensivos agrícolas**: guia prático de produtos fitossanitários para uso agrícola. 6 ed. São Paulo, Andrei, 1999. 672 p.

Thrusfield, M. 2004. **Epidemiologia Veterinária**. 2ª Edição (tradução do original de 1995). São Paulo: Roca, 2004. ISBN 85-7241-515-7.

World Organization for Animal Health (OIE). **Handbook on Import Risk Analysis for Animals and Animal Products**. Volume 1. Introduction and qualitative risk analysis. OIE, Paris. 2004.

**Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias**. Organização Mundial do Comércio. OMC Brasil.

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Suinocultura	III	24	6	30

#### Ementa

Histórico (origem da espécie suína). Principais raças. Estudo do sistema intensivo (SIPS) e extensivo (SISCAL) de produção de suínos. Técnicas de Manejo nutricional, reprodutivo e sanitário dos suínos. Cruzamento e melhoramento genético adotados na suinocultura. Manejo dos dejetos oriundos da Suinocultura. Instalações e equipamentos utilizados na Suinocultura. Biossegurança na produção de suínos. Identificar as raças suínas. Conhecer o manejo de reprodução em uma suinocultura. Conhecer o manejo nutricional e sua importância em uma suinocultura. Ter noção dos cruzamentos entre raças suínas visando a melhor produção. Conhecer as instalações e suas devidas finalidades em uma produção suína. Realizar o manejo sanitário e de dejetos de uma suinocultura corretamente.

#### Área de Integração

Ambientes e Princípios de Agroecologia, Topografia e Construções Rurais, Nutrição Animal e Alimentação Não Convencional da dieta Animal, Gestão da Empresa Rural, Fitosanidade e Sanidade Animal, Agroindústria Familiar e Certificação de Produtos Artesanais, Cooperativismo e Associativismo, Desenvolvimento e Extensão Rural, Cadeias de Produção Agropecuária e Agronegócio na Amazônia Legal.

#### Bibliografia Básica

- FILHO, E. T. **Alimentos Alternativos para Suínos**. Editora: UFLA. 1º Ed. 2009. 232p.
- MAFETONI, E. L. **Manual Prático de Suinocultura**. Editora: UPF. 1aed. Vol.1 e 2. 2006. 267p.
- SEGANFREDO, M. A. **Gestão Ambiental na Suinocultura**. Editora: Embrapa. 1ªed. Concórdia - SC. 2007. 302p.

#### Bibliografia Complementar

- ROSTAGNO, S. R. **Tabelas Brasileiras para Aves e Suínos**. 2ºed. UFV. Viçosa-MG.2005. 186p.
- UPNMOOR, I. **Produção de Suínos — A Matriz**. Editora Agropecuária. Volume IV. 2000. 162p.
- UPNMOOR, I. **Produção de Suínos — Crescimento, Terminação e Abate**. Editora Agropecuária. Volume III. 2000. 77p.
- UPNMOOR, I. **Produção de Suínos-Da Concepção ao Desmame**. Editora Agropecuária. Volume 1. 2000. 133p.
- UPNMOOR, I. **Produção de Suínos - Período de Creche**. Editora Agropecuária. Volume II. 2000. 92p.
- SOBESTIANSKY, J.; BARCELLOS, D. **Atlas de Doenças Suínos**. 1ª. ed. Editora: Art 3. Goiânia. 2003. 207p

Código	Componente Curricular	Módulo	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Aquicultura e princípios de Sanidade de animais aquáticos	III	32	8	40
<b>Ementa</b>					
<p>Histórico e importância da atividade. Panorama da piscicultura no Brasil e na Amazônia. Sistemas de criação. Tipo de criação: Monocultivo e Policultivo. Consorciação e Integração. Limnologia. Classificação dos peixes. Anatomia e fisiologia dos peixes. Reprodução dos peixes. Principais espécies de peixes de interesse piscícola. Nutrição e alimentação dos Peixes. Construção de viveiros e de estruturas hidráulicas para o cultivo de peixes. Manejo em piscicultura: preparo dos viveiros, calagem, adubação, peixamento, biometria, arraçoamento, monitoramento da qualidade da água. Sanidade, prevenção e controle de doenças na piscicultura. Importância de doenças na criação de organismos aquáticos; Conhecimento da tríade patógeno-hospedeiro-ambiente; Conceito de estresse e quarentena; Noções básicas de imunologia e hematologia; Doenças e inter-relação com a hematologia, fisiologia, patologia entre outras; Descrição das principais doenças que acometem organismos aquáticos; Prevenção de doenças: Pontos críticos como exigências nutricionais, armazenamento, processamento das dietas e anti nutricionais; Histopatologia. Histórico da aquicultura; Estatísticas sobre a produção dos diferentes grupos cultivados; Distribuição geográfica das atividades de aquicultura no mundo; Tipos de sistemas de cultivo, estruturas e seus respectivos modelos de construção; Noções de ecologia aquática; Espécies nativas e exóticas; Qualidade da água, calagem e adubação de tanques e viveiros; Produção de alimentos vivos; Planejamento de criações.</p>					
<b>Área de Integração</b>					
<p>Ambiente e Princípios de Agroecologia, Projetos de Intervenção em Agropecuária, Topografia e Construções Rurais, Nutrição Animal e Alimentação Não Convencional na Dieta Animal, Fundamentos de Vigilância e Defesa Agropecuária, Gestão da Empresa Rural, Irrigação e Drenagem, Fitossanidade e Sanidade Animal, Agroindústria Familiar e Certificação de Produtos Artesanais, Cooperativismo e Associativismo, Desenvolvimento e Extensão Rural, Cadeias de Produção Agropecuária e Agronegócio na Amazônia Legal, Mecanização Agrícola.</p>					
<b>Bibliografia Básica</b>					
<p>BALDISSEROTTO, B. <b>Fisiologia de Peixes Aplicada à Piscicultura</b>. 2a ed. 2009.</p> <p>BALDISSEROTTO, B.; GOMES, L. C. <b>Espécies Nativas para a Piscicultura no Brasil</b>. 2a ed. Editora UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, 2010.</p> <p>MONTEROS, J. E.; LABARTA, U. <b>Patología en Acuicultura</b>. Madrid, Mundi-Prensa, 1988.</p> <p>RANZANI-PAIVA, M. J. T.; TAKEMOTO, R. M.; LIZAMA, M. A. P. <b>Sanidade de organismos aquáticos</b>. Editora Varela, São Paulo, 2004.</p> <p>SILVA-SOUZA, A. T. <b>Sanidade de organismos aquáticos</b>. Abrapoa, Maringá, 2006.</p> <p>TAVARES-DIAS, M. <b>Manejo e Sanidade de Peixes em Cultivo</b>. Macapá: EMBRAPA — AMAPÁ, 2009. 723p</p>					
<b>Bibliografia Complementar</b>					

ARANA, L. V. **Princípios Químicos da Qualidade da Água em Aqüicultura**. 2a ed. UFSC, 2004.

CECCARELLI, P. S.; SENHORINI, J. A.; VOLPATO, G. **Dicas em piscicultura (perguntas e respostas)**. Santa Gráfica Editora, Botucatu, SP, 2000, 247p.

CYRINO, J. E. P.; URBINATI, E. C.; FRACALOSSO, D. M.; CASTAGNOLLI, N. **Temas Especiais em Piscicultura de Água Doce Tropical Intensiva**. Aquabio, Jaboticabal, SP, 2004.

DUARTE, C. C. F. **Manual prático em piscicultura**. João Pessoa: SEBRAE, 2000.

KINNE, O. **Introduction to Diseases of Marine Animals**, vol. 2. Hamburg, Biologische Anstalt Helgoland, p. 477-879. 1983.

MARTINS, M. L. **Doenças Infecciosas e Parasitárias de Peixes** – Boletim Técnico nº 3 UNESP Centro de Aqüicultura – Jaboticabal, SP, 1997.

OSTRENSKY, A.; BOEGER, W. A. **Piscicultura: Fundamentos e técnicas de manejo**. Guaíba: Livraria e Editora Agropecuária, 1998.

POLI, C. R.; POLI, A. T. B.; ANDREATTA, E. (Organizadores). **Aqüicultura: Experiências Brasileiras**. Florianópolis, Multitarefa, 2004.

TACON, A. G. J. Nutritional fish pathology. **Morphological signs of nutrient deficiency and toxicity in farmed fish**, Roma, FAO, 1992.

PROENÇA, C.E.M.; LEAL, P.R. — **Manual de Piscicultura**. 2009. 123p.

## COMPONENTE CURRICULAR OPTATIVO

Código	Componente Curricular	CH Distância	CH Presencial	CH Total
	Língua Brasileira de Sinais	32	8	40

### Ementa

Comunicação básica em Libras que visa um diálogo funcional, entre pessoas surdas e ouvintes dentro e fora do ambiente acadêmico. 1. Noções básicas de deficiência auditiva/surdez 2. Historicidade da Linguagem de Sinais 2.1 Breve história das pessoas com deficiência auditiva-surdez no mundo e no Brasil 2.2 Breve história das línguas de sinais; 2.3 Língua, linguagem, sinais e gestos 2.4 A língua de sinais na constituição da identidade e cultura surdas. 3. Legislação específica: 3.1 Lei nº 10.436, de 24/04/2002; 3.2 Decreto nº 5.626, de 22/12/2005. 4. Introdução a Libras: 4.1 Parâmetros da Libras: configurações de mão, ponto de articulação/localização, movimento, orientação/direcionalidade da mão, expressões; 4.2 Características da língua, seu uso e variações regionais; 4.3 Alfabeto da Libras, Saudação, Identificação Pessoal: nome, sinal; Pronomes Pessoais, Meses, Números, Família; Material Escolar, Cores; Sentimentos; Verbos; Profissões; 5. Prática introdutória em Libras 5.1 Diálogo e conversação básica; 5.2 Expressão viso-espacial.

a) Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade

justa, equânime, igualitária, em específico com pessoas surdas;

b) Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças;

c) Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira.

a) Reconhecer a trajetória histórica da educação de pessoas com surdez no Brasil

e no mundo, e a luta desses sujeitos pela inclusão social;

b) Desmistificar ideias recebidas relativamente às línguas de sinais;

- c) Compreender os principais aspectos da Língua Brasileira de Sinais – Libras, contribuindo para a inclusão da pessoa com surdez;
- d) Interagir com a comunidade surda brasileira;
- e) Utilizar a Libras em contextos diversos;
- f) Estabelecer a comparação entre Libras e Língua Portuguesa, buscando semelhanças e diferenças;
- g) Estabelecer de forma básica a comunicação com as pessoas com surdez

### Bibliografia Básica

ARANTES, Valéria Amorim. (Org.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo, Summus, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº. 10.426, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2005.

\_\_\_\_\_. *Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. 160p.*

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002.*

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. *Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. Editora: Ciranda Cultural, 2010.

SACKS, Oliver W. *Vendo vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SLOMSKI, Vilma Geni. *Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas*. Curitiba: Juruá, 2010. 124 p.

### Bibliografia Complementar

ALMEIDA, E. C. **Atividades Ilustradas em Sinais de LIBRAS**. 2. ed. São Paulo: Revinter, 2013. 242p.

BRASIL, Ministério da Educação – SEESP/INES. **Dicionário Digital de LIBRAS**. [www.dicionariolibras.com.br](http://www.dicionariolibras.com.br)

\_\_\_\_\_. **Dicionário Digital de LIBRAS**. Site do MEC [www.dicionariolibras.com.br](http://www.dicionariolibras.com.br).

\_\_\_\_\_. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado trilingue de LIBRAS**. Sites do MEC: [www.ines.org.br/libras](http://www.ines.org.br/libras); [www.feneis.com.br](http://www.feneis.com.br) e [www.surdosol.com.br](http://www.surdosol.com.br)

CAPOVILLA, F. C. et al. **Novo Deit–Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. Vol. 1, 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. 2800p.

QUADROS, R. M.; KARNOP, L. B. **Língua dos Sinais Brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 222p.

\_\_\_\_\_, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. ArtMed: Porto Alegre, 2004

SILVA, Márcia Cristina Amaral da. **Os surdos e as notações numéricas**. Maringá: Eduem: 2010

COUTINHO, Denise. **Libras e Língua Portuguesa (semelhanças e diferenças) \ Volume I \ 3ª Ed.** Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015. 77 p.: il.

\_\_\_\_\_, Denise. **Libras e Língua Portuguesa (semelhanças e diferenças) \ Volume II \ 3ª Ed.** Denise Coutinho. João Pessoa: Idea, 2015. 161 p.: il.

O *campus* fica obrigado a ofertar o componente curricular de Libras (40h), com matrícula optativa para o estudante. O componente curricular será ofertado, preferencialmente, nos últimos módulos do curso, podendo ser formada turma com estudantes de cursos e *campi* diferentes.

A carga horária destinada à oferta deste componente curricular optativo será de 40 (quarenta) horas, o mesmo não faz parte da carga horária mínima do curso estipulada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

No caso de o estudante optar por fazer o componente curricular de LIBRAS, deverá ser registrada no histórico escolar do estudante a carga horária cursada, bem como a frequência e o aproveitamento. O período de oferta/vagas, bem como demais disposições sobre a matrícula e componente optativo, serão regidos em edital próprio a ser publicado pelo Campus.

#### **7.4 Terminalidades Intermediárias**

O Curso Técnico em Agropecuária Subsequente é estruturado em etapas com terminalidades, o que de acordo com Decreto nº 5154 de 2004 possibilita a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após sua conclusão com aproveitamento. As saídas intermediárias são, de acordo com os módulos, Auxiliar em Agricultura (CBO 6220-20), Agricultor Polivalente (CBO 6120-05) e Criador em Pecuária Polivalente (CBO 6130-05).

### **8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Este curso não prevê realização de Trabalho de Conclusão de Curso.

### **9. PRÁTICA PROFISSIONAL**

#### **9.1 Prática Profissional Supervisionada**

A prática profissional supervisionada compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações.

A prática profissional supervisionada será desenvolvida com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira, conforme disposto na Resolução CNE/CP nº 01/2021.

A realização de práticas profissionais configura-se como elemento constitutivo e organizador do currículo deste PPC, concretizando-se como metodologia de ensino que contextualiza competências e põe em ação o aprendizado de forma socialmente referenciada, flexível e interdisciplinar, por meio da utilização de estratégias educacionais que favorecem a compreensão de significados e a integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, com o envolvimento das múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas.

Assim, em cada módulo deverão ser realizadas práticas profissionais em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, as quais devem vir especificadas no Plano de Ensino do componente curricular e devem convergir à identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso e ao desenvolvimento de conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, culturais, econômicas e ambientais.

#### **9.2 Estágio Profissional Supervisionado**

A articulação entre os conteúdos teóricos e a prática realizar-se-á transversalmente ao longo do curso, pois este curso não prevê a realização de estágio curricular obrigatório.

É facultada aos estudantes a possibilidade de, caso assim desejarem, realizarem estágio curricular não obrigatório, com carga horária não especificada, além da carga horária mínima do curso, desde que estabelecido convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o IFRR que garantam as condições legais necessárias e estejam em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, a Resolução CONSUP/IFRR nº 418/2018, a Resolução CONSUP/IFRR nº 782/2024 e Organização Didática em vigência.

O estágio supervisionado não obrigatório somente poderá ser realizado em Instituição que tenha condições de proporcionar experiência prática na linha de formação do estudante. Deverá ficar sob a responsabilidade dos setores de extensão do *campus* e das Coordenações de Curso a indicação da supervisão do acompanhamento e avaliação do estágio supervisionado.

### **9.3 Projetos**

Os projetos integradores poderão permear todos os períodos dos cursos, devendo contemplar a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso, tendo em vista a intervenção no mundo do trabalho e na realidade social, contribuindo para o desenvolvimento local e a solução de problemas.

Os projetos integradores deverão ser articulados com a pesquisa e/ou a extensão, de modo que possam contribuir para a prática profissional. Os projetos integrados serão propostos pelos docentes durante a realização dos componentes curriculares, planejados para a vivência de uma experiência profissional, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou ao desenvolvimento de uma competência, a fim de preparar os estudantes para os desafios no exercício da profissão.

As atividades desenvolvidas por meio dos Projetos Integradores serão previstas pelos docentes nos planos de ensino dos componentes curriculares. A metodologia de desenvolvimento deverá ser detalhada em formato de projeto, de acordo com sua natureza, podendo se caracterizar como Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão e Projetos de Ensino Integrado, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou o desenvolvimento de uma competência, a fim de preparar os estudantes para os desafios no exercício da profissão. Os docentes titulares dos componentes curriculares serão responsáveis pela orientação, acompanhamento e supervisão das atividades desenvolvidas pelos discentes.

As atividades relativas ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou extensão serão, preferencialmente, ofertadas no *campus* e proporcionarão a integração entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade, resultando em relatórios sob o acompanhamento e supervisão de um orientador.

### **9.4 Prática Profissional Integrada**

A prática profissional integrada (PPI) é o espaço/tempo destinado, por excelência, para promover a articulação entre os conhecimentos trabalhados nos diferentes componentes curriculares do curso, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

A PPI será desenvolvida ao longo do curso, a fim de promover o contato real e/ou simulado com a prática profissional pretendida pela habilitação específica e articular a integração horizontal e vertical entre os conhecimentos da formação geral e da formação específica com foco no trabalho como princípio educativo.

A PPI será articulada entre os componentes curriculares dos períodos letivos correspondentes. A adoção de tais práticas possibilitam efetivar uma ação interdisciplinar e o planejamento integrado entre os componentes curriculares. Nesse contexto, a PPI será desenvolvida com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou

salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira, conforme Resolução CNE/CP nº 01/2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

A integração entre teoria e prática perpassa toda a concepção do Curso Técnico em Agropecuária. Logo, o planejamento dos docentes deve contemplar metodologias que objetivem essa indissociabilidade.

A organização dessas atividades práticas no Curso Técnico em Agropecuária prevê que deve ocorrer anualmente, correspondendo a, pelo menos, a construção de um projeto onde os estudantes deverão aplicar todos os conhecimentos adquiridos até então no desenvolvimento de uma aplicação.

## **10. ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACCs)**

A realização de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACCs) para fins de integralização no curso não estão previstas.

## **11. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS**

As Orientações Metodológicas do Curso Técnico em Agropecuária surgem a partir da observação do mundo contemporâneo, onde tudo tem acontecido de forma cada vez mais integrada. No mundo do trabalho as profissões se aproximam buscando interseções que se complementam e as instituições de ensino buscam metodologias e instrumentos pedagógicos que possibilitem esta vivência durante o processo de formação profissional. Conforme Santos e Barra (2014), os Projetos Integradores (PI) induzem a esse princípio, trazendo à tona a transdisciplinaridade e a transversalidade entre os conteúdos de ensino e, por meio de um eixo integrador, estabelecem o ponto de ancoramento comum entre os componentes curriculares e articula os conhecimentos construídos no módulo letivo.

Neste sentido, utilizar esta estratégia metodológica possibilitará maior mobilidade dos conhecimentos interdisciplinares e permitirá ao estudante a percepção da profissão a partir de simulações realizadas nos momentos das práticas. Neste Curso, o papel do projeto integrador é fazer a articulação entre os componentes curriculares, de tal maneira que permita ao estudante perceber a complementação mútua entre os componentes do curso.

Considerando anteriormente exposto, pretende-se que a realização/desenvolvimento da prática como PI defina o eixo condutor pelo conjunto de componentes curriculares de cada módulo, garantindo a contextualização com a proposta curricular do módulo e do curso; a inter-relação entre conteúdos; a expressão de vivências construídas durante o desenvolvimento do processo pedagógico e a ampliação dos conhecimentos teórico-práticos que serão demonstrados mediante uma ação concreta durante as visitas técnicas.

Dessa forma, os Módulos do curso supracitado estão organizados com o intuito de estruturar a unidade de competência relacionada à habilitação, o que permitirá o desenvolvimento de um trabalho articulado entre todos os docentes do Módulo. As atividades poderão ser realizadas por meio de visitas técnicas, pesquisas, organização de eventos específicos, seminários etc.

Os Projetos Integradores serão propostos nas reuniões de planejamento de forma que representem a relação entre teoria e prática com ações integradoras que viabilizam a formação cidadã em sua totalidade, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão.

As atividades desenvolvidas por meio dos Projetos Integradores serão previstas pelos docentes nos planos de ensino dos componentes curriculares. A metodologia de desenvolvimento deverá ser detalhada em formato de projeto, de acordo com sua natureza, podendo se caracterizar como Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão e Projetos de Ensino Integrado, objetivando a aplicação de conhecimentos adquiridos ou o desenvolvimento de uma competência, a

fim de preparar os estudantes para os desafios no exercício da profissão.

O Curso será ofertado na modalidade a distância, e utilizará como principais meios de socialização do conhecimento e de orientação do processo de aprendizagem os materiais didáticos e vídeos-aula, articulados com outras mídias. No planejamento da prática pedagógica contempla-se as especificidades locais e regionais onde os estudantes estão inseridos, sendo aspectos fundamentais nesse processo, com o objetivo de garantir a inclusão social e a valorização da cultura local e regional onde o campus está inserido.

O projeto pedagógico do curso orienta ao uso de múltiplos meios (mídias) para o alcance dos objetivos educacionais propostos no desenvolvimento do curso, cada mídia tem sua especificidade e contribui para se atingir determinados níveis de aprendizagem. A integração das mídias será realizada com o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem MOODLE, o qual permite o armazenamento, a administração e a disponibilização de conteúdos na Internet. Destacam-se: aulas virtuais, objetos de aprendizagem que serão desenvolvidos ao longo do curso, simuladores, fóruns, salas de bate-papo, conexões a materiais externos, atividades interativas, tarefas virtuais, animações, textos colaborativos (wiki). O Ambiente Virtual de Aprendizagem permanecerá disponível aos alunos durante todos os dias e horários da semana, possibilitando flexibilidade nos horários de estudos.

## **12. ARTICULAÇÃO DO ENSINO COM A PESQUISA E EXTENSÃO**

A articulação do ensino com a pesquisa e extensão no desenvolvimento das atividades curriculares do curso, tem por objetivo estimular o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, possibilitando a articulação com o mundo do trabalho e dando ênfase à produção, ao segmento ao desenvolvimento e à difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

As atividades deverão ser previstas no plano de ensino ou ser desenvolvidas em formato de projetos de ensino, pesquisa ou extensão, com ou sem fomento por meio de edital institucional, garantindo ao estudante o papel de protagonista do processo de construção de seu conhecimento e de sua formação profissional.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão visa assegurar aos sujeitos condições de interpretar a realidade e exercer sua cidadania, propiciando - lhes condições de intervir na sociedade de maneira crítica e justa. Nesse sentido, o IFRR apresentará concepções e diretrizes que nortearão as práticas pedagógicas para o período de 2024 a 2028 (PDI IFRR 2024-2028).

As ações desenvolvidas por meio do IF Comunidade, da Semana de Empreendedorismo e Inovação que acontecem todos os anos no *campus*, constituem- se em momentos de transmissão do conhecimento produzido e acumulado pela Instituição, além de também significar uma prestação de contas para a sociedade local. Além de tudo isso, o *campus* prevê a oferta de bolsa de monitoria para os cursos técnicos, possibilitando a prática profissional e um diferencial para a formação do estudante.

As ações de pesquisa e de inovação, que estimulam a busca por soluções científicas para os problemas locais e a participação em projetos de criação e de difusão de tecnologias, e de extensão, que integram a educação aos múltiplos setores da vida em sociedade, serão desenvolvidas mediante alguns programas institucionais, tais como: Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT) e Programa de Bolsa Acadêmica de Extensão (PBAEX), além de outras formas que docentes e discentes adotarem e que serão estimuladas no início de cada semestre a serem desenvolvidas por meio de Projetos Integradores (PI), conforme descrito no Item 9.3 Projetos.

Poderão ser desenvolvidos projetos de pesquisa partindo de um componente curricular, projetos integradores ou mesmo um projeto de extensão sem estar ligado a um programa, e que ajude a solucionar uma necessidade da comunidade onde o *campus* está inserido. O objetivo é fazer a interface entre ensino, pesquisa, extensão e inovação para enriquecer o conhecimento dos estudantes.

Todo o anteriormente citado pode ser disponibilizado aos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio, fortalecendo assim o perfil profissional de saída dos estudantes. Dessa forma, o mundo do trabalho em Roraima receberá um profissional com formação diferenciada e com uma formação cidadã, com foco nas necessidades regionais e locais.

### **13. APOIO AO DISCENTE**

No processo de ensino-aprendizagem, o docente, em seu planejamento de ensino, conforme Organização Didática do IFRR, deve assegurar, de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade, a previsão de atividades que visem à recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas.

A Coordenação de Curso estabelecerá mecanismos e instrumentos necessários para o funcionamento do curso e prestará orientação acadêmica aos discentes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas), desenvolvidas em especial nas ações de acolhimento a cada início de período letivo. Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares, possibilitando inclusive a promoção de ações de nivelamento e monitoria para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Para o atendimento ao discente, a Coordenação de Curso conta com o suporte da DEPEI, que dispõe de profissionais, tais como assistente de estudantes, psicóloga, Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), e tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para possibilitar a permanência e êxito dos estudantes.

Além das ações desenvolvidas pela instituição, a DEPEI trabalha por meio de sua equipe multidisciplinar e em conjunto com a Coordenação de Curso oferecendo serviços para possibilitar o sucesso escolar dos discentes ao longo do curso e para atuar:

- no que se refere à sensibilização dos discentes sobre seus direitos e deveres;
- na implementação das políticas de assistência ao estudante;
- no combate à retenção e à evasão;
- no suporte às demandas psicossociais e de saúde;
- no suporte ao planejamento docente; e
- no acompanhamento do cumprimento do calendário acadêmico, do Projeto Pedagógico do Curso e do desempenho acadêmico.

#### **13.1 Atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais**

O apoio ao discente com necessidades educacionais especiais será realizado pela Coordenação de apoio a pessoas com necessidades educacionais especiais (CAPNE), que é regulamentada pela Resolução CONSUP/IFRR N° 772, de 25 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições das CAPNE's dos *campi* do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR). As competências da CAPNE incluem:

- I. Ofertar o atendimento educacional especializado (AEE), em horário oposto ou alternado ao horário regular das aulas, aos estudantes público-alvo da educação especial com o objetivo de complementar/suplementar a formação com conhecimentos e recursos específicos que eliminam as barreiras, as quais impedem ou limitam sua participação com autonomia e independência nas turmas comuns do ensino regular.
- II. Promover ações e atividades que favoreçam o acesso, a permanência e a conclusão do processo educacional com êxito, respeitando as especificidades do estudante, em articulação com os poderes públicos e sociedade civil;
- III. Propiciar o envolvimento da família do estudante público-alvo da educação especial nas ações inclusivas, visando sua participação no processo educacional e inserção do educando no mundo do trabalho;
- IV. Zelar para que, na elaboração de documentos institucionais, seja contemplada a Política Nacional de Educação

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Lei Brasileira de Inclusão, bem como as Diretrizes de Educação Inclusiva do IFRR no ensino regular, em consonância com a legislação vigente;

- V. Promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação da comunidade escolar e da sociedade civil;
- VI. Requerer percentual mínimo de destinação orçamentária para os *campi* para garantir o desenvolvimento das ações das CAPNEs;
- VII. Gerir a aplicação do orçamento de custeio e do investimento disponibilizados definindo prioridades de ações e aquisição de equipamentos, softwares, materiais didático-pedagógicos e materiais para a Sala de Recursos Multifuncionais;
- VIII. Articular com os diversos setores da Instituição os procedimentos relativos à consolidação da inclusão de pessoas com NEE, definindo prioridades de ações, contratações e compras.
- IX. Solicitar à Direção-Geral do *campus*, por intermédio da Diretoria/Departamento de Ensino, a contratação de profissionais especializados para atuarem junto aos estudantes público-alvo da educação especial, bem como parcerias com outras instituições que possibilitem a estruturação de equipes de apoio educacional especializado;
- X. Assessorar o professor de AEE na elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado de cada estudante.
- XI. Acompanhar o trabalho realizado pelo professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) por meio do recebimento mensal dos relatórios de atendimento de cada estudante.
- XII. Zelar pela organização curricular que atenda às necessidades especiais de cada estudante, de modo que contemple a adequação de métodos, técnicas e recursos educativos que promovam a acessibilidade curricular e tecnológica e garanta a sua participação nas atividades acadêmico-científicas e culturais.
- XIII. Assessorar nas ações referentes aos projetos de ensino, pesquisa e de extensão na área da Educação Especial;
- XIV. Participar de reuniões de ensino com demandas referentes aos estudantes público da educação especial;
- XV. Participar das Comissões de Processos Seletivos quanto às adaptações necessárias aos candidatos que apresentem necessidades educacionais especiais, quando solicitado;
- XVI. Solicitar ao Diretor Geral providências quanto aos atendimentos biopsicossociais aos estudantes quando o *campus* não dispuser de profissionais para tais.
- XVII. Orientar, em articulação com os setores pedagógicos, os docentes quanto às adaptações de materiais didático-pedagógicos para os componentes curriculares, bem como a reestruturação de suas práticas didáticas, acompanhando o processo de elaboração do planejamento e das avaliações para os estudantes com deficiência, com Transtornos globais do desenvolvimento (TGD); Altas Habilidades/Superdotação.
- XVIII. Orientar, por meio de documento, os gestores quanto às ações referentes às barreiras arquitetônicas, de acordo com as normas técnicas de acessibilidade, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais, enfrentadas pelos estudantes público-alvo da Educação Especial;
- XIX. participar das reuniões do Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil (GTAE).

Esse conjunto abrangente de diretrizes e ações objetivam promover a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais em um ambiente educacional. Tendo por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, com a adequada promoção do cumprimento efetivo das Leis nº 10.098/2000, nº 13.146/2015, do Decreto nº 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais correlatos, a CAPNE dará apoio, no âmbito do CAB, ao cumprimento das políticas de atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, permitindo, por meio de suas atividades:

- I. a adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica;
- II. a interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo;
- III. a intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais.

### **13.2 Assistência Estudantil**

A Resolução CONSUP/IFRR nº 657/2022, que regulamenta a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, tem por objetivo geral contribuir para a redução dos efeitos da

desigualdade, para a melhoria do desempenho acadêmico, para a permanência estudantil, para a produção e difusão dos conhecimentos, para êxito educacional e para a melhoria das condições de vida dos estudantes.

São objetivos específicos da Política de Assistência Estudantil do IFRR:

- I. Fortalecer e ampliar programas e projetos de Assistência Estudantil que possibilitem a permanência e o êxito dos estudantes;
- II. Realizar acompanhamento pedagógico e biopsicossocial dos estudantes, contribuindo com o processo de aprendizagem;
- III. Proporcionar aos estudantes condições necessárias para seu amplo desenvolvimento acadêmico, incluindo aqueles com necessidades educacionais específicas, conforme legislação vigente;
- IV. Contribuir para a redução dos índices de evasão e de retenção escolar, mediante implementação do Plano de Permanência e Êxito do IFRR;
- V. Possibilitar ao corpo discente igualdade de oportunidades para além da transferência de recursos financeiros, por meio de ações de apoio estudantil promovidas pelo ensino, pesquisa e extensão;
- VI. Promover ações que visem à igualdade de oportunidades socioeconômicas e culturais;
- VII. Implementar programas, projetos e ações que visem ao respeito às diversidades étnicas, sociais, sexuais, culturais, de gênero, geracionais e religiosas;
- VIII. Possibilitar a participação dos estudantes em eventos acadêmicos, técnico-científicos, artístico-culturais e esportivos;
- IX. Incentivar a produção, circulação, difusão, acessibilidade, veiculação, preservação e publicação de trabalhos artísticos, técnicos-científicos e culturais dos estudantes;
- X. Estimular a participação dos estudantes na discussão e nos processos decisórios referentes à gestão democrática da Assistência Estudantil do IFRR.

Dentre os programas de que trata a Política de Assistência Estudantil, o *Campus* Avançado Bonfim oferece aos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente na modalidade EaD:

- I. Programa de Auxílio Alimentação;

O *campus* conta, ainda, com ações realizadas pela Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação e sua equipe integrada pelos profissionais da Coordenação Pedagógica com a Equipe Técnico-Pedagógica, composta por Técnicos em Assuntos Educacionais.

### **13.3 Apoio Pedagógico**

Para subsidiar o planejamento das ações dos *campi*, estão previstas na Resolução CONSUP/IFRR nº 477/2019, que dispõe sobre o Plano Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRR, as estratégias de intervenção e monitoramento que visam à permanência e o êxito dos estudantes.

A Coordenação do Curso estabelecerá mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes (divulgação do Calendário Acadêmico, Projeto Pedagógico do Curso e demais normas acadêmicas). Também dará suporte quanto às dificuldades encontradas no ensino dos componentes curriculares. Para o atendimento ao estudante, a Coordenação de Curso conta com a parceria das equipes da Coordenação Pedagógica (COPED) e da Direção de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação do Campus.

Dentre as ações desenvolvidas para garantir a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, pode-se destacar o acolhimento realizado todo início de semestre com os estudantes e durante o ano com as famílias, a garantia da acessibilidade metodológica e instrumental por meio da promoção de formação continuada da equipe do ensino, a realização de monitoria, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, o atendimento realizado pela equipe multidisciplinar, a participação nos projetos de pesquisa e extensão, as práticas inovadoras nos projetos Inova e etc.

## 14. TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICs)

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, que potencializam a construção do conhecimento e têm um papel fundamental nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo melhorias na comunicação, ofertando espaços de simulação de atividades práticas que não sejam possíveis de realizar de forma direta por indisponibilidade de espaço e estrutura, entre outras possibilidades de mediação.

As TDICs têm sido incorporadas às práticas docentes como meio para promover aprendizagens mais significativas, com o objetivo de apoiar os docentes na implementação de metodologias de ensino ativas, alinhando o processo de ensino-aprendizagem à realidade dos estudantes e despertando maior interesse e engajamento dos estudantes.

Nesse sentido, visando permitir a utilização das TDICs em seus processos de ensino-aprendizagem, o *Campus* Avançado Bonfim dispõe de 1 (um) laboratório de informática, com 30 (trinta) computadores, e um laboratório móvel, com 18 (dezoito) computadores, que são disponibilizados aos estudantes, com presença de professores, para auxiliá-los em suas atividades acadêmicas, além de 3 (três) computadores instalados na Biblioteca do *Campus*, para uso em atividades de pesquisa, e 3 (três) computadores instalados na sala de pesquisa, todos com acesso à rede mundial de computadores e com suíte de aplicativos para escritório contendo processador de texto, planilha de cálculo, banco de dados, apresentação gráfica, cliente de e-mails, entre outros.

Além disso, para oferta do Componente Curricular de Língua Brasileira de SINAIS - LIBRAS, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação auxiliarão na realização das atividades síncronas e/ou assíncronas, utilizando-se o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

## 15. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe, presidido pela DEPEI, é um órgão de natureza consultiva e deliberativa, responsável pelo acompanhamento do processo pedagógico e pela avaliação do desempenho escolar dos estudantes matriculados nos Cursos Técnicos, tendo sua organização e funcionamento fixados na Organização Didática (IFRR, 2023).

O Conselho de Classe é temporário e ocasional, sendo constituído da seguinte forma:

- I. Diretoria/Departamento de Ensino, que o presidirá;
- II. Coordenação de curso;
- III. Setor Pedagógico;
- IV. Equipe multidisciplinar de Assistência ao Estudante;
- V. Docentes da turma;
- VI. Estudantes representantes ou líderes das turmas.

O Conselho de Classe se reunirá semestralmente, em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, quando seja convocado por determinação da DEPEI em função de assuntos específicos a serem tratados, podendo, nesses casos, reunir-se com:

- I. Toda a turma de estudantes;
- II. Com determinado grupo de estudantes; ou
- III. Sem a presença dos estudantes.

Ao final do ano letivo, o Conselho de Classe analisará a situação dos estudantes com reprovação nos componentes curriculares, tendo a prerrogativa de deliberar acerca da homologação da média do componente curricular no ano atribuída pelos docentes a cada estudante.

São atribuições do Conselho de Classe:

- I. Apresentar as dificuldades da turma quanto à aprendizagem, à relação docente/estudante, ao relacionamento entre os próprios estudantes, e outros assuntos que mereçam ser analisados coletivamente;
- II. Deliberar sobre medidas técnicas, administrativas e pedagógicas a serem tomadas, visando superar dificuldades detectadas;
- III. Despertar nos docentes e estudantes o hábito de reflexão, análise e autoavaliação sobre o seu próprio desempenho, no cumprimento de suas obrigações e responsabilidades;
- IV. Servir como instrumento de aperfeiçoamento da prática pedagógica, buscando alternativas e sugerindo metodologias, procedimentos e recursos didáticos e metodológicos que contribuam para ajustes necessários na condução do processo de ensino-aprendizagem;
- V. Executar os encaminhamentos e decisões tomadas no Conselho de Classe.

## **16. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO**

### **16.1 Do processo de ensino-aprendizagem**

A avaliação do processo ensino e aprendizagem têm como parâmetro os princípios do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o perfil de conclusão do Curso. A avaliação do ensino compreende o acompanhamento pedagógico no que tange a prática docente para identificar os meios, instrumentos, estratégias de ensino que contribuem para a superação das dificuldades no processo de aprendizagem.

De acordo com a Resolução CONSUP/IFRR n° 716/2023, a avaliação da aprendizagem do estudante compreenderá os aspectos cognitivo e social, sendo os critérios e valores estabelecidos em cada instrumento de avaliação, descritos na metodologia do Plano de Ensino dos docentes e previamente apresentados aos estudantes, no início do componente curricular.

O processo avaliativo deverá considerar os aspectos atitudinais, conceituais e procedimentais, não devendo os atitudinais ultrapassar 30% (trinta por cento) do quantitativo da avaliação.

A avaliação do processo de aprendizagem será processual, sistemática, integral, diagnóstica e formativa, envolvendo docentes e estudantes e deve garantir conformidade entre os processos, as técnicas, os instrumentos de avaliação, as bases tecnológicas, as habilidades e as competências a serem desenvolvidas.

A avaliação deverá ser um diagnóstico constante – processo contínuo e formativo – em que os aspectos qualitativos se sobreponham aos quantitativos, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), considerando as modalidades:

- I. Avaliação Diagnóstica - realizada no início do processo de ensino aprendizagem:
  - a) Detecta o nível de conhecimentos dos estudantes;
  - b) Retroalimenta o processo, indicando os elementos que precisarão ser aprofundados;
- II. Avaliação Formativa - de caráter contínuo e sistemático:
  - a) Ocorre durante o processo de ensino-aprendizagem;
  - b) É interna ao processo e centrada no estudante;
  - c) Também tem caráter diagnóstico;
  - d) Possibilita acompanhar o domínio de competência e adequar o ensino aos ajustes na aprendizagem e no desenvolvimento do estudante;
- III. Avaliação Somativa - possibilita avaliar as competências pretendidas:
  - a) Fornece resultados de aprendizagem;
  - b) Subsidiar o planejamento do ensino para a próxima etapa;

c) Informa o rendimento dos estudantes em termos parciais e finais.

Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão, a acionar outros conhecimentos e habilidades evidenciando iniciativa, criatividade para resolução de problemas.

É de competência do docente a elaboração, a aplicação e o julgamento do trabalho de avaliação da aprendizagem. Quando o conteúdo de qualquer avaliação prevista, discrepar dos objetivos gerais ou específicos constantes no Plano de Ensino, o setor de apoio pedagógico proporá sua adequação.

O docente poderá adotar instrumentos de avaliação que julgar mais eficientes, devendo expressá-lo no Plano de Ensino. São considerados, dentre outros, os seguintes instrumentos avaliativos:

- I. Fichas de observação com critérios estabelecidos;
- II. Projetos;
- III. Estudo de caso;
- IV. Painéis integrados;
- V. Lista de verificação de desempenho e competências;
- VI. Exercícios;
- VII. Questionários;
- VIII. Pesquisa;
- IX. Dinâmicas;
- X. Teste/exame/prova escrita ou oral;
- XI. Prática Profissional;
- XII. Relatórios;
- XIII. Portfólio;
- XIV. Atividade prática;
- XV. Jogos pedagógicos;
- XVI. Teatro.

As avaliações devem ser estabelecidas de forma contextualizada, preferencialmente em articulação entre os componentes curriculares que trabalham a mesma competência. Os resultados das avaliações da aprendizagem deverão ser analisados pelo docente junto a turma, visando garantir o melhor aproveitamento dos conteúdos trabalhados.

A avaliação dos estudantes com Deficiências, Transtorno Global do Desenvolvimento e Superdotação/Altas habilidades deve ser adaptada às suas necessidades educacionais específicas com apoio da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNE).

A verificação da aprendizagem dos estudantes será expressa em notas, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme Sistema Unificado da Administração Pública - SUAP.

As datas das avaliações ficarão a critério do docente, comunicadas previamente aos estudantes, considerando o calendário acadêmico. Os docentes terão um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização das avaliações, para apresentar os resultados aos estudantes, de modo a possibilitar a análise do seu desempenho.

Em caso de uso de tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), o docente deverá optar por tecnologias disponíveis na instituição ou acessíveis aos estudantes, a fim de propiciar ao estudante a realização das atividades avaliativas.

A nota do componente curricular será composta por uma das seguintes formas:

- I. Somativa;
- II. Média aritmética simples;
- III. Média ponderada.

No sistema de avaliação somática a nota do componente curricular será composta pela soma simples dos instrumentos avaliativos.

No sistema de avaliação média aritmética simples a nota do componente curricular será composta pela média

aritmética de duas notas (N1 e N2).

No sistema de avaliação média ponderada a nota do componente curricular será composta, levando-se em consideração o peso atribuído para cada nota (N1 e N2).

A nota do componente curricular será composta por no mínimo (02) dois e no máximo (04) quatro instrumentos avaliativos, diferentes entre si, distribuídos entre N1 e N2, quando for o caso.

O processo avaliativo deverá ficar estabelecido no Plano de Ensino, além de ser apresentado aos estudantes nos primeiros dias de aula do componente curricular.

Será considerado aprovado o estudante que obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) por componente curricular e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da série/módulo.

Será considerado reprovado o estudante que obtiver média anual/modular menor que 4,0 (quatro) no componente curricular e/ou frequência menor que 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da série/módulo.

Os *campi* do IFRR deverão oferecer recuperação, com a finalidade de garantir o êxito acadêmico. Os estudos de recuperação serão desenvolvidos de forma contínua, durante o período letivo, com o objetivo de superar as dificuldades de aprendizagem.

O estudante que obtiver média anual ou média modular igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 6,0 (seis), cuja frequência for igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de carga horária da série/módulo, terá direito a Exame Final, que será elaborado com base nos conteúdos ministrados, a critério do docente, durante a série/módulo.

Será considerado reprovado no componente curricular o estudante que, após o Exame Final, obtiver média menor que 6,0 (seis). Em caso de reprovação em até 02 (dois) componentes curriculares, o estudante ficará em situação de dependência.

O componente curricular em dependência poderá ser executado conforme uma das opções a seguir:

- Oferta regular do componente curricular no AVA; ;
- Recuperação da Aprendizagem para os discentes que não conseguiram obter êxito;; ou
- Reoferta do componente curricular para o discente que não obteve êxito nas etapas anteriores.

Em qualquer das opções de organização, deve-se primar pelo cumprimento do conteúdo programático e da carga horária total, necessários para os estudantes alcançarem a progressão.

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR n° 716/2023, o acompanhamento do processo ensino-aprendizagem consiste das análises decorrentes das reuniões de conselho de classe e de reuniões pedagógicas, em que são estabelecidas estratégias pedagógicas de intervenção necessárias que tem a finalidade de:

- I. Identificar progressos;
- II. Detectar dificuldades no processo ensino-aprendizagem;
- III. Detectar as causas e sugerir as medidas didático-pedagógicas a serem adotadas visando à superação das dificuldades;
- IV. Adequar, se necessário, o conteúdo programático dos componentes curriculares para haver maior interdisciplinaridade.

A proposição de possíveis intervenções deverá ocorrer por meio de decisão consensual entre a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (DEPEI), a Coordenação de Cursos e o setor Pedagógico, podendo ser envolvidos demais setores/profissionais que forem necessários.

O processo de ensino-aprendizagem deve garantir ao estudante a vivência de experiências teóricas e práticas que estimulem:

- I. O exercício da cidadania;
- II. A capacidade crítica;
- III. A solidariedade, a integração social e o convívio grupal;
- IV. A criatividade, a inovação e o raciocínio lógico e científico;
- V. A liderança e a proatividade;
- VI. O exercício cívico, a moral e a ética;
- VII. O respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação e intolerância;
- VIII. A busca contínua de novos conhecimentos;
- IX. O desenvolvimento de competências e habilidades inerentes à formação profissional;
- X. A valorização da cultura regional roraimense.

Serão realizadas reuniões pedagógicas destinadas a momentos de reflexão, de caráter diagnóstico e prognóstico, com a finalidade de discutir estratégias de intervenção necessárias à continuidade do processo ensino-aprendizagem, bem como de formação continuada.

Além disso, ao final de cada semestre será realizado o Conselho de Classe, com a finalidade de analisar os processos de ensino-aprendizagem da turma e aqueles específicos de cada estudante.

## **16.2 Aproveitamento de Conhecimentos e Experiências Anteriores**

Conforme disposto na Resolução CONSUP/IFRR nº 716/2023, o aproveitamento de estudos ocorre por meio da dispensa de componente curricular cursado anteriormente. O estudante do IFRR que tenha cursado componente curricular em outra instituição poderá solicitar aproveitamento de estudos ou contabilizar carga horária para Atividades Complementares.

O estudante terá direito a aproveitamento de estudos dos componentes curriculares que tenham sido cursados com êxito em instituições de ensino reconhecidas pelo MEC, desde que do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior. O aproveitamento poderá ser de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária do curso

Para requerer o aproveitamento de estudos no período definido no calendário acadêmico, o estudante deverá observar a compatibilidade de competências e habilidades, conteúdos, cargas horárias entre o componente curricular cursado e o que está sendo ofertado.

A solicitação para aproveitamento de estudos deverá ocorrer via Suap em Central de serviço com abertura de chamado>Registro acadêmico>Aproveitamento, com especificação do(s) componente(s) curricular (es) de que se pleiteia, anexando os seguintes documentos:

- I. Histórico Escolar;
- II. Ementário dos componentes curriculares estudados, com a especificação de carga horária, conteúdos, unidades de ensino, bibliografia, devidamente assinada pelo responsável do curso.

O pedido de aproveitamento de estudos dará origem no setor de Registro Acadêmico que será despachado para a Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação de Ensino e/ou Coordenação de Curso ao qual o estudante estiver vinculado, que deverá observar, em seu parecer:

- I. Os conteúdos e as cargas horárias devem coincidir em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com o programa dos componentes curriculares do curso pretendido no IFRR;
- II. Os componentes curriculares cursados com aprovação em outros cursos do mesmo nível de ensino ou de nível superior.

O fluxo para solicitação de aproveitamento e outras situações excepcionais serão regidas conforme normativas nacionais e do IFRR.

## **16.2 Avaliação do Atendimento ao Estudante**

Conforme a Organização Didática do IFRR, e de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular, o docente deve assegurar em seu planejamento de ensino, a previsão de atividades que visem

à recuperação da aprendizagem, atendimentos individualizados, grupos de estudos, entre outras atividades pedagógicas, de acordo com as particularidades do desenvolvimento do componente curricular sob sua responsabilidade.

Essa avaliação visa melhorar os serviços prestados para o atendimento ao estudante com vistas à promoção de estratégias que visem à permanência e êxito escolar do corpo discente. A avaliação do atendimento ao estudante pode ser realizada:

- em reunião do Conselho de Classe, com pauta previamente definida e com forma/instrumento de avaliação a ser elaborada pela equipe técnico pedagógica do curso a ser realizado de forma presencial ou on-line, conforme necessidade;
- na avaliação do curso feita pelos estudantes no final de cada módulo – avaliação institucional a ser disponibilizada no AVA/Moodle;
- aplicação de questionário ou realização de roda de conversa organizada para tal finalidade, com estudantes do curso, a serem realizadas preferencialmente de forma on-line, ou conforme previsão do Plano de Retorno de Atividades Presenciais da Unidade Executora dispostos como prioritários para atendimento presencial, e
- em reunião pedagógica, convocada pela Coordenação de Curso, com forma/instrumento de avaliação a ser elaborada pela equipe que acompanha o Curso a ser realizada preferencialmente de forma on-line.

Para a realização dessa avaliação, estudantes, equipe de acompanhamento do curso e docentes devem conhecer os itens a serem avaliados, sendo eles:

- programas de atendimento ao estudante seguindo as atividades de: apoio psico sócio pedagógico, apoio extraclasse, assistência estudantil, nivelamento, monitoria, aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores, pesquisa, extensão e outros;
- meios e estratégias utilizadas para a permanência do estudante;
- ações de mobilidade acadêmica, conforme regulamentos IFRR.

A avaliação do atendimento ao estudante na Educação a distância perpassa por uma equipe composta por:

**Apoio pedagógico:** que se configura um elo entre os estudantes, professores e a instituição, no qual avaliar o atendimento permite compreender as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes, como dúvidas no conteúdo, dificuldades tecnológicas ou falta de interação. A avaliação fornece dados que ajudam a aprimorar os processos pedagógicos e administrativos, tornando o ambiente de aprendizagem mais eficiente e acolhedor, contribuindo para diminuir a evasão.

**Tutor presencial:** atua como uma ponte física entre os estudantes e a instituição. Suas principais funções incluem: mediação pedagógica, acompanhamento individualizado, gestão local, para garantir a infraestrutura e organização dos encontros presenciais (exames, práticas, etc.), além de estimular a integração entre estudantes e facilitar a comunicação com a equipe pedagógica.

**Tutor a distância:** é o principal ponto de contato dos estudantes no ambiente virtual, sendo responsável por responder dúvidas sobre o conteúdo e o funcionamento do curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Acompanhar o progresso dos alunos, identificando dificuldades e sugerindo estratégias de melhoria. Corrigir atividades e oferecer devolutivas detalhadas e construtivas. Estimular discussões e interações nos fóruns virtuais, promovendo um ambiente colaborativo.

**Coordenador de curso:** é responsável pela gestão acadêmica e administrativa do curso. Suas funções incluem: desenvolver o cronograma do curso e garantir que as atividades estejam alinhadas aos objetivos pedagógicos. Acompanhar o desempenho da equipe (tutores e professores) e dos estudantes. Agir como elo entre a instituição e os alunos, recebendo feedbacks e propondo melhorias e avaliar periodicamente o curso e implementar ajustes necessários.

**Professor formador:** é responsável pelo planejamento e produção dos conteúdos e pela orientação pedagógica. Suas atribuições incluem: elaborar conteúdos didáticos (textos, videoaulas, atividades) de forma clara e acessível. Oferecer suporte pedagógico aos tutores, garantindo a consistência das orientações. Participar do planejamento e correção de

avaliações mais complexas ou de caráter final. Além de revisar e atualizar os conteúdos regularmente para mantê-los alinhados às demandas do mercado e às inovações na área.

A avaliação do atendimento na EaD deve considerar a contribuição de todos os agentes envolvidos. A integração eficiente entre tutor presencial, tutor a distância, coordenador do curso e professor formador é essencial para criar uma experiência educacional positiva, oferecendo suporte acadêmico e emocional ao estudante e promovendo o sucesso em sua trajetória acadêmica.

#### **16.4 Sistema de Avaliação institucional**

Em conformidade com o que estabelece a Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, o acompanhamento e a realização da avaliação institucional são de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRR e, no âmbito dos campi, da Comissão Setorial de Avaliação (CSA). Essas instâncias serão responsáveis pela condução dos processos de avaliação interna, da devolutiva, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e serão constituídas para períodos bianuais de atuação mediante processo de escolha regido por edital e levando em consideração a participação dos docentes, dos técnico-administrativos, dos gestores, dos estudantes e da comunidade externa, conforme exposto na Resolução n.º 293 –Conselho Superior, de 5 de maio de 2017.

### **17. POLÍTICAS DE INCLUSÃO**

#### **17.1 Política de Educação para os Direitos Humanos**

A Educação para os Direitos Humanos é um dos eixos fundamentais do direito à educação e refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas (CNE, 2012).

Sua efetivação, no âmbito do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente EAD, tem como finalidade promover a educação para a mudança e a transformação social e, suas atividades estão inseridas de forma transversal à abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares, fundamentadas nos seguintes princípios, preconizados pela Resolução n.º 1, de 30 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE):

- I. dignidade humana;
- II. igualdade de direitos;
- III. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV. laicidade do Estado;
- V. democracia na educação;
- VI. transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

#### **17.2 Política de Educação das Relações Étnico-Raciais**

Conforme a Resolução n.º 1, de 17 de junho de 2004, do CNE, a Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial do Brasil, de modo que os tornem capazes de interagir e garantir o reconhecimento e a igualdade de valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (CNE, 2004). Desse modo, a Educação das Relações Étnico-Raciais visa, no âmbito do Curso Técnico em Agropecuária subsequente EAD, promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira, conforme preconizam também a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, por meio do enfrentamento estratégico contra práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas que produzem exclusão e penalizam crianças, jovens e adultos indígenas ou negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas.

Desse modo, a Política de Educação das Relações Étnico-Raciais será efetivada, no Curso Técnico em Agropecuária subsequente EAD, por meio da realização de atividades que estarão inseridas de forma transversal à

abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares. Para contribuir no atendimento das demandas relacionadas à Política de Educação das Relações Étnico-Raciais, o Campus pretende implantar o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígenas (NEABI/IFRR), cuja finalidade é regulamentar as ações referentes à implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/2008, pautadas na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente, de negros, afrodescendentes e indígenas. Conforme estabelece a Resolução n.º 432 – Conselho Superior, de 12 de fevereiro de 2019, o NEABI será um núcleo de promoção, planejamento e execução de políticas inclusivas, pautado na construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, do respeito às diferenças e à igualdade de oportunidades, que venha a eliminar as barreiras atitudinais, tendo como base temas relacionados à discriminação e desigualdades raciais e ao incentivo ao desenvolvimento de políticas públicas para promoção da igualdade entre as diversas etnias.

### **17.3 Política de Educação Ambiental**

Buscando assegurar a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade – ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política – e objetivando fomentar o envolvimento e a participação social na proteção e conservação ambiental e na manutenção, em longo prazo, dessas condições, a Política de Educação Ambiental será desenvolvida no âmbito do Curso Técnico em Agropecuária subsequente EAD mediante a realização de atividades a serem inseridas de forma transversal à abordagem dos conteúdos de seus componentes curriculares, além de serem fomentadas pelo estímulo à realização e participação de atividades complementares orientadas à Educação Ambiental.

### **17.4 Política de Inclusão Social e Atendimento à Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida**

Conforme estabelece o Art.6º do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004), o PDI 2019-2023 (IFRR, 2019) e a Organização Didática (IFRR, 2018), será assegurado no Projeto Pedagógico de Curso Técnico em Agropecuária subsequente EAD do CAB o atendimento prioritário à Pessoa com Deficiência (PcD).

Esse tratamento diferenciado inclui, entre outros:

- I. assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- II. mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- III. serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdocegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- IV. pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- V. disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VI. sinalização ambiental para orientação das pessoas;
- VII. divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VIII. admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador nas dependências do Campus e nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal.

Ademais, para contribuir ao alcance de um processo de ensino-aprendizagem em perspectiva inclusiva, o Campus pretende implantar um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), o qual é, conforme a Resolução n.º 429 – Conselho Superior, de 6 de fevereiro de 2019, constituído como um grupo de trabalho e estudo permanente, e que estará vinculado à DEPEI.

Tendo por finalidade fomentar políticas públicas de inclusão e assessorar o desenvolvimento de ações de natureza sistêmica no âmbito do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação, com a adequada promoção do cumprimento efetivo das Leis nº 10.098/2000, nº 13.146/2015, do Decreto nº 5.296/2004 e dos demais instrumentos legais

correlatos, o NAPNE dará apoio, no âmbito do CAB, ao cumprimento das políticas de atendimento a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, permitindo, por meio de suas atividades:

- I. a adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica;
- II. a interlocução permanente com a família, favorecendo a compreensão dos avanços e desafios enfrentados no processo de escolarização, bem como dos fatores extraescolares que possam interferir nesse processo;
- III. a intervenção pedagógica para o desenvolvimento das relações sociais e o estímulo à comunicação, oportunizando novas experiências ambientais, sensoriais, cognitivas, afetivas e emocionais.

## 18. PERFIS DAS EQUIPES DOCENTE, TÉCNICO-PEDAGÓGICA E TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

### 18.1 Corpo Docente

N°	DOCENTE	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
01	André Ferreira Silva	Bacharelado em Zootecnia		Mestrado em Ciência Animal		40h - DE
02	Antoniél Almeida de Castro	Tecnologia em Análise e desenvolvimento de Sistemas	Especialista em Governança em Tecnologia da Informação			40h - DE
03	Claudete Correa dos Santos	Bacharelado em Administração	Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	Mestrado em Administração		40h - DE
04	Daiane Machado Sá	Bacharelado em Ciências Econômicas	Especialista em Docência no Ensino Superior			40h - DE
05	Eliselda Ferreira Corrêa	Bacharelado em Agronomia		Mestrado em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia		40h - DE
06	Jéssica Carolina Favarsani	Bacharelado em Agronomia		Mestrado em Ciência do Solo		40h - DE
07	Helba Cirino de Sousa Barbosa	Licenciatura em Informática		Mestrado em Bioinformática	Doutorado em Ciências-Bioquímica	40h - DE
08	Josley Maycon de Sousa Nobrega	Licenciatura em Educação física		Mestrado em formação de professores		40h - DE
09	Lysne Nozenir de	Licenciatura em Pedagogia	Especialista em Lato Sensu	Mestrado em Educação		40h - DE

	Lima Lira		Filosofia da Educação; Especialista em Licenciatura Plena em História; Especialista em Licenciatura Plena em Filosofia Geral; Especialista em MBA em Gestão de Pessoas; Especialista em Especialización en Educación Internacional; e Especialista em Planejamento, Inovação Gestão Práticas Educativas.			
10	Lucas Socoloski Gudolle	Bacharelado em Administração	Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica; e Especialista em Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento.	Mestrado em Administração	Doutorado em Informática na Educação	40h - DE
11	Pâmela Andrade Lima	Licenciatura em Letras	Especialista em metodologia do ensino de português para estrangeiros	Mestrado em Letras		40h - DE
12	Peterson Rodrigo Demite	Bacharel e Licenciatura em Ciências biológicas		Mestrado em Biologia Animal	Doutorado em Biologia Animal	40h - DE
13	Raimundo de Almeida Pereira	Bacharelado em Agronomia	Especialista Administração e Manejo de Unidades de Conservação; Especialista em Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto	Mestrado em Agronomia		40h - DE
14	Roseane Machado Sá Viana	Bacharelado em Ciências Contábeis	Especialista em Controladoria e Finanças			40h - DE
15	Rommel Rocha de Sousa	Bacharelado em Engenharia de Pesca		Mestrado em Engenharia de Pesca	Doutorado em Engenharia de Pesca	40h - DE
16	Sandra Milena	Licenciatura em Letras -	Especialista em Diplomado em	Mestrado em Letras		40h - DE

	Palomino Ortiz	Espanhol; Licenciatura Plena em Letras Habilitação Inglês; Bacharelado em Economia	Pedagogia y didáctica para la enseñanza de español como lengua; Especialista em Psicopedagogia;			
17	Severino Manuel da Silva	Bacharelado em Agronomia; Ciências Agrárias; Zootecnia	Especialista em Docência do Ensino Profissional e Tecnológico	Mestrado em Ciência Animal		40h - DE
18	Tiago Santos Barreto Thomaz	Tecnologia em Processos Gerenciais; Bacharelado em Administração; Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos;	Especialista em Gestão de Recursos Humanos e Meio Ambiente; Especialista em Psicologia do Trabalho	Mestrado em Ciências da Educação/Administração Educacional		40h - DE

O quadro de servidores das equipes técnico-pedagógicas e técnico-administrativas do *campus* é composto por 14 (quatorze) servidores, distribuídos entre cargos de nível médio e superior.

### 18.2 Equipe Técnico-Pedagógica

N°	TÉCNICO	FORMAÇÃO SUPERIOR	TITULAÇÃO			CARGA HORÁRIA
			ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
01	Maria Eliana Lima dos Santos	Licenciatura em Pedagogia;	Especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico: Adm., Orien. e Supe; Especialização em ASSESSORAMENTO A GESTÃO DE IFES	Mestrado em Educação		40h
02	Isabel Pinto Ferreira	Licenciatura Plena em Química	Especialização em GESTÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS; Especialização em Metodologia do Ensino de Biologia e Química			40h
03	Holton Bruno Schuert Alves	Graduação em Ciências Biológicas;	Especialização em METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E QUÍMICA	Mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica		40h

### 18.3 Corpo Técnico-administrativo

N°	TÉCNICO	CARGO/FUNÇÃO	TITULAÇÃO					CARGA HORÁRIA
			TÉCNICO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	
01	Charles da Silva Soares Junior	Assistente em Administração		Direito	Direito Público Aplicado			40h
02	Clinton Júnior Jorge	Técnico em Secretariado	Assistente em Administração; Secretariado;	Comércio Exterior; Relações Internacionais	Gestão Empresarial; Gestão Pública			40h
03	Edineide Cristina Alexandre de Souza	Técnico em Laboratório		Química		Química	Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal	40h
04	José Ribamar Cardoso Oliveira	Assistente de Aluno		Tecnologia em Gestão Pública				40h
05	Jullyandry Coutinho Viana dos Santos	Tradutora e Intérprete de Língua de Sinais		Graduação em licenciatura em computação-EAD; Graduação em Pedagogia;	Especialização em docência do ensino superior			40h
06	Maria Caroline Romao de Souza			Graduação em Pedagogia	Especialização em Psicopedagogia abrangência Institucional e Clínica	Mestrado em Educação		40h
07	Myriellen Cardoso da Silva	Assistente de Aluno		Graduação em Psicologia	Especialização em Especialização em Saúde mental e Atenção Psicossocial; Especialização em psicologia hospitalar e da saúde			40h
08	Paulo César Sampaio	Assistente Administrativo		Graduação em Administração	Especialização em PÓS-GRADUAÇÃO			40h

	da Silva				LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA			
09	Renan Ponciano do Nascimento Dias	Tecnólogo em Gestão Pública		Tecnologia em Gestão Pública				40h
10	Renato Fonseca de Assis Cunha	Bibliotecário - Documentalista						30h

## 19. INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

Para atender aos setores constantes no organograma do CAB e permitir a execução do Curso Técnico em Agropecuária EAD Subsequente com pleno desenvolvimento das atividades com qualidade e de forma que possa efetivamente atender às necessidades da comunidade e do processo de formação técnica e científica dos estudantes, as instalações do *Campus* estão especificadas na Diretoria de Administração e Planejamento e na Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, conforme Quadros 1 e 2 a seguir.

*Quadro 1: Estrutura do Campus Avançado Bonfim*

AMBIENTE	COMPOSIÇÃO
Ambiente Administrativo	Bateria de Banheiros para Discentes
	Bateria de Banheiros para Docentes
	Copa e Refeitório
	Guarita de Vigilância
	Sala da Diretoria de Administração e Planejamento
	Sala de Coordenações
	Sala de Setor de Protocolo
	Sala de Setor de Tecnologia de Informação
	Biblioteca
	Laboratório de Informática

Ambiente Pedagógico	Laboratório de montagem e reparação de computadores e periféricos
	Sala da Coordenação de Registros Acadêmicos (CORA)
	Sala da Diretoria de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação
	Sala da Equipe Técnico Pedagógica
	Sala de Coordenações de Cursos
	Sala de Pesquisa
	Sala de Professores
	Sala do Setor de Psicologia
	Salas de Aulas

*Quadro 2: Equipamentos disponíveis para o curso*

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Aparelho de DVD	5
Armário de Aço	10
Arquivo de Aço Vertical	10
Computador desktop	42
Impressora com scanner	5
Notebook	7
Projetores Multimídia	5
Televisão	5

A Biblioteca do CAB possui uma área de 56,75 m<sup>2</sup>, divididos em três ambientes: área do acervo geral, área administrativa do bibliotecário, área de atendimento ao usuário e ambientes para pesquisa individual e em grupo. O acervo é composto por aproximadamente 1.416 (um mil, quatrocentos e dezesseis) exemplares cadastrados e disponíveis para uso, sendo cada vez mais crescente este número em razão de doações e aquisições.

O salão de pesquisa em grupo possui uma mesa e oito cadeiras; a pesquisa individual pode ser realizada em uma das seis cabines individuais disponíveis, cada qual com uma cadeira, contando, ainda, com tomadas de energia para uso dos pesquisadores. A área de pesquisa virtual possui três computadores em funcionamento, conectados à rede mundial de computadores e disponíveis para pesquisas e elaboração de trabalhos.

## 20. DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Será concedido ao estudante concluinte do curso técnico em agropecuária, na forma subsequente ao ensino médio, o diploma com habilitação Técnico em agropecuária - eixo tecnológico recursos naturais - acompanhado de histórico escolar.

Será concedido ao estudante concluinte do módulo assistente agrícola o certificado de qualificação profissional em assistente agrícola, acompanhado de histórico escolar.

Será concedido ao estudante concluinte do módulo agricultor polivalente o certificado de qualificação profissional em agricultor polivalente, acompanhado de histórico escolar.

Será concedido ao estudante concluinte do módulo produtor em pecuária polivalente o certificado de qualificação profissional em produtor em pecuária polivalente, acompanhado de histórico escolar.

Os estudantes com necessidades especiais têm garantido o direito à terminalidade específica, quando esgotadas todas as possibilidades de adaptações curriculares que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem, após parecer de equipe multicomponente curricular composta por membros do NAPNE, professores do estudante, Coordenador de Curso (CC) e Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (DREP), seja em virtude de suas deficiências ou, no caso de estudantes com altas habilidades, para aceleração dos estudos a fim de concluírem em menor tempo o programa escolar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 2848, de 8/12/1984. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. 1984. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm)>. Acesso em: 22 jul. 2019

\_\_\_\_\_. Lei No 8.670 DE 30 DE JUNHO DE 1993. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8670.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8670.htm)>. Acesso em: 22 Jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. Diário Oficial da União, seção 1, 6/11/1968, p. 9689. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cursos/curso?id=205> acessado em: 13/10/2022

\_\_\_\_\_. Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985. Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. Diário Oficial da União, seção 1, 7/2/1985, p. 2194. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cursos/curso?id=205>

acessado em: 13/10/2022

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018. Cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas, os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais e os Conselhos Regionais dos Técnicos Agrícolas., autarquias com autonomia administrativa e financeira e com estrutura federativa. Diário Oficial da União. Brasília, 27 de março de 2018. Seção I, pag.1. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cursos/curso?id=205> acessado em: 13/10/2022

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Portaria do nº 3.156, de 28 de maio de 1987. Consolidação das Leis de Trabalho – CLT – Enquadra o Técnico Agrícola como profissional liberal. Diário Oficial da União de 3 de junho de 1987, seção I, página 806. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cursos/curso?id=205> acessado em: 13/10/2022

\_\_\_\_\_. Decreto 4.560, de 30 de dezembro de 2002. Altera o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau. Diário Oficial da União, seção 1, 31/12/2002, p. 7. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/cursos/curso?id=205> acessado em: 13/10/2022

\_\_\_\_\_. Decreto Lei Nº 946, de 1º de outubro de 1993. Regulamenta a Lei Nº 8.623, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo. 1993 – 2. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D0946.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0946.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei 8623 de 28 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. 1993 – 3. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8623.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8623.htm)>. Acesso em: 22 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. LEI No 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948.htm)>. Acesso em: 23 Jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB 16/99. Dispõem sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. 1999. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/rede/legisla\\_rede\\_parecer1699.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1699.pdf)>. Acesso em: 09 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. BRASIL. DECRETO DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002. Dispõe sobre a implantação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima e dá outras providências. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/DNN/2002/Dnn9731.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9731.htm)>. Acesso em: 15 Jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério do Esporte e Turismo. Deliberação Normativa Nº 426, de 04 de outubro de 2001, que dispõe sobre as normas e procedimentos para cadastramento de Guia e Turismo. 2001. Disponível em: <<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/deliberacaonormativa-n-426-de-04-de-outubro-de-2001/4290>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5296/2004. Regulamenta a Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)>. Acesso em: 12 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 22 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.614, de 23 de Outubro de 2008. Regulamenta a Lei no 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos Municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências. 2008 – 2. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6614.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6614.htm)>. Acesso em: 10. ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.741 da Educação Profissional e Tecnológica. 2008 - 3. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm)>. Acesso em: 09. ago. 2019.

. Lei n.º 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 22 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. 2012-2. Disponível em: <[http://www.lex.com.br/legis\\_23866622\\_PORTARIA\\_NORMATIVA\\_N\\_18\\_DE\\_11\\_DE\\_OUTUBRO\\_DE\\_2012.aspx](http://www.lex.com.br/legis_23866622_PORTARIA_NORMATIVA_N_18_DE_11_DE_OUTUBRO_DE_2012.aspx)>. Acesso em: 10 Jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB Resolução nº 6, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2012 - 3. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11\\_663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11_663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 12 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 01/2012 do CNE, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 2012 - 4. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf)>. Acesso em: 03 Set. 2019. . Portaria Nº 27, de 3 de janeiro de 2014. Estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo e dá outras providências. 2014. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=117>>. Acesso em: 09 ago. 2019

\_\_\_\_\_. Portaria 105, de 20 de Junho de 2018. Disciplina o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos - Cadastur instituído pela Portaria MTur nº 130, de 26 de julho de 2011, e dá outras providências. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/2018.html?id=12207:Portaria-105-de-20-de-junho-de-2018>.

\_\_\_\_\_. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Instrução Normativa nº 03, de 11 de junho de 2015. Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. 2015. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cgetno/pdf/IN%2003.2015.pdf>>. Acesso em: 10 de dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm)>. Acesso em: 27. dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. 2020, p.19-516. Disponível em: <[cntc.mec.gov.br](http://cntc.mec.gov.br)>. Acesso em: 24 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Cadastur atinge marca de 17 mil guias de turismo no Brasil. Publicado em 09.11.2016. s.p. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/7230-cadastur-atinge-marca-de-17-milguias-de-turismo.html>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. Mapa do turismo de Roraima mais que duplica número de municípios. Publicado em 14. set. 2017. s.p. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/8158-mapa-do-turismo-de>>

\_\_\_\_\_. Resolução n.º 040, de 2 de junho de 2011. Estabelece os procedimentos para elaboração e adequação curricular dos planos dos cursos técnicos do IFRR. 2011. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-90-colegiados/conselho-superior/resolucoes/2011/resolucao-no-040-conselhosuperior>>. Acesso em: 27 Out. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução n.º 682/2022, de 16 de julho de 2022. Estabelece procedimentos sobre elaboração de Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos de Graduação, nas modalidades de ensino presencial e a distância, no âmbito do Instituto Federal de Roraima.. Disponível em: <<https://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2022/resolucao-n-o-682-2022-conselho-superior#:~:text=ifrr.edu.br,>>. Acesso em: 21 nov 2022.

\_\_\_\_\_. Resolução 157/Consup/2014/Ifrr. Dispõe sobre as normas e procedimentos da mobilidade acadêmica, nacional e internacional, para estudantes de cursos técnicos de nível médio e superiores do instituto federal de roraima e dá outras providências. 2014. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaoscolegiados/conselho-superior/resolucoes/2014/resolucao-no-157-conselhosuperior>>. Acesso em 22 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Portaria N.º 1326/2016/REITORIA/IFRR. Vincula administrativamente o Campus Avançado do Bonfim à Reitoria. 2016. Disponível em: <<http://reitoria.ifrr.edu.br/gestao-de-pessoas/portarias/2016/portaria-no-1326-2016-vincular-administrativamente-o-campus-avancado-do-bonfim-a-reitoria>>. Acesso em 18. Jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução n.º. 246, de 4 de janeiro de 2016. Aprova o regulamento da política de acompanhamento de egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. 2016 – 2. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaoscolegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2016/resolucao-no246-conselho-superior>>. Acesso em 10 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Resolução n.º 338 de 1º de fevereiro de 2018. Aprova a reformulação da organização didática do IFRR. 2018. Disponível em: <<http://reitoria.ifrr.edu.br/gestao-de-pessoas/boletim-de-servicos/2018/boletim-depessoal-e-servicos-n-deg-08-2018>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Organização Didática. 2018, p.1-83. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacao-social/conselhos-e-orgaoscolegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoes-consup-2018/resolucao-n-o338-conselho-superior>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 – 2023. Disponível em:

91 <<http://www.ifrr.edu.br/pdi/pdi-2019-2023>>. Acesso em: 22 jul. 2019

\_\_\_\_\_. Resolução n.º. 434/CONSUP, de 18 de fevereiro de 2019. Aprova o regulamento das atividades acadêmico-científico culturais (AACC's) do IFRR, sp. 2019 – 2. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/participacaosocial/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-superior/resolucoes/resolucoesconsup-2019/resolucao-n-o-434-conselho-superior>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria MTUR N° 37, de 11 de Novembro de 2021. Estabelece as normas e condições a serem observadas no exercício da atividade de Guia de Turismo. Disponível em <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mtur-n-37-de-11-denovembro-de-2021-359436314>>. Acesso em 29. Dez. 2021.

PORTAL Educação. Avaliação Educacional. Sd. Sp. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/avaliacaoeducacional/9297>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

RORAIMA, Governo do Estado de. Estrutura Agrária do Estado de Roraima. Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima - ITERAIMA. 2007, sp. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/comissoes/cre/ap/AP\\_20071121\\_EstruturaAgrariaRoraima.pdf](http://www.senado.gov.br/comissoes/cre/ap/AP_20071121_EstruturaAgrariaRoraima.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SANTOS, Maria Célia Calmon. BARRA, Sérgio Rodrigues. O projeto integrador como ferramenta de construção de habilidades e competências no ensino de engenharia e tecnologia. In XL Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia 03 a 06 de setembro de 2012. Belem-PA. Disponível em <http://www.abenge.org.br/cobenge/arquivos/7/artigos/104305.pd>. Acesso em: 08/09/2020

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Nilra Jane Filgueira Bezerra, REITOR(A) - CD1 - IFRR**, em 25/03/2025 14:19:39.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 25/03/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 337706

**Código de Autenticação:** ae3674c245

